



Jornal Oficial do Município de Descalvado

Órgão criado pela Lei Municipal nº 1.291, de 29 de Dezembro de 1992

Descalvado, 30 de Dezembro de 2014

Ano XXII - Número: 416

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.868, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2.014

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2.015.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo, Legislativo e os Fundos do Município de Descalvado, para o exercício financeiro de 2.014, estima a receita e fixa a despesa em R\$93.276.580,00 (NOVENTA E TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E SETENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E OITENTA REAIS), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - Em cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei Complementar 101/00, incisos I e II, os referidos anexos e documentos fazem parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3.846 de 29 de agosto de 2.014.

Artigo 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, das Transferências e Convênios dos Estados e União, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes a esta Lei, com os seguintes desdobramentos:

SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

1 – POR FONTES

1.0 Receitas Correntes	103.971.392,00
1.1 Receita Tributária	13.272.200,00
1.2 Receita de Contribuição	653.000,00
1.3 Receita Patrimonial	606.800,00
1.6 Receita de Serviços	2.852.520,00
1.7 Transferências Correntes	80.529.860,00
1.9 Outras Receitas Correntes	6.057.012,00
2.0 Receitas de Capital	0,00
2.2 Alienação de Bens	0,00
2.4 Transferência de Capital	0,00.
9.0 Deduções de Receita Corrente	10.694.812,00
9.7 Ded. Rec. p/ Formação do Fundeb	10.694.812,00
TOTAL DA RECEITA	93.276.580,00

2 – POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 Legislativa	2.552.000,00
04 Administração	8.450.800,00
06 Segurança Pública	238.000,00
08 Assistência Social	3.467.854,00
10 Saúde	23.930.046,00
11 Trabalho	46.500,00
12 Educação	30.464.200,00

13 Cultura	2.498.300,00
15 Urbanismo	10.836.800,00
18 Gestão Ambiental	4.578.180,00
20 Agricultura	2.705.700,00
27 Desporto e Lazer	1.643.700,00
28 Encargos Especiais	1.861.300,00
99 Reserva de Contingência	3.200,00
TOTAL DAS DESPESAS	93.276.580,00

Artigo 4º - A despesa da Administração Direta será realizada seguindo a discriminação dos quadros, programas de trabalho e natureza de despesas integrantes desta Lei, sendo:

1 – Administração Direta

PODER LEGISLATIVO	R\$ 2.552.000,00
PODER EXECUTIVO	R\$ 90.724.580,00
TOTAL	R\$ 93.276.580,00

Artigo 5º - O Poder Executivo efetuará o desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal até o dia 20 de cada mês, sob a forma de Duodécimos.

Artigo 6º - O Poder Executivo é autorizado, desde já, a:

I – realizar operações de créditos por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente excluídas das aberturas:

- a) dotações do Legislativo;
- b) dotações provenientes de excesso de arrecadação e/ou superávit financeiro, as quais deverão ser autorizadas pelo Legislativo.

III – contingenciar parte das dotações, exceto as do Poder Legislativo, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

IV – transpor, remanejar ou transferir recursos dentro de uma mesma funcional programática, nos termos do Inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Não onerarão o limite contido no inciso II, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados.

Artigo 7º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2014/2017 aprovado pela Lei nº 3.724 de 28/08/2013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pela Lei nº 3.846 de 29 de agosto de 2.014 os programas contidos nesta presente Lei.

Artigo 8º - A concessão de Auxílios e Subvenções dependerá de autorização Legislativa, através de Lei específica e não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total do orçamento.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.015 revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado aos 09 dias do mês de Dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 09 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI

Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.869, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2.014

PRORROGA PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DA EMPRESA “R. LEOPOLDINO DOS SANTOS ME – GLOBAL INDÚSTRIA GRÁFICA”

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo para que a empresa R. LEOPOLDINO DOS SANTOS ME – GLOBAL INDÚSTRIA GRÁFICA, inscrita no CNPJ sob nº 09.657.480/0001-32, estabelecida no Município de Santa Bárbara D'Oeste, à Rua José João Sans, nº 258, Jardim Augusto Cavalheiro obtenha aprovação de projeto técnico de edificações em imóvel objeto de concessão de direito de uso outorgado pela Lei nº 3.800, de 15 de abril de 2.014, de conformidade com o inciso I do artigo 2º.

Art. 2º - O início da contagem do prazo de que trata o artigo 1º desta Lei começará a ser contado a partir da data da assinatura de Termo Aditivo a Concessão de Direito de Uso.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 09 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 09 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI

Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.870, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2.014

PRORROGA PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO PELA EMPRESA “XAMÃ NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. ME – CICLO VERDE EMBALAGENS”

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, a contar desta data, o prazo para a empresa “XAMÃ NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA ME – CICLO VERDE EMBALAGENS” obter aprovação de projeto técnico das edificações em imóvel público objeto de concessão de direito de uso autorizada pela Lei nº 3.821, de 12 de junho de 2.014.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 09 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 09 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI

Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.871, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2.014

**AUTORIA: VEREADOR LUIS CARLOS
VICK FRANCISCO**

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO A “FESTA DO CRISTO REI”, A SER REALIZADA, ANUALMENTE, NO MÊS DE NOVEMBRO.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Município a “Festa do Cristo Rei”, a ser realizada, anualmente, no mês de novembro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 09 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 09 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.872, DE
22 DE DEZEMBRO DE 2.014

AUTORIA: VEREADOR LUIS CARLOS VICK FRANCISCO

DENOMINA “NAIR CARLINO GUIMARÃES”, A ATUAL RUA 01 DO LOTEAMENTO JARDIM SANTA TERESINHA, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO – SP.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se “NAIR CARLINO GUIMARÃES” a atual Rua 01 do Loteamento Jardim Santa Teresinha, no Município de Descalvado-SP.

Art. 2º - Passarão a ter a mesma denominação seus eventuais prolongamentos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no Paço Municipal, aos 22 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.873, DE
22 DE DEZEMBRO DE 2.014

AUTORIA: VEREADOR LUIS CARLOS
VICK FRANCISCO

DENOMINA “ALEXANDRINA MARIA DE JESUS”, A ATU-

AL RUA 06 DO LOTEAMENTO JARDIM SANTA TERESINHA, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO – SP.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se “ALEXANDRINA MARIA DE JESUS” a atual Rua 06 do Loteamento Jardim Santa Teresinha, no Município de Descalvado-SP.

Art. 2º - Passarão a ter a mesma denominação seus eventuais prolongamentos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 22 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.874, DE
22 DE DEZEMBRO DE 2.014

AUTORIA: VEREADOR LUIS CARLOS
VICK FRANCISCO

DENOMINA “RITA CARLINO”, A ATUAL RUA 08 DO LOTEAMENTO JARDIM SANTA TERESINHA, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO – SP.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se “RITA CARLINO” a atual Rua 08 do Loteamento Jardim Santa Teresinha, no Município de Descalvado-SP.

Art. 2º - Passarão a ter a mesma denominação seus eventuais prolongamentos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 22 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 3.875, DE
22 DE DEZEMBRO DE 2.014**

AUTORIA: VEREADOR LUIS CARLOS VICK FRANCISCO

DENOMINA “ADÉLIA CERANTOLA PRATTA”, A ATUAL RUA 10 DO LOTEAMENTO JARDIM SANTA TERESINHA, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO – SP.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se “ADÉLIA CERANTOLA PRATTA” a atual Rua 10 do Loteamento Jardim Santa Teresinha, no Município de Descalvado-SP.

Art. 2º - Passarão a ter a mesma denominação seus eventuais prolongamentos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 22 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 3.876, DE
22 DE DEZEMBRO DE 2.014**

AUTORIA: VEREADOR HELTON ANTONIO VENÂNCIO

DENOMINA “JOSÉ JACYNTHO”, A ATUAL RUA 01 DO RESIDENCIAL COSTA VERDE, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO – SP.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se “JOSÉ JACYNTHO” a atual Rua 01 do Residencial Costa Verde, no Município de Descalvado-SP.

Art. 2º - Passarão a ter a mesma denominação seus eventuais prolongamentos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 22 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 3.877, DE
22 DE DEZEMBRO DE 2.014**

**AUTORIA: VEREADOR JOSÉ AUGUSTO
CAVALCANTE NAVAS**

DENOMINA “DANIEL DE ASSIS”, A ATUAL RUA 02 DO RESIDENCIAL COSTA VERDE, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO – SP.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se “DANIEL DE ASSIS” a atual Rua 02 do Residencial Costa Verde, no Município de Descalvado-SP.

Art. 2º - Passarão a ter a mesma denominação seus eventuais prolongamentos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 22 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 3.878, DE
22 DE DEZEMBRO DE 2.014**

**AUTORIA: VEREADOR ARGEU DONIZETTI
RESCHINI**

DENOMINA “SEBASTIÃO GUINTHER”, A ATUAL RUA 01 DO RESIDENCIAL CAMPO BELO, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO – SP.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se “SEBASTIÃO GUINTHER” a atual Rua 01 do Residencial Campo Belo, no Município de Descalvado-SP.

Art. 2º - Passarão a ter a mesma denominação seus eventuais prolongamentos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Dezembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 22 de Dezembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.879, DE **22 DE DEZEMBRO DE 2014**

AUTORIA: VEREADOR HELTON ANTONIO VENÂNCIO

ACRESCE O § 5º AO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.146, DE 20 DE JUNHO DE 1.991, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 1.146, de 20 de junho de 1.991 passa a vigorar acrescido do § 5º, com a seguinte redação:

“ **Art. 2º** ...

§ 5º - Após o término do período destinado para a realização de propaganda eleitoral, previsto no § 9º do artigo 39 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1.997, ficam os candidatos, partidos políticos e as coligações partidárias obrigados a procederem à limpeza das ruas e passeios públicos situados defronte às seções eleitorais municipais, recolhendo os folhetos, volantes e outros impressos destinados à propaganda eleitoral, no prazo de 48 horas, sob pena de incidência nas sanções pecuniárias previstas nesta Lei.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Dezembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 22 de Dezembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.880, DE **22 DE DEZEMBRO DE 2014**

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL NOS LIMITES DAS POSSIBILIDADES FINANCEIRAS CONCEDER AUXÍLIOS E/OU SUBVENÇÕES SOCIAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal, nos limites das possibilidades financeiras, conceder Auxílios e/ou Subvenções Sociais às seguintes entidades:

Vinculados ao Gabinete do Prefeito:

SUBVENÇÃO – FMDCA

AFASC – Centro Sócio Educacional Franciscano Imaculada Conceição	R\$ 7.500,00
UNIDOS – União Descalvadense de Obras Sociais	R\$ 7.500,00
Grupo de Fraternidade Pai Jacob	R\$ 7.500,00
APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais	R\$ 7.500,00
Total	R\$ 30.000,00

AUXÍLIOS – FMDCA RECURSO COMUCRA

AFASC – Centro Sócio Educacional Franciscano Imaculada Conceição	R\$ 2.500,00
UNIDOS – União Descalvadense de Obras Sociais	R\$ 2.500,00
Grupo de Fraternidade Pai Jacob	R\$ 2.500,00
APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais	R\$ 2.500,00
Total	R\$ 10.000,00

AUXÍLIOS – FMDCA RECURSOS PRÓPRIOS

AFASC – Centro Sócio Educacional Franciscano Imaculada Conceição	R\$ 3.525,00
UNIDOS – União Descalvadense de Obras Sociais	R\$ 3.525,00
Grupo de Fraternidade Pai Jacob	R\$ 3.525,00
APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais	R\$ 3.525,00
Total	R\$ 14.100,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado	R\$ 3.621.400,00
Associação Protetora dos Animais de Descalvado	R\$ 66.000,00
DAREVI – Descalvado Ajudando na Recuperação da Vida	R\$ 67.200,00
FÊNIX – Associação Descalvadense de Apoio aos Portadores de Câncer	R\$ 84.000,00
Centro de Solidariedade Madre Teresa	R\$ 57.600,00
Associação Protetora dos Animais (Controle de Zoonoses)	R\$ 1.200,00
Total	R\$ 3.897.400,00

FUNDEB

MDE – EF

APM EMEF CAIC Doutor Cid Muniz Barreto	R\$ 86.635,00
APM EMEF Professora Thereza dos Anjos Puoli	R\$ 81.595,00
APM EMEF Professor Francisco Fernando Faria da Cunha	R\$ 81.595,00
APM EMEF Coronel Rafael Tobias	R\$ 81.635,00
APM EMEF Profª Edna M A Marini	R\$ 81.595,00
APM EMEF Profª Dirce Sartori Serpetino	R\$ 81.595,00
APM EMEF Padre Orestes Ladeira	R\$ 81.595,00
APM EMEF Profª Andreilino Casare	R\$ 81.595,00
APM EMEF Profª Maria Sylvia Traldi de Marco	R\$ 81.595,00
AFASC – Centro Sócio Educacional Franciscano Imaculada Conceição	R\$ 156.696,25
UNIDOS – União Descalvadense de Obras Sociais	R\$ 206.000,00
APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais	R\$ 113.668,75
Total	R\$ 1.215.800,00

MDE – EMEI

APM EMEI Prof. Mario Fransceschini	R\$ 19.604,65
APM EMEI Profª. Vânia de Falco Zago	R\$ 15.883,73
APM EMEI Profª. Teresinha Machado	R\$ 25.806,00
APM EMEI Dr. Luiz Dias Alvarenga	R\$ 25.806,00

APM EMEI Monsenhor José Canônico	R\$ 15.883,72
APM EMEI Maria de Lourdes Delalibera Benini	R\$ 19.604,65
APM EMEI Renata Salzano Gentil	R\$ 25.806,60
APM EMEI Paulo Roberto Jordão	R\$ 19.804,65
Total	R\$ 168.200,00

MDE – EMEI – PDDE Federal

APM EMEI Prof. Vânia Aparecida Zago	R\$ 1.500,00
APM EMEI Monsenhor José Canônico	R\$ 1.500,00
Total	R\$ 3.000,00

APM CRECHE

APM CRECHE Profª. Mathilde Cirelli	R\$ 30.875,00
APM CRECHE Profª. Paula C Xavier	R\$ 30.875,00
APM CRECHE CAIC Dr. Muniz Barreto	R\$ 30.875,00
APM CRECHE Gustavo Sicchirolí Guimarães	R\$ 30.875,00
Total	R\$ 123.500,00

CULTURA

Associação dos Amigos do Museu Público do Município de Descalvado	R\$ 40.000,00
Total	R\$ 40.000,00

FMAS – Recursos Próprios

Lar São Vicente de Paulo	R\$ 126.600,00
Casa de Oração A Santa Aliança I	R\$ 77.400,00
APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais	R\$ 189.120,00
AFASC – Centro Sócio Educacional Franciscano Imaculada Conceição	R\$ 79.800,00
UNIDOS – União Descalvadense de Obras Sociais	R\$ 143.600,00
Grupo de Fraternidade Pai Jacob	R\$ 111.634,00
Total	R\$ 728.154,00

FMAS – Recursos Federais Especial

Grupo de Fraternidade Pai Jacob – (PAC I)	R\$ 82.260,00
APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais (PTMC)	R\$ 82.260,00
Total	R\$ 164.520,00

FMAS – Recursos Estaduais – Básicos

APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais	R\$ 22.733,33
AFASC – Centro Sócio Educacional Franciscano Imaculada Conceição	R\$ 22.733,33
UNIDOS – União Descalvadense de Obras Sociais	R\$ 22.733,34
Total	R\$ 68.200,00

FMAS – Recursos Estaduais Especiais

Lar São Vicente de Paulo	R\$ 22.066,67
Grupo de Fraternidade Pai Jacob	R\$ 22.066,67
Casa de Oração A Santa Aliança I	R\$ 22.066,66
Total	R\$ 66.200,00

TOTAL GERAL DOS AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES.....R\$ 6.529.074,00

Art. 2º - Fica ainda o executivo Municipal autorizado a conceder acréscimos nos respectivos Auxílios e Subvenções desde que ocorra excesso de arrecadação no Orçamento do exercício e que não ultrapasse o limite já estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor para o exercício em questão.

Art. 3º - O executivo municipal regulamentará mediante decreto os requisitos e formas de prestação de contas das entidades subvencionadas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Dezembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 22 de Dezembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.881, DE

22 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO COM FINS A DOAÇÃO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL À EMPRESA “PRIME IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA”, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a concessão de direito de uso com fins à doação, à empresa “PRIME IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA.”, inscrita no CNPJ sob nº 08.231.589/0001-40 e Inscrição Estadual sob nº 285.034.919.114, estabelecida nesta cidade à Rua Nicolau Antonio Lobo, nº 652, Jardim Belém, de área encravada em maior porção junto à Matrícula nº 16.557, fixando-se para efeitos desta lei, a área assim descrita: “Um terreno identificado como 03-A-1.E, na Quadra “A”, do Distrito Industrial “Cosmo Fuzaro”, situado nesta cidade e comarca de Descalvado-SP, em zona de expansão urbana, de formato irregular, com frente para a Rua Elda Zaffalon Faria da Cunha e para a Estrada Municipal Descalvado/Porto Ferreira, medindo 45,57 ms. (quarenta e cinco metros e cinquenta e sete centímetros), em reta, no alinhamento da Rua Elda Zaffalon Faria da Cunha, contados a partir da divisa do Terreno 03-A-1.D, da Municipalidade de Descalvado, até o ponto inicial de curva para a Estrada Municipal Descalvado/Porto Ferreira; prosseguindo, daí, por 6,58 ms (seis metros e cinquenta e oito centímetros), em curva, da Rua Elda Zaffalon Faria da Cunha para a Estrada Municipal Descalvado/Porto Ferreira, alcançando o alinhamento desta; daí, por 17,36 ms. (dezesete metros e trinta e seis centímetros), em reta, pelo alinhamento da Estrada Municipal Descalvado/Porto Ferreira, alcançando a lateral direita do imóvel (de quem o olha da Rua Elda Zaffalon Faria da Cunha) na qual mede 81,11 ms. (oitenta e um metros e onze centímetros) em reta e confronta com o Terreno 03-A-1 (remanescente), da Municipalidade de Descalvado; 95,00 ms. (noventa e cinco metros), na lateral esquerda (de quem olha da Rua Elda Zaffalon Faria da Cunha, onde confronta com o Terreno 03-A-1.D, da Municipalidade de Descalvado, e 64,49 metros (sessenta e quatro e quarenta e nove centímetros) nos fundos, confrontando com o Terreno 03-A (remanescente), da Municipalidade de Descalvado; encerrando, assim, a área de 6.000,00 ms² (seis mil metros quadrados)”, estando referido imóvel descrito e caracterizado pelo Memorial Descritivo e Mapa, avaliado pela Comissão Municipal de Avaliações em R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais) consoante Laudo Avaliatório, e integrante de área de maior porção contida da Certidão de Matrícula nº 16.557, cujos documentos passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A concessão de direito de uso e a outorga de doação impõe à empresa cessionária do direito de uso o cumprimento das seguintes obrigações:

I - obtenção de aprovação do projeto técnico das construções no prazo de 03 (três) meses contados da data da imissão de posse na área esta que ocorrerá no ato da formalização do Instrumento de Concessão de Direito de Uso;

II - início das obras de edificação e isolamento do corpo imobiliário no prazo de 06 (seis) meses, contados da data da aprova-

ção do projeto técnico das construções;

III - conclusão das obras de edificação e início das atividades no prazo de 01 (um) ano, contado da data em que se encerra o prazo constante de alínea anterior;

IV - exercer as atividades do ramo de atividade da empresa cessionária do direito de uso, no imóvel, durante o prazo ininterrupto de (05) cinco anos;

V - gerar, de imediato, 15 (quinze) empregos e dentro de 24 (vinte e quatro) meses, mais 20 (vinte) postos de trabalho a pessoas residentes neste município, mediante registro em Carteira Profissional de Trabalho;

VI - recolher aos cofres públicos municipais, através de impostos, o valor correspondente à avaliação do imóvel doado, no prazo de 05 (cinco) anos, prorrogável mediante justificativa.

Parágrafo único - Os prazos constantes nas alíneas I e II deste artigo não serão prorrogados sob qualquer hipótese ou justificativa.

Art. 3º - O cumprimento individual das obrigações pela empresa deverá ser promovido pela mesma mediante requerimento protocolado no Setor de Protocolo Central da Prefeitura, com documentos comprobatórios do atendimento individual a cada obrigação.

Art. 4º - Cumpridas integralmente as obrigações fica o Poder Executivo autorizado a promover a outorga da escritura pública, cujas despesas correrão exclusivamente por conta da cessionária de direito de uso.

Art. 5º - O descumprimento de qualquer obrigação individual ou cumulativamente impõe a obrigação ao Poder Executivo em:

I - notificar a empresa inadimplente cientificando do descumprimento de sua obrigação e da adoção das medidas pertinentes;

II - revogar imediatamente a concessão de direito de uso, por ato próprio do Poder Executivo, fazendo restituir ao domínio público a posse da respectiva área, sem que caiba qualquer direito de retenção por benfeitorias à empresa cessionária do direito de uso ou ressarcimento pela mesma devido ao período de uso da área pública.

Art. 6º - Fica expressamente vedada a locação ou de qualquer forma, a transferência da posse imobiliária pela empresa cessionária a terceiros sem prévia autorização legislativa, sob pena de revogação da concessão.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 22 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.882, DE
22 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO COM FINS A DOAÇÃO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL À EMPRESA “MBM PRODUTOS E SERVIÇOS AGROZOOTÉCNICOS E VETERINÁRIOS LTDA”, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a concessão de direito de uso com fins à doação, à empresa “MBM PRODUTOS E SERVIÇOS AGROZOOTÉCNICOS E VETERINÁRIOS LTDA.”, inscrita no CNPJ sob nº 20.089.502/0001-48 e Inscrição Estadual sob nº 285.035.065.110, estabelecida nesta cidade à Rua Presidente Kennedy, nº 1.872, Jardim Alto da Boa Vista, de área em maior porção junto à Matrícula nº 19.391, fixando-se para efeitos desta lei, a área assim descrita e caracterizada: “Um terreno identificado como “Terreno 07”, destacado da “Granja Belenzinho”, localizado na Quadra “A”, sem benfeitoria, contendo a área de 2.240,00 metros quadrados, localizado com frente para o prolongamento da Rua Ambrozio Mendonça, onde mede 40,00 metros; na lateral direita de quem olha o imóvel do meio da Rua, partindo da frente em direção aos fundos, mede 56,00 metros, confrontando com o Terreno 06 numa extensão de 28,00 metros e com o Terreno 05 numa extensão de 28,00 metros; na lateral esquerda, também partindo da frente em direção aos fundos, mede 56,00 metros confrontando com o Remanescente 1 da “Granja Belenzinho” e aos fundos onde mede 40,00 metros, confronta com o Remanescente 1 da “Granja Belenzinho”, fechando assim o perímetro e a área mencionada.”, avaliado em R\$ 280.286,00 (duzentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e seis reais) pela Comissão Municipal de Avaliações, cujos documentos passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A concessão de direito de uso e a outorga de doação impõe à empresa cessionária do direito de uso o cumprimento das seguintes obrigações:

I - obtenção de aprovação do projeto técnico das construções no prazo de 03 (três) meses contados da data da imissão de posse na área esta que ocorrerá no ato da formalização do Instrumento de Concessão de Direito de Uso;

II - início das obras de edificação e isolamento do corpo imobiliário no prazo de 06 (seis) meses, contados da data da aprovação do projeto técnico das construções;

III - conclusão das obras de edificação e início das atividades no prazo de 01 (um) ano, contado da data em que se encerra o prazo constante de alínea anterior;

IV - exercer as atividades do ramo de atividade da empresa cessionária do direito de uso, no imóvel, durante o prazo ininterrupto de (05) cinco anos;

V - gerar, no mínimo, 25 (vinte e cinco) empregos a pessoas residentes neste município, mediante registro em Carteira Profissional de Trabalho, e dentro das possibilidades, contratar percentual de 30% (trinta por cento) da mão de obra não especializada dos moradores do bairro;

VI - recolher aos cofres públicos municipais, através de impostos, o valor correspondente à avaliação do imóvel doado, no prazo de 05 (cinco) anos, prorrogável mediante justificativa.

Continua ►

Parágrafo único – Os prazos constantes nas alíneas I e II deste artigo não serão prorrogados sob qualquer hipótese ou justificativa.

Art. 3º - O cumprimento individual das obrigações pela empresa deverá ser promovido pela mesma mediante requerimento protocolado no Setor de Protocolo Central da Prefeitura, com documentos comprobatórios do atendimento individual a cada obrigação.

Art. 4º - Cumpridas integralmente as obrigações fica o Poder Executivo autorizado a promover a outorga da escritura pública, cujas despesas correrão exclusivamente por conta da cessionária de direito de uso.

Art. 5º - O descumprimento de qualquer obrigação individual ou cumulativamente impõe a obrigação ao Poder Executivo em:

I – notificar a empresa inadimplente cientificando do descumprimento de sua obrigação e da adoção das medidas pertinentes;

II – revogar imediatamente a concessão de direito de uso, por ato próprio do Poder Executivo, fazendo restituir ao domínio público a posse da respectiva área, sem que caiba qualquer direito de retenção por benfeitorias à empresa cessionária do direito de uso ou ressarcimento pela mesma devido ao período de uso da área pública.

Art. 6º - Fica expressamente vedada a locação ou de qualquer forma, a transferência da posse imobiliária pela empresa cessionária a terceiros sem prévia autorização legislativa, sob pena de revogação da concessão.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal aos 22 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.883, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO “PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica instituído o PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR aos Servidores Celetistas, Estatutários ativos ou inativos contratados pelo Poder Executivo Municipal, atendidas as disposições desta Lei .

Art. 2º - O ingresso do servidor no PLANO DE ASSISTÊN-

CIA MÉDICA E HOSPITALAR deverá ser solicitado expressamente pelo servidor na Seção de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Descalvado e poderá ser extensivo aos dependentes.

Art. 3º - O PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR compreende as ações de medicina preventiva e curativa para os servidores e tem por finalidade a cobertura de despesas decorrentes de atendimento médico-hospitalar e dos atos necessários ao diagnóstico e ao tratamento.

Parágrafo Único: A participação no Plano de Assistência Médico e Hospitalar é facultativa e será manifestada mediante assinatura de Termo de Adesão.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias de cada órgão/Secretaria que o servidor estiver vinculado, no elemento de despesas 33.90.39.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Art. 5º Decreto do Poder Executivo regulamentará, no que couber e quando necessário , a concessão e regulação do benefício concedido por esta Lei .

Parágrafo único – O Poder Executivo promoverá o procedimento licitatório para contratação da empresa de assistência de saúde no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 23 dias do mês de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 23 de dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.212, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2.014

AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS EM DATAS E HORÁRIOS ESPECIAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os artigos 51, 53 e 54 da Lei Municipal nº 1.146, de 20 de junho de 1.991, considerando que o Sindicato do Comércio Varejista de Pirassununga e Região e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Carlos e Região, formalizaram Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos comerciários deste Município, definindo horário especial de funcionamento do comércio local, para este exercício e início do vindouro;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam os estabelecimentos comerciais autorizados a funcionar, em regime de jornada de trabalho especial, nos meses, datas e horários a seguir estabelecidos:

I – no mês de Dezembro de 2.014:

- a) aos Sábados, dias 06, 13 e 20, das 09:00 às 17:00 horas;
b) de Segunda à Sexta Feira, do dia 05 ao dia 23, das 09:00 às 22:00 horas;
c) Quarta-Feira, dia 24, das 09:00 às 17:00 horas;
d) Quinta-Feira, dia 25, NATAL, fechado;
e) Sexta-feira, dia 26, das 12:00 às 18:00;
f) Quarta-Feira, dia 31, das 09:00 às 13:00 horas;

II – no mês de janeiro de 2.015:

- a) Quinta-Feira, dia 01, ANO NOVO, fechado;
b) Sexta-Feira, dia 02, das 12:00 às 18:00 horas;
c) Sábado, dia 10, das 09:00 às 17:00 horas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 05 dias do mês de Dezembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, em 05 de Dezembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**DECRETO Nº 4.213, DE**
05 DE DEZEMBRO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICAM, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NO ARTIGO 6º, INCISO II, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 3.763, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a autorização legislativa prevista no artigo 6º, Inciso II, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares das seguintes dotações do orçamento do exercício de 2014:

020101	Gabinete do Prefeito			
020101.0412202032.001	Manut. Atividade - Gabinete			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13	01	40.977,86
020102	Gab. do Prefeito - Conselho Tutelar			
020102.0824302072.002	Manut. Atividade - Conselho Tutelar			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20	01	8.632,70
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	21	01	2.410,71
020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			

020201.1030102122.009	Manut. Ativ. - Ass. Med. Saúde			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	47	01	477.463,35
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	48	01	160.638,69
020201.1030202632.009	Manut. Ativ. - Ass. Med. Saúde			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	82	01	96.576,00
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	83	01	28.670,37
020201.1030302642.093	Manut. Ativ. Assistência Farmacêutica (Estadual)			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	120	02	3.000,00
020201.1030402132.011	Manut. Ativ. - Vig. Sanitária - R. Próprio			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	127	01	18.292,04
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	128	01	11.455,36
020202	Div. Prev. Ass. Odontológica - FMS			
020202.1030102152.016	Manut. Ativ. - Odontológico Saúde - R. Próprio			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	151	01	203.830,96
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	152	01	18.774,11
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos			
020301.1545102262.018	Manut. dos Serviços - Estradas			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	173	01	110.223,74
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	174	01	32.927,93
020301.1545202282.019	Manut. dos Serviços - Limp. Pública			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	183	01	223.966,98
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	184	01	43.770,55
020301.1545202282.020	Manut. dos Serviços - Cemitério			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	191	01	8.378,37
020301.1545202282.021	Manut. dos Serviços - Praças e Jardins			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	197	01	20.462,77
020403	Divisão de Controle e Gestão Ambiental			
020403.1854202612.087	Manut. Atividades - Controle e Gestão Ambiental			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	225	01	36.693,78
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	226	01	15.340,92
020404	Divisão de Recursos Hídricos			
020404.1854402622.088	Manut. Atividades - Rec Hídricos			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	236	01	55.417,68
020501	Divisão de Finanças			
020501.0412302042.025	Manut. Atividade - Finanças			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	248	01	91.042,67
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	249	01	6.322,54
020503	Divisão de Arrecadação			
020503.0412302342.056	Manut. Atividade - Arrecadação			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	257	01	14.623,51
020507	ENCARGOS DO MUNICÍPIO			
020507.2884600003.101	Manut. Atividade Administração - Inativos/Pensionistas			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	263	01	18,31
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	264	01	934,14
020507.2884600003.103	Manut. Sentenças Judiciais - Precatórios			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	267	01	18.965,68
020703	Divisão de Educação - MDE - CRECHE			
020703.1236502192.040	Manut. Atividade - CRECHE			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	281	01	137.760,46
020705	Divisão de Educação - Merenda			
020705.1230602162.043	Manut. da Merenda Escolar - Rec. Próprios			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	298	01	57.195,87
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	299	01	25.331,25
020706	Divisão de Educação - Outros			
020706.1236102212.068	Manutenção do Transporte de Alunos - QSE			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	325	05	25.800,00
020709	Divisão de Educação - FUNDEB			
020709.1236102392.062	Manut. Ensino Fundamental - Fundeb 40%			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	355	02	389.525,59
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	356	02	99.526,04
020709	Divisão de Educação - FUNDEB			
020709.1236502392.064	Manut. Ensino Infantil - Fundeb 60%			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	361	02	189.633,43
020801	Divisão de Agricultura			
020801.2060102312.051	Manut. Atividade - Agropecuária			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	365	01	20.168,96
020802	Divisão de Pecuária			
020802.2060502322.053	Manut. Atividade - Abastecimento			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	375	01	2.566,92
020901	Divisão de Assistência Social - FMAS			
020901.0824402092.027	Manut. Ativ. - FMAS - Rec. Próprio			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	382	01	112.846,79
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	383	01	16.113,15
021001	Divisão de Esporte e Lazer			
021001.2781202332.049	Manut. Atividade - Esportes			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	414	01	54.421,22
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	415	01	17.078,65
021002	Divisão de Turismo			
021002.1339202242.050	Manut. Atividade - Turismo			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	423	01	12.982,35
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	424	01	6.071,00
021101	Diretoria de Administração			
021101.0412202022.026	Manut. Atividade - Administração			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	432	01	93.585,35
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	433	01	48.929,35
021201	Procuradoria Geral do Município			
021201.0412502812.005	Manut. Ativ. - Procuradoria Geral			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	442	01	54.279,89
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	443	01	20.774,78
021401	Gerência de Projetos, Convenios e Contratos			
021401.0412202592.083	Manut. Atividade - Ger. Projetos, Conv. e Contratos			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	457	01	4.695,42
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	458	01	1.092,95
021501	Assessoria de Relações Institucionais e Ações Estr			
021501.0412202662.084	Manut. Atividade - Ass. Rel. Inst. e Ações Estratégicas			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	464	01	7.349,81
021601	Assessoria de Comunicação Social			
021601.0413102602.085	Manut. Atividades - Comunicação Social			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	472	01	1.189,89
020704	Divisão de Educação - AEF			

020704.1236102202.042	Manut.Atividade - Ens.Fundamental				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	290	01	115.169,52	
	TOTAL			3.263.900,36	

Art. 2º - Os créditos adicionais constantes deste decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações:

020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS				
020201.1030102122.010	Manut.Ativ.- Ass.Med.Saúde - Vinculado				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	65	02	1.000,00	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	66	02	1.000,00	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	67	02	1.000,00	
020201.1030502142.013	Manut.Ativ.- Vig.Epidemiológica - R.Próprio				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	139	01	785,37	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	140	01	1.562,54	
020201.1030202632.098	Manut.Ativ.- Ass. Med. Saúde				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	71	01	1.000,00	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	72	01	1.000,00	
020201.1030202632.009	Manut.Ativ.- Ass. Med. Saúde				
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	84	01	1.000,00	
020201.1030102122.009	Manut.Ativ.- Ass. Med. Saúde				
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	49	01	2.000,00	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	50	01	91.023,64	
020706	Divisão de Educação - Outros				
020706.1236102212.077	Manutenção do Ensino Fundamental QSE				
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	327	05	25.800,00	
020706.1236102212.042	Manut.Atividade - Ens.Fundamental				
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	313	01	303.000,00	
020709	Divisão de Educação - FUNDEB				
020709.1236102392.062	Manut.Ensino Fundamental - Fundeb 40%				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	353	02	370.376,48	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	354	02	209.648,59	
020709.1236502392.064	Manut.Ensino Infantil - Fundeb 60%				
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	362	02	315.377,95	
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos				
020301.1545202282.019	Manut. dos Serviços - Limp. Pública				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	183	01	20,00	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	185	01	1.000,00	
020301.1545202282.020	Manut. dos Serviços - Cemitério				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	192	01	500,00	
020301.1545202282.021	Manut. dos Serviços - Praças e Jardins				
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	198	01	1.000,00	
021501	Assessoria de Relações Institucionais e Ações Estr				
021501.0412202662.084	Manut. Atividade - Ass.Rel. Inst.e Ações Estratégicas				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	465	01	858,69	
021601	Assessoria de Comunicação Social				
021601.0413102602.085	Manut. Atividades - Comunicação Social				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	471	01	893,71	
020403	Divisão de Controle e Gestão Ambiental				
020403.1854202612.087	Manut. Atividades - Controle e Gestão Ambiental				
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	227	01	1.000,00	
020705	Divisão de Educação - Merenda				
020705.1230602162.043	Manut. da Merenda Escolar - Rec.Propríos				
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	300	01	1.000,00	
021301	Ouvidoria				
021301.0413102582.082	Manut. Atividade - Ouvidoria				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	450	01	8.194,37	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	451	01	2.248,17	
020404	Divisão de Recursos Hídricos				
020404.1854402622.088	Manut. Atividades - Rec Hídricos				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	237	01	45.779,65	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	238	01	10.000,00	
020801	Divisão de Agrícola				
020801.2060102312.051	Manut. Atividade - Agropecuária				
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	366	01	16.807,01	
020101	Gabinete do Prefeito				
020101.0412202032.001	Manut. Atividade - Gabinete				
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	14	01	18.978,52	
020507	ENCARGOS DO MUNICIPIO				
020507.2884600003.103	Manut. Sentenças Judiciais - Precatórios				
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	269	01	23.117,58	
020702	Divisão de Educação - MDE - EMEI				
020702.1236502182.038	Manut.Atividade - EMEI				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	272	01	109.899,42	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	273	01	25.705,48	
020703	Divisão de Educação - MDE - CRECHE				
020703.1236502192.040	Manut.Atividade - CRECHE				
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	282	01	35.745,28	
020708	Divisão de Cultura				
020708.1339202232.048	Manut. Ativ. - Cultura				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	342	01	41.389,49	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	343	01	107.186,21	
020802	Divisão de Pecuária e Sanitaria				
020802.2060502322.053	Manut. Atividade - Abastecimento				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	374	01	51.913,14	
020302	Div. Sup. Proj. Obras Públicas				
020302.1545102252.022	Manut.Ativ. - Sup.Proj.Obras Públicas				
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	208	01	133.013,60	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	209	01	93.727,66	
020704	Divisão de Educação - AEF				
020704.1236102202.042	Manut.Atividade - Ens.Fundamental				
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	291	01	96.347,92	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	292	01	32.068,85	
020202	Div. Prev. Ass. Odontológica - FMS				
020202.1030102152.016	Manut.Ativ. - Odontológico Saúde - R.Próprio				
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	153	01	219.134,39	
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos				

020301.1545102262.018	Manut. dos Serviços - Estradas				
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	177	01	127.212,03	
020703	Divisão de Educação - MDE - CRECHE				
020703.1236502191.026	Eq.Mat.Perm./Obras/Imóvel - CRECHE				
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	280	01	89.000,00	
020703.1236502192.040	Manut. Atividade - CRECHE				
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	283	01	89.000,00	
021001	Divisão de Esporte e Lazer				
021001.2781202332.049	Manut. Atividade - Esportes				
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	418	01	150.000,00	
021002.1339202242.050	Manut. Atividade - Turismo				
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	427	01	130.000,00	
020706	Divisão de Educação - Outros				
020706.1236102212.042	Manut.Atividade - Ens.Fundamental	312	01	130.000,00	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO				
	TOTAL			3.263.900,36	

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2014/2017 aprovado pela Lei nº 3.724 de 28/08/2013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentária aprovada pela Lei nº 3.725 de 28/08/2013 os programas contidos nesta Lei.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 05 de Dezembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no Paço Municipal, em 05 de Dezembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.214/2.014

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO COMUM DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento Comum das Unidades Escolares do Município de Descalvado, conforme Anexo Único a este Decreto.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Descalvado, aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no paço Municipal, em 19 de dezembro de 2014.

SÍLVIO BELLINI
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

**PREFEITURA MUNICÍPIO DE DESCALVADO**

Secretaria de Educação e Cultura - SEEC
Av. Guerino Oswald, 466 - 1º andar - Centro
Fone/Fax: (19) 3583-3934 / 3583-7248 / 3583-7385
e-mail: seecpmd@gmail.com



REGIMENTO COMUM DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

DESCALVADO – SÃO PAULO

REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

TÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO, DA NATUREZA, DOS PRINCÍPIOS, DOS FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL E OBJETIVOS, DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA, DOS NÍVEIS CURSOS E MODALIDADES DE ENSINO

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO

Art.1º - As Unidades Escolares mantidas pelo Poder Público Municipal são administradas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos da legislação vigente e das orientações e normas emanadas do Conselho Municipal de Educação. As unidades escolares municipais reger-se-ão por este regimento.

§ 1º As unidades escolares do município que atendem crianças de 0 a 3 anos denominam-se Centro de Educação Infantil (CEI).

§ 2º As unidades escolares do município que ministram Educação Infantil que atendem crianças de 4 e 5 anos, denominam-se Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI).

§ 3º - As unidades escolares do município que ministram Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos denominam-se Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF).

CAPÍTULO II

DA NATUREZA, DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º - A escola é instituição pública, gratuita, laica, direito da população, dever do Estado e da família, estando a serviço das necessidades e características do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, independentemente de sexo, etnia, cor, situação sócio-econômica, religião, proibidos quaisquer preconceitos e discriminações.

Art. 3º - A educação, dever da família e do Estado, inspira-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 4º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VI. Coexistência de parcerias públicas e privadas de ensino;
VII. Gestão democrática do ensino público;
VIII. Garantia de padrão de qualidade;
IX. Valorização da experiência extra-escolar e comunitária;
X. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XI. Valorização do profissional da Educação.

XII. Prioridade à integração entre o fato pedagógico e a realidade dos alunos, direcionando para a aprendizagem;

XIII. Conciliação entre o humanismo e a tecnologia.

Art. 5º - As escolas do município têm por fim promover a Educação Básica, nos níveis de escolaridade e modalidades de ensino - Educação Infantil, de Ensino Fundamental Regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

§ 1º - A Educação Infantil, oferecida em CEIs e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos, constituem-se em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 2º - O Ensino Fundamental tem caráter regular. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é oferecida aos alunos que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental regular na idade própria.

§ 3º - O Ensino Fundamental regular e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) possuem a função de promover o desenvolvimento do aluno, assegurando-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania, ao preparo para o trabalho e à continuidade de estudos.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 6º - Os objetivos do ensino devem convergir para os fins mais amplos da educação nacional, expressos na LDBEN nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo Único - São objetivos das escolas do município de Descalvado, São Paulo, além daqueles previstos na LDBEN nº 9.394/96:

I - Elevar, sistematicamente, a qualidade do ensino oferecido aos educandos;

II - Promover a integração escola – comunidade;

III - Proporcionar um ambiente favorável ao estudo e ao ensino;

IV - Estimular em seus alunos a participação, bem como à atuação solidária junto à comunidade;

V - Formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Art. 7º - A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 05 anos de idade, norteando-se pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, tendo como objetivos:

I - Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;

II - Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem estar;

III - Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas potencialidades de comunicação e integração social;

IV - Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais,

Continua ►

aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

V - Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente, valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;

VI - Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;

VII - Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;

VIII - Conhecer manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas, valorizando a diversidade.

Art. 8º - O Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do aluno com uma consciência social, crítica, solidária e democrática que caracteriza o cidadão.

Parágrafo Único - O ensino deverá garantir oportunidades ao aluno para que, gradativamente, se perceba como agente do processo de construção do conhecimento e de transformação das relações entre os homens em sociedade, por meio da ampliação e da recriação de suas experiências, de sua articulação com o saber organizado e da relação da teoria com a prática, respeitando-se as especificidades do Ensino Fundamental, mediante:

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA, DOS NÍVEIS, CURSOS E MODALIDADES DE ENSINO

Art. 9º - As Escolas Municipais de Descalvado destinam-se a oferecer Educação Infantil e Ensino Fundamental e atenderão os alunos considerando as características das diversas faixas etárias e as necessidades educativas especiais, adequando-lhes os processos de ensino, materiais didático-pedagógicos, equipamentos e mobiliários.

§1º - Educação Infantil.

I - O CEI destina-se ao atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade e funcionará em regime integral ou parcial.

II - A Pré Escola destina-se ao atendimento de crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos de idade e funcionará em regime integral ou parcial.

III - A Educação Infantil oferecerá atendimento educacional nas fases abaixo discriminadas:

Fases de CEI	Idade
Berçário 1	Para crianças de 01 (um) ano.

Berçário 2	Para crianças a partir de 01 (um) ano até 02 (dois) anos
Maternal 1	Para crianças a partir de 2 (dois) anos até 03 (três) anos.
Maternal 2	Para crianças a partir de 03 (três) anos até 04 (quatro) anos
Fases de Pré-escola	Idade
1º nível (etapa)	Para crianças de 04 (quatro) anos.
2º nível (etapa)	Para crianças de 05 (cinco) anos.

um) de março do ano de ingresso, salvo para o Berçário 1, que será de 04 (quatro) ou de 06 (seis) meses completos, segurado a criança e a mãe o direito de Licença Maternidade.

V - As inscrições na Educação Infantil serão realizadas por chamada pública, em período divulgado pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura, no ano anterior ao ingresso, devendo ser efetuada na instituição mais próxima da residência da criança.

VI - A frequência da criança somente será permitida após a efetivação da matrícula pelos responsáveis legais.

VII - As crianças a partir de 4 meses poderão ser matriculadas no Centro de Educação Infantil.

VIII - A certidão de nascimento será apresentada no ato da matrícula, salvo no caso de justificada ausência de documentação, o que deverá ser saneado no prazo máximo de dez dias.

IX - Serão atendidas, prioritariamente, as crianças com risco social, aquelas que residam nas proximidades da unidade escolar, filhos de mães trabalhadoras desde que devidamente comprovado e, por último, as crianças mais velhas.

§ 2º Ensino Fundamental

I - Fundamental I - correspondendo ao ensino do 1º ao 5º ano, constituindo-se dos anos iniciais, do 1º ao 3º ano, e dos anos finais, do 4º ao 5º ano;

II - Fundamental II - correspondendo ao ensino do 6º ao 9º ano, constituindo-se dos anos iniciais, 6º e 7º ano, e os anos finais, do 8º ao 9º ano;

III - Educação Especial para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, através do AEE - Atendimento Educacional Especializado, ministrado sob os princípios da educação inclusiva;

IV - Educação de Jovens e Adultos:

a) EJA - correspondendo ao Ciclo I (1º ao 5º ano), subdividindo-se em 2 termos: T1 (1º, 2º e 3º ano) e T2 (4º e 5º ano); de acordo com a legislação vigente referente a idade.

V - Para matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental a idade mínima será de 06 (seis) anos, a completar até 31 (trinta e um) de março do ano de ingresso.

VI - A escola poderá instalar outros cursos ou projetos especiais com a finalidade de atender aos interesses da comunidade escolar, podendo a Direção da escola, nesses casos, firmar convênios e propor termos de cooperação com entidades públicas e privadas, submetendo-os à apreciação do Conselho de Escola e à aprovação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Lei Orgânica do Município.

Art. 10º - O ano letivo para as unidades escolares do município terá a duração mínima de 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar, distribuídos em 02 (dois) semestres, proporcionais,

na forma de, aproximadamente, cem (100) dias letivos.

§ 1º - Na Educação Infantil, nas Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI - a carga horária anual será de mil (1000) horas e nos CEIs de 800 (oitocentas) horas de trabalho efetivo escolar;

§ 2º No Ensino Fundamental a carga horária anual será de mil (1.000) horas de efetivo trabalho escolar;

§ 3º - A Educação de Jovens e Adultos, entendida como EJA, correspondente aos 05 (cinco) anos do Ensino Fundamental, Ciclo I, regular, compõe-se de 02 (dois) termos, com carga horária de 300 (trezentas) horas, distribuídas em 100 (cem) dias letivos;

Art. 11 - As escolas de Ensino Fundamental funcionarão em 02 (dois) turnos diurnos e, quando houver demanda, no noturno, para cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Art. 12 - Em havendo condições, as escolas poderão ampliar, gradativamente, a permanência dos alunos nas mesmas, conforme dispõe o art. 34 da Lei 9394/96 (LDB) Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 13 - São considerados de efetivo trabalho escolar os dias em que forem desenvolvidas atividades regulares de aula ou de programações previstas no Calendário Escolar, com a presença dos professores e a frequência controlada dos alunos.

Art. 14 - O Calendário Escolar para o ano letivo das Unidades Escolares do município será elaborado de acordo com as orientações da Secretaria Municipal da Educação e Cultura e com a legislação vigente, homologado pelo Poder Executivo local e fixado em local visível na Unidade Escolar.

Art. 15 - A Escola atenderá aos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, incluindo-os nas classes comuns, bem como poderá oferecer atividades complementares ou suplementares em salas de recursos multifuncionais no período contrário ao horário das suas classes regulares.

Art. 16 - Na impossibilidade do cumprimento dos dias letivos e conteúdos por motivos de doenças, os alunos terão o direito ao atendimento individualizado, após requerimento à direção da escola, que deverá elaborar um plano de atendimento.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA, DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E DOS COLEGIADOS, DAS NORMAS DE GESTÃO E CONVIVÊNCIA DO PLANO DE GESTÃO

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 17 - A gestão das escolas do município terá caráter democrático, será exercida com a observância dos princípios de autonomia, respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, de coerência, de co-responsabilidade e participação da comunidade escolar e local, integração de esforços, de respeito à pessoa, priorizando os interesses do ensino e do coletivo, assegurando um padrão adequado de qualidade do trabalho escolar.

Art. 18 - A gestão democrática, em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, será expressa:

I - Na participação dos seus profissionais na formulação, implantação e avaliação do projeto político pedagógico da escola;

II - Na participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar – equipe gestora, professores, pais, alunos e funcionários – nos processos consultivos e decisórios, através da Associação de Pais e Mestres, do Conselho de Escola e do Conselho de Classe da educação básica;

III - Na autonomia da gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as diretrizes e normas vigentes;

IV - Na administração dos recursos financeiros, através da elaboração, execução e avaliação do respectivo plano de aplicação, aprovado pelos órgãos e/ou instituições escolares competentes, obedecendo a legislação específica para gastos e prestação de contas de recursos públicos;

V - Na transparência dos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, com facilidade de acesso das pessoas às informações, documentos e procedimentos de natureza pública, garantindo-se a responsabilidade e o zelo comum na manutenção e otimização do uso, aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos;

VI - Na valorização da escola enquanto espaço privilegiado de execução do processo educacional;

VII - Na adoção de parcerias com instituições, entidades governamentais e não governamentais que tragam benefícios, desde que aprovadas pelo Conselho de Escola e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CAPÍTULO II

DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E DOS COLEGIADOS

Art. 19 - As instituições escolares têm a função de aprimorar o processo de construção da autonomia da escola e as relações de convivência intra-escolar e extra-escolar.

Art. 20 - As escolas da rede municipal de ensino contarão com as seguintes instituições e colegiados escolares:

A- Colegiados

I – Conselho de Escola

II – Conselho de Classe

B- Instituições Escolares

I - Associação de Pais e Mestres;

Parágrafo Único - Cabe à Direção de cada unidade escolar garantir a articulação das instituições e colegiados escolares.

Art. 21 - Outras instituições e associações poderão ser criadas pelo Conselho de Escola e explicitadas no Plano de Gestão, com anuência da SEEC-Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 22 - Todos os bens da escola e de suas instituições, juridicamente constituídas, serão patrimoniados e sistematicamente atualizados, com as cópias de seus registros encaminhadas anualmente à Secretaria de Educação e Cultura.

SEÇÃO I

DOS COLEGIADOS

SUBSEÇÃO I

DO CONSELHO DE ESCOLA

Art. 23 - O Conselho de Escola é um Colegiado constituído, de acordo com as normas traçadas neste Regimento, por um membro nato, por representantes das demais categorias de servidores em exercício na unidade escolar e por representantes dos pais.

Parágrafo Único – A atuação e representação dos integrantes deste Conselho visarão aos interesses do alunado, inspiradas nas finalidades e objetivos da educação pública do sistema municipal de ensino.

Art. 24 - A ação do Conselho de Escola estará articulada com as ações dos profissionais que nele atuam, preservada a especificidade de cada área de atuação.

Art. 25 - A autonomia do Conselho exercer-se-á nos limites da legislação em vigor, do compromisso com a democratização da gestão escolar e das oportunidades de acesso e permanência na escola pública de todos os que a ela têm direito.

DA NATUREZA

Art. 26 - O Conselho de Escola, de natureza consultiva e deliberativa, estabelecerá, no âmbito escolar, as diretrizes gerais relativas à sua ação, organização, funcionamento e relação com a comunidade, compatíveis com as diretrizes da Política Educacional da Secretaria de Educação e Cultura, participando e responsabilizando-se social e coletivamente pela implantação de suas deliberações.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 27 - São atribuições do Conselho de Escola:

I - Deliberar ou opinar, de acordo com o encaminhamento dado pelo Gestor da Escola, nos limites estabelecidos pela legislação e normas, sobre:

a) Toda infração do Regimento Escolar, bem como de tudo o que considerar falta grave, será ouvido pelo Conselho para aplicação da penalidade e encaminhamento às autoridades competentes;

b) A análise e julgamento de todos os procedimentos que atentem contra as normas e procedimentos da escola;

c) Os programas especiais visando à integração entre escola, família e comunidade;

d) A criação e regulamentação das instituições auxiliares da escola;

e) As normas de funcionamento da escola, observando a legislação em vigor;

f) A cessão de uso das dependências escolares, desde que a atividade não prejudique o funcionamento normal da escola no período de aula ou de atividades extracurriculares, para a realização de encontros de caráter cultural, bem como para práticas recreativas ou desportivas. Na impossibilidade de convocação do Conselho, cabe ao gestor da escola essa deliberação. (Anexo I).

g) A Homologação do Calendário Escolar, observadas as normas da Secretaria de Educação e Cultura e a legislação pertinente;

h) Os relatórios anuais da escola, analisando seu desempenho em face das diretrizes e metas estabelecidas, na reunião ao final do ano;

§ 1º - Nenhum dos membros do Conselho de Escola poderá acumular votos, não sendo também permitidos os votos por procuração.

§ 2º - O Conselho de Escola deverá reunir-se, ordinariamente, duas (02) vezes por semestre e, extraordinariamente, por convocação do Gestor da Escola.

§ 3º - As deliberações e propostas do Conselho constarão em ata, serão sempre tornadas públicas e decididas em reuniões realizadas com a presença da maioria simples (50%+1).

DA CONSTITUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Art. 28 - O Gestor da Escola é o único membro nato e presidente do Conselho de Escola.

Art. 29 - O Conselho de Escola contará com representantes eleitos e pertencentes à equipe docente, à equipe técnico-pedagógica, aos núcleos administrativos e operacionais e representantes dos pais ou responsáveis pelos alunos.

Art. 30 - O Conselho de Escola articulado deverá contemplar os critérios da paridade e proporcionalidade.

§ 1º - A paridade numérica será definida de tal forma que a soma dos representantes dos pais seja igual ao número dos representantes da equipe escolar.

§ 2º - A proporcionalidade deverá garantir a representatividade de todos os segmentos da comunidade escolar, possibilitando o funcionamento efetivo do Conselho.

§ 3º - O Conselho de Escola deverá contar com um mínimo de dez (10) componentes e, no máximo, vinte (20) componentes, fixados sempre proporcionalmente ao número de classes do estabelecimento de ensino e obedecendo à seguinte proporcionalidade de membros e critérios:

a) 30% (trinta) dos pais ou responsáveis;

b) 20% (vinte) de alunos;

c) 30% (trinta) da equipe docente;

d) 20% (vinte) do conjunto das demais equipes escolares, (especialistas, funcionários, incluindo o membro nato).

§ 4º - Na educação infantil, não havendo representante de alunos, será de 50% (cinquenta) a proporção dos pais ou responsáveis.

§ 5º - Cada segmento representado terá 01(um) suplente, que substituirá o membro efetivo em suas ausências e impedimentos.

DO PROCESSO ELETIVO

Art. 31 - Todos os membros do Conselho de Escola serão eleitos em assembleia de seus pares, respeitadas as categorias e a proporcionalidade definida no artigo 31, § 3º.

Art. 32 - As assembleias para as eleições serão convocadas pelo Presidente do Conselho, com a adoção de providências necessárias à divulgação de sua realização, do objetivo, do local, da data e horário, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, garantindo o conhecimento por todos os interessados.

§ 1º - As assembleias mencionadas no “caput” deste artigo serão presididas pelo Presidente do Conselho ou pelo Vice-Presidente.

§ 2º - As referidas assembleias serão realizadas em primeira convocação, com a presença da maioria simples (50% [cinquenta] + 01[um]) ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer quorum.

§ 3º - As eleições dos representantes dar-se-ão por maioria simples dos presentes, nas diferentes assembleias.

Art. 33 - Os mandatos dos integrantes do Conselho de Escola terão duração de um ano até a posse do novo Conselho de Escola, que deverá ocorrer entre 30 (trinta) dias após o início do ano letivo, sendo permitida a reeleição e posterior recondução por um ano.

Parágrafo Único No caso de vacância e não havendo suplentes, serão convocadas novas assembleias para o preenchimento de vagas, obedecendo as mesmas disposições dos artigos 32 e 33.

Art. 34 - Constituído o Conselho de Escola, na ausência do

Presidente o Vice-Presidente convocará e presidirá a reunião plenária de todos os membros para eleição dos membros do Conselho por meio de processo a ser decidido pela própria plenária.

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ESCOLA

Art. 35 - Este órgão colegiado será um centro permanente de debate, de articulação entre os vários setores da Escola para a prática de suas atribuições.

Parágrafo Único A participação como membro deste Conselho será considerada relevante, devendo ser encorajada e valorizada.

Art. 36 - A critério do próprio Conselho de Escola e para facilitar, sem burocratizar o seu funcionamento, poderão ser constituídos grupos ou comissões de trabalho.

Parágrafo Único – O Conselho poderá elaborar o seu Regimento, o qual somente poderá ser alterado por proposta de 1/3 (um terço) de seus membros, objetivando a melhoria da qualidade da Escola.

Art. 37 - As reuniões deste Colegiado deverão ser ordinárias e bimestrais e, extraordinariamente, conforme a urgência da situação a ser analisada e das decisões decorrentes.

§ 1º - As deliberações e propostas do Conselho constarão em ata, serão sempre tornadas públicas e decididas com a presença da maioria simples (50%+1).

§ 2º - Os membros do Conselho de Escola que se ausentarem por 02 (duas) reuniões consecutivas, sem justa causa, serão substituídos, assumindo o respectivo suplente.

§ 3º - Em caso de empate, em qualquer uma das votações, caberá ao presidente votar pelo desempate.

Art. 38 - Poderão participar das reuniões do Conselho de Escola, com direito a voz e não a voto, os profissionais de outras Secretarias que atendam à ESCOLA, representantes da Secretaria de Educação e Cultura e de Entidades Conveniadas ou membros da Comunidade.

SUBSEÇÃO II

DO CONSELHO DE CLASSE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 39 - Os Conselhos de Classe, enquanto Colegiados responsáveis pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem, organizar-se-ão de forma a:

I - Possibilitar a inter-relação entre profissionais e alunos, entre classes, anos, turnos e ciclos;

II - Propiciar o debate permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem;

III - Favorecer a integração e a sequência dos conteúdos curriculares um mesmo ciclo e entre ciclos;

IV - Orientar o processo de gestão do ensino.

§ 1º - Os Conselhos de Classe, na Educação Básica, serão constituídos pelos professores que lecionam na unidade escolar, organizado pela equipe gestora.

§ 2º - Os Coordenadores Pedagógicos participarão obrigatoriamente dos Conselhos de Classe;

§ 3º - O Gestor de Escola presidirá todos os Conselhos, podendo delegar a presidência ao Coordenador Pedagógico ou a um docente, em caráter especial.

Art. 40 - Os Conselhos de Classe terão as seguintes atribuições:

I - Avaliar o rendimento da classe e confrontar os resultados de aprendizagem relativos aos diferentes componentes curriculares:

a) Analisando os critérios de avaliação utilizados;

b) Identificando os alunos de aproveitamento insatisfatório;

c) Identificando as causas do aproveitamento insuficiente;

d) Coletando informações sobre as necessidades, interesses e aptidões dos alunos;

e) Elaborando a programação das atividades para os alunos enviados para estudos de recuperação e para compensação de ausências;

II - Avaliar o comportamento da classe:

a) Analisando o relacionamento da classe com o professor ou professores;

b) Identificando os alunos com dificuldades de relacionamento na escola;

c) Propondo medidas para sanar problemas de relacionamento na escola, em busca de uma melhor convivência social;

d) Integrando os alunos com necessidades educacionais especiais ao convívio da escola, com a participação, sempre que possível, dos profissionais da área, lotados na Secretaria de Educação e Cultura;

III - Decidir sobre:

a) Promoção ou retenção do aluno, determinando a sua nota final, sempre que esta, emitida pelo Professor da classe ou de determinado componente curricular, estiver em desacordo com a produção anual do aluno em análise;

b) Meios alternativos de adaptação, de reconhecimento e aproveitamento de estudos;

c) Os casos de aceleração de estudos, classificação e reclassificação de alunos.

Art. 41 - Os Conselhos de Classe deverão reunir-se, ordinariamente, uma vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Direção da escola.

§1º Os Conselhos de classe reunir-se-ão bimestralmente para atendimento do artigo 41, nos seus Incisos I e II.

§2º - Os Conselhos de Classe reunir-se-ão ao final do ano letivo para atendimento ao que dispõe nas alíneas a, b e c, do inciso III do artigo 41.

SEÇÃO II

DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

SUBSEÇÃO I

DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES – A. P. M.

Art. 42 -A Associação de Pais e Mestres (A.P.M.) é uma instituição auxiliar da escola e terá por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração escola, família e comunidade.

Art. 43 - A Associação de Pais e Mestres (A.P.M.), instituição sem fins lucrativos, estará voltada para objetivos sociais e educativos, sem comprometimento político partidário e atitudes discriminatórias de qualquer tipo.

Art. 44 - A Associação de Pais e Mestres (A.P.M.), estabelecerá um estatuto próprio, poderá elaborar seu regimento dentro das normas e diretrizes vigentes e deverá elaborar o Plano de Trabalho e Aplicação de Recursos integrados ao Projeto Político Pedagógico, atendendo ao disposto em legislação própria e com orientação da Secretaria da Educação e Cultura.

CAPÍTULO III

DAS NORMAS DE GESTÃO E CONVIVÊNCIA

Art. 45 - As relações profissionais e interpessoais nas escolas do município, fundamentadas na relação entre direitos e deveres, pautar-se-ão pelos princípios da responsabilidade, solidariedade, tolerância, ética, comprometimento, respeito, disciplina, participação, diversidade, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática.

Art. 46 - As Normas de Gestão e Convivência, elaboradas com a participação representativa dos envolvidos no processo educativo, pais, professores e funcionários, contemplarão no mínimo:

I - Princípios que regem as relações profissionais e interpessoais;

II - Direitos e deveres dos participantes do processo educativo;

III - Formas de acesso e utilização coletiva dos diferentes ambientes escolares;

IV - Responsabilidade individual e coletiva na manutenção de equipamentos, materiais, salas de aula e demais ambientes.

Parágrafo Único - A escola não poderá fazer solicitações que impeçam a frequência de alunos às atividades escolares ou venham a sujeitá-los a discriminação ou constrangimento de qualquer ordem.

Art. 47 - Nos casos de descumprimento de normas previstas neste regimento, pelo servidor público, pelo funcionário regido pela CLT (Consolidação das Leis do trabalho) ou pelos alunos, será salvo-guardado:

I - O direito de ampla defesa e recurso à Secretaria de Educação e Cultura, e ao conselho municipal de educação, quando for o caso;

II - Assistência dos pais ou responsáveis;

III - Direito do aluno a continuidade de estudos.

SEÇÃO I**DOS DIREITOS E DEVERES DA EQUIPE GESTORA, CORPO DOCENTE E FUNCIONÁRIOS.**

Art. 48 - Além dos direitos decorrentes da legislação específica, são assegurados à equipe gestora, docentes e funcionários:

I - Direito à realização humana e profissional;

II - Direito ao respeito e a condições condignas de trabalho;

III - Direito de recurso à autoridade superior.

IV - Manter a escrituração em dia no que tange ao aluno e à escola.

Art. 49 - Aos Gestores, coordenadores pedagógicos, docentes e funcionários das Unidades Escolares, caberá cumprir:

I - Integralmente as responsabilidades e os deveres decorrentes dos seus direitos e das funções do seu cargo;

II - Cumprir seu horário de trabalho, reuniões e período de permanência na escola, sendo referência para os demais funcionários;

III - Manter com seus colegas o espírito de colaboração, amizade e profissionalismo.

Art. 50 - Ao Gestor da Escola, ao Professor Coordenador Pedagógico, aos docentes e aos funcionários, quando incorram em desrespeito, negligência ou revelem incoerência ou incompatibilidade com a função que exercem, cabem as penas disciplinares previstas na lei vigente.

SEÇÃO II**DOS DIREITOS E DEVERES DOS ALUNOS E SEUS RESPONSÁVEIS.****SUBSEÇÃO I****DOS DIREITOS E DEVERES DOS ALUNOS**

Art. 51 - Os alunos, além do que estiver previsto na legislação, têm direito a:

I - Formação educacional adequada e em conformidade com os currículos apresentados no planejamento anual;

II - Carga horária estabelecida no Plano de Gestão da escola;

III - Respeito a sua pessoa por parte de toda a comunidade escolar;

IV - Convivência sadia com seus colegas;

V - Comunicação harmoniosa com seus educadores;

VI - Associação, podendo eleger representantes de classe;

VII - Recorrer às instâncias escolares superiores;

VIII - Ser informado pela Equipe Gestora da escola sobre as condutas consideradas apropriadas e quais as que podem resultar em sanções disciplinares, para que tome ciência das possíveis consequências de suas atitudes, em seu rendimento escolar e no exercício dos seus direitos, expressos em textos legais;

IX - Estar acompanhado de seus pais ou responsáveis em reuniões e audiências que tratem de seus interesses quanto ao desempenho escolar ou em procedimentos administrativos que possam resultar em penalidades;

X - Receber educação em uma escola limpa e segura e, se aluno com necessidades educacionais especiais, recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente gratuita;

XI - Receber informações sobre seu progresso educativo;

XII - Ser notificado, com a devida antecedência, sobre o seu encaminhamento para programas de recuperação, em razão do aproveitamento escolar;

XIII - Ser notificado sobre a possibilidade de recorrer em caso de reprovação escolar;

XIV - Ter garantia de confiabilidade das informações de caráter pessoal ou acadêmicas registradas ou armazenadas pelo sistema escolar, salvo em casos de risco ao ambiente escolar ou em atendimento a requerimento de órgãos oficiais competentes.

XV - Justificar ausências.

§ 1º - Nenhum aluno poderá ser impedido de participar das atividades escolares em razão de qualquer carência material.

§ 2º - A unidade escolar poderá oferecer material escolar aos alunos comprovadamente carentes.

Art. 52 - Os alunos, além do que dispõe a legislação, têm o dever de:

I - Participar conscientemente de sua própria educação, comparecendo a todas as atividades educacionais e nelas permanecer durante todo o horário previamente combinado;

II - Integrar-se à comunidade escolar;

III - Frequentar a escola regular e pontualmente, realizando esforços necessários para progredir nas diversas áreas de sua educação;

IV - Contribuir para a criação e manutenção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e seguro, que garanta o direito de todos os alunos de estudar e aprender;

V - Abster-se de condutas que neguem, ameacem ou, de alguma forma, interfiram negativamente no livre exercício dos direitos dos membros da comunidade escolar;

VI - Respeitar seus educadores, colegas, funcionários, assim como seus valores morais e culturais;

VII - Respeitar o espaço físico e bens materiais da escola colocados à sua disposição;

VIII - Compartilhar com a Equipe Gestora da escola informações sobre questões que possam colocar em risco a saúde, a segurança e o bem-estar da comunidade escolar;

IX - Utilizar meios pacíficos na resolução de conflitos;

X - Comparecer às atividades escolares, devidamente trajado, portando o material escolar necessário, dentro do horário previamente estabelecido.

§ 1º - O aluno que faltar sistematicamente à escola, sem respeitar a legislação e as normas vigentes, será retido por frequência, ao final do ano letivo se, mesmo convocado para a compensação de ausências, não computar o mínimo de 75% de frequência ao total anual de aulas dadas, mesmo que esteja matriculado em ano em que a progressão continuada não prevê a retenção por competência.

§ 2º - Será considerada falta grave o comprovado desrespeito aos deveres do aluno que impliquem em agressão verbal, discriminação ou física gratuita aos colegas, equipe gestora, professores, funcionários, ou em agressão ao patrimônio público.

§ 3º - Será considerada falta grave o desrespeito ao educando, por motivos indicadores de preconceito de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual, crenças políticas ou características físicas.

SUBSEÇÃO II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS RESPONSÁVEIS PELOS ALUNOS

Art. 53 - Aos pais ou responsáveis pelos alunos, como participantes do processo educativo, é dado o direito de:

I. Ter acesso ao Regimento Escolar e à Proposta Pedagógica da unidade escolar;

II. Conhecer o calendário escolar, atividades e programação escolar; Ter acesso às informações referentes à vida escolar do aluno;

III. Ser respeitado por toda a comunidade educativa;

IV. Participar de instituições de apoio escolar;

V. Contribuir para definição das propostas educacionais;

VI. Ser atendido pela equipe técnica-pedagógico-administrativa da unidade escolar;

VII. Ser comunicado de ocorrências referentes à vida escolar do aluno;

VIII. Apresentar sugestões e críticas ao processo educativo, principalmente nas reuniões de pais e mestres.

Art. 54 - São deveres dos pais ou responsáveis:

I. Cumprir as disposições contidas neste Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica da unidade escolar;

II. Co-responsabilizar-se com a unidade escolar no processo educativo do aluno;

III. Assinar o requerimento de matrícula e declarar estar de acordo com o Regimento e cumpri-lo;

IV. Ressarcir danos ou prejuízos causados à unidade escolar ou a outrem;

V. Comunicar imediatamente a unidade escolar ocorrência de doença infectocontagiosa na família;

VI. Garantir assiduidade e pontualidade do aluno às aulas e atividades escolares;

VII. Acompanhar o desempenho do aluno no processo ensino-aprendizagem;

VIII. Atender as convocações feitas pela unidade escolar;

IX. Prover ao aluno na medida de suas possibilidades com o uniforme e material escolar;

X. Respeitar os integrantes da unidade educativa;

XI. Garantir o cumprimento dos deveres e assegurar os di-

reitos do aluno.

SEÇÃO III

DAS PROIBIÇÕES

CONDUTAS DOS ALUNOS QUE AFETAM O AMBIENTE ESCOLAR E FALTAS DISCIPLINARES

Art. 55 - É vedado ao aluno:

I. Ausentar-se das aulas ou dos prédios escolares, sem a prévia justificativa ou autorização da autoridade escolar competente;

II. Ter acesso, circular ou permanecer em locais restritos do prédio escolar;

III. Utilizar, sem a devida autorização, computadores, aparelhos de fax, telefones ou outros equipamentos e dispositivos eletrônicos de propriedade da escola;

IV. Utilizar em sala de aula, ou demais locais de aprendizado escolar, equipamentos eletrônicos como telefones celulares, jogos portáteis, iPod ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento que perturbem o ambiente escolar ou prejudiquem o aprendizado;

V. Ocupar-se, durante a aula, de qualquer atividade que lhe seja alheia;

VI. Comportar-se de maneira a perturbar o processo educativo, como por exemplo, fazendo barulho em sala de aula, na biblioteca ou nos corredores da escola;

VII. Usar de meios ilícitos para realizar qualquer tipo de avaliação;

VIII. Utilizar, sem autorização, materiais ou equipamentos de colegas;

IX. Desrespeitar, desacatar ou afrontar a equipe gestora, professores, funcionários, colegas ou colaboradores da escola;

X. Portar, induzir a ou fazer uso de armas, objetos perigosos, tóxicos ou bebidas alcoólicas, sendo que a desobediência comprovada será considerada sempre falta extremamente grave;

XI. Exibir ou distribuir revistas, livros, textos ou materiais difamatórios, racistas ou preconceituosos, incluindo a exibição dos referidos materiais na “internet”;

XII. Violar as políticas adotadas pela Secretaria da Educação e Cultura no tocante ao uso da “internet” na escola, acessando-a, por exemplo, para violação de segurança ou privacidade, ou para acesso a conteúdo não permitido ou inadequado para a idade de formação do aluno;

XIII. Danificar ou adulterar registros escolares e documentos escolares, através de qualquer método, inclusive o uso de computadores ou outros meios eletrônicos;

XIV. Danificar ou destruir equipamentos, materiais ou instalações escolares, escrever, rabiscar ou produzir marcas em qualquer parede, vidraça, porta ou quadra de esportes dos edifícios escolares;

XV. Intimidar o ambiente com bomba ou ameaça de bomba;

XVI. Empregar gestos ou expressões verbais que impliquem insultos ou ameaças a terceiros, incluindo hostilidade ou intimidação mediante o uso de apelidos racistas ou preconceituosos;

XVII. Emitir comentários ou insinuações de conotação sexual agressiva ou desrespeitosa, ou apresentar qualquer conduta de natureza sexualmente ofensiva;

XVIII. Fazer uso de drogas lícitas e ilícitas nas dependências da escola;

XIX. Fomentar ou participar de grupos hostis à escola ou a colegas da escola;

XX. Comparecer com atraso às atividades escolares, sem motivo justificado, ou sem autorização da autoridade competente;

XXI. Estimular ou envolver-se em brigas, manifestar con-

duta agressiva ou promover brincadeiras que impliquem risco de ferimentos, mesmo que leves, em qualquer membro da comunidade escolar;

XXII. Comportar-se, no transporte escolar, de modo a representar risco de danos ou lesões ao condutor, aos demais passageiros, ao veículo ou aos passantes, como correr pelos corredores, atirar objetos pelas janelas, balançar o veículo e outros;

XXIII. Provocar ou forçar contato físico inapropriado ou não desejado dentro do ambiente escolar;

XXIV. Ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escolar;

XXV. Participar, estimular ou organizar incidente de violência grupal ou generalizada;

XXVI. Apropriar-se de objetos que pertençam a outra pessoa, sem a devida autorização ou sob ameaça;

XXVII. Apresentar qualquer conduta proibida pela legislação brasileira, sobretudo que viole a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal;

XXVIII. Incurrir nas seguintes fraudes ou práticas ilícitas nas atividades escolares:

a) Comprar, vender, furtar, transportar ou distribuir conteúdos totais ou parciais de provas a serem realizadas ou suas respostas corretas;

b) Substituir seu nome ou demais dados pessoais quando realizar provas ou avaliações escolares;

c) Plagiar, ou seja, apropriar-se de trabalho de outro e utilizá-lo como se fosse seu, sem dar o devido crédito, e fazer menção ao autor, como no caso de cópia de trabalhos de outros alunos ou de conteúdos divulgados pela “internet” ou por qualquer outra fonte de conhecimento.

Art. 56 - Além das condutas descritas no artigo anterior, também são passíveis de apuração e aplicação de medidas disciplinares as condutas que professores ou a Equipe Gestora considerem incompatíveis com a manutenção de um ambiente escolar sadio ou inapropriadas ao ensino-aprendizagem, levando em conta a caracterização da falta, a idade do aluno e a reincidência do ato.

SEÇÃO IV DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 57 - O não cumprimento das obrigações e a incidência em faltas disciplinares poderão acarretar ao aluno as seguintes sanções:

I. Retirada do aluno da sala de aula ou da atividade em curso e encaminhamento à diretoria para orientação, usando o adulto de toda a urbanidade necessária a este ato e posterior retorno às atividades escolares;

II. Advertência verbal;

III. Comunicação escrita dirigida aos pais ou responsáveis para ciência, assinatura e retorno do comunicado;

IV. Suspensão temporária de participação em visitas ou demais programas extracurriculares;

V. Suspensão temporária da participação em projetos especiais que a escola esteja desenvolvendo;

VI. Suspensão de um a três dias letivos, com a necessária comunicação escrita aos pais ou responsáveis, se aluno for menor de idade;

VII. Em caso de reincidência a suspensão de que trata o inciso anterior poderá ser prorrogada.

§ 1º - As medidas disciplinares deverão ser aplicadas ao alu-

no em função da gravidade da falta, idade do aluno, grau de maturidade e histórico disciplinar.

§ 2º - As medidas previstas nos itens I e II poderão ser aplicadas pelo Professor ou pela Equipe Gestora, mediante registro da ocorrência.

§ 3º - As medidas previstas nos itens III, IV e V serão aplicadas pela Equipe Gestora.

§ 4º - A aplicação de qualquer penalidade de que trata os itens de I a V implicará, além do registro em documento próprio (livro ata ou livro de ocorrência), na comunicação oficial ao aluno ou seu responsável, quando menor de idade, e posterior arquivamento na pasta individual do aluno.

§ 5º - A medida prevista no item VI será analisada pelo Conselho de Escola, devendo ser considerada a reincidência e gravidade do ocorrido, bem como verificado se já foram aplicadas medidas disciplinares anteriores. Em caso de suspensão das aulas, sempre que possível, deverá ser oferecido ao aluno oportunidade de outras atividades educativas.

§ 6º - A suspensão do aluno das aulas formalizar-se-á por portaria assinada pela direção da escola e deverá ser entendida, não só como um ato puramente punitivo, mas como um período para encontrar um meio mais eficiente para solucionar o problema, assim como, em casos mais graves, para resguardar a integridade física e moral da comunidade escolar e do próprio aluno.

§ 7º - Os casos de alunos que perderem atividades de avaliação durante o período de suspensão, deverão realizar as provas substitutivas sob a supervisão do coordenador pedagógico.

Art. 58 - Todas as medidas disciplinares serão tomadas respeitando-se o direito a:

I. Ampla defesa;

II. Recurso a órgãos superiores, quando for o caso;

III. Continuidade de estudos, no mesmo ou em outro estabelecimento de ensino.

§ 1º - Nenhuma penalidade aplicada ao aluno poderá ferir as normas que regulamentam o Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º - As faltas graves deverão ser necessariamente submetidas ao Conselho de Escola para apuração e aplicação de medida disciplinar, devendo a Unidade Escolar informar, imediatamente, a Secretaria de Educação e Cultura sua ocorrência e a medida disciplinar aplicada.

SEÇÃO V DO HORÁRIO E REGIME DE TRABALHO

Art. 59 - O horário de trabalho dos servidores das escolas, observada a legislação em vigor, é fixado de acordo com as necessidades do ensino, atendidas as peculiaridades das escolas e a conveniência da administração pública.

Art. 60 - Qualquer que seja o horário da unidade escolar, os servidores, em geral, estão sujeitos à escala estabelecida pela equipe gestora, sempre que necessário.

SEÇÃO VI DAS FORMAS DE ACESSO E UTILIZAÇÃO COLETIVA DOS DIFERENTES AMBIENTES ESCOLARES

Art. 61 - As formas de acesso e utilização coletiva dos diferentes ambientes escolares dar-se-ão:

I. Pelos professores, através de agendamento dos diferentes ambientes escolares, atrelado aos seus planos e aos demais projetos desenvolvidos pela comunidade escolar;

II. Pelos alunos, através de atividades organizadas em conjunto com a Direção e a Coordenação Pedagógica;

III. Pela comunidade escolar, nos horários que não comprometem as atividades escolares, com proposta escrita da utilização e aprovação pelo Conselho de Escola.

IV. A unidade escolar poderá ser utilizada pela comunidade observando as orientações da Procuradoria.

CAPÍTULO IV DOS PLANOS ESCOLARES

Art. 62 - As escolas da rede municipal de ensino contam com o Plano de Gestão colocado à disposição da comunidade escolar.

Art. 63 - O Plano de Gestão é o documento que traça o perfil da unidade escolar, conferindo-lhe identidade própria, na medida em que contempla as intenções comuns de todos os envolvidos, norteia o gerenciamento das ações escolares e operacionaliza a proposta pedagógica.

§ 1º O Plano de Gestão terá a duração quadrienal e contemplará, no mínimo:

I. Sumário;

II. Identificação da Unidade Escolar, que deverá estar de acordo com o código CIE e ato de criação;

III. Croqui;

IV. Caracterização da unidade escolar, da sua demanda, seus recursos físicos, materiais e humanos, bem como dos recursos disponíveis na comunidade;

V. Objetivos da Escola;

VI. Horário de funcionamento;

VII. Plano de cursos mantidos pela Escola;

VIII. PPP (Projeto Político Pedagógico);

IX. Planilhas e gráficos contendo o resultado dos últimos dois (02) anos letivos a partir da data deste documento;

X. Definição das metas administrativas a serem atingidas e das ações a serem desencadeadas;

XI. Critérios para acompanhamento, controle e avaliação da execução do trabalho realizado pelos diferentes setores do processo educacional.

§ 2º Anualmente, serão incorporados ao Plano de Gestão alguns anexos, tais como:

I. Plano de aplicação dos recursos financeiros da Associação de Pais e Mestres;

II. Quadro geral da escola: todos os funcionários da Unidade Escolar;

III. Matriz Curricular;

IV. Horário de HTPC;

V. Calendário escolar e demais eventos da escola;

VI. Horário de trabalho;

VII. Escala de férias/Licença Prêmio (conveniados);

VIII. Quadro docente com os nomes, graduações e especializações;

IX. Projetos desenvolvidos na Unidade Escolar/ Projetos especiais;

Art. 64 - O Plano de Curso tem por finalidade garantir a organicidade e continuidade do curso, contendo:

I - Objetivos e metas do curso;

II - Integração e sequência dos componentes curriculares;

III - Os conteúdos programáticos e as habilidades e competências a serem desenvolvidas como subsídios à elaboração dos planos de ensino e metodologia a ser adotada;

IV - Carga horária mínima do curso e dos componentes curriculares.

Art. 65 - Os Planos de Ensino, elaborados pelos docentes, para cada um dos anos em que lecionam, levando em conta o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Curso (conteúdos básicos), deverão conter:

I - Objetivos e metas para a classe;

II - Habilidades e competências a serem desenvolvidas, com indicação dos conteúdos e metodologias adequados àquelas habilidades e competências;

III - Critérios de avaliação;

IV - Normas de organização de estudos de recuperação para alunos com rendimento insatisfatório;

V - Formas de avaliação da implantação do Plano de Ensino.
Parágrafo Único - O Plano de Ensino, elaborado em consonância com o Plano de Curso, constitui documento da escola e do professor, devendo ser mantido à disposição da equipe gestora da escola e da supervisão de ensino.

Art. 66 - O Projeto Político Pedagógico será aprovado pelo Conselho de Escola, anualmente, e homologado pela Secretaria de Educação e Cultura.

§ 1º - O Projeto Político Pedagógico é o documento que traça o perfil da escola, conferindo-lhe identidade própria, na medida em que contempla as intenções comuns de todos os envolvidos, atende aos anseios da comunidade escolar, norteia o gerenciamento das ações intra-escolares e operacionaliza a proposta pedagógica.

§ 2º - O Projeto Político Pedagógico, de duração bienal, conta com a seguinte estrutura:

I. Identificação:

a. Nome da Unidade Escolar;

b. Endereço completo;

c. Níveis e/ou modalidades;

d. Número de alunos por etapa/ano e turnos;

II. Marco referencial:

a. Marco situacional

b. Marco doutrinário

c. Marco operacional

III. Diagnóstico.

IV. Justificativa.

V. Identificação do projeto.

VI. Objetivo do projeto.

VII. Programação.

VIII. Avaliação.

IX. Anexos.

X. Bibliografia.

XI. Homologação pelo Conselho de Escola.

TÍTULO III DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PRINCÍPIOS, DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DA AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM, DA FREQUÊNCIA DOS ALUNOS E DA COMPENSAÇÃO DE AUSÊNCIAS, DA PROMOÇÃO, DA RECUPERAÇÃO E DA RETENÇÃO

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS

Art. 67 - A avaliação terá como princípio o aprimoramento da qualidade de ensino da unidade escolar que concerne a sua estrutura física, organizacional, funcionamento e impacto sobre a situação de ensino e da aprendizagem, constituindo um dos elementos para

reflexão e transformação da prática escolar, tendo como objetivo o aprimoramento da qualidade de ensino.

Art. 68 - A avaliação será subsidiada por procedimentos de observação e registros contínuos e terá por objetivo permitir o acompanhamento:

I. Sistemático e contínuo do processo de ensino e de aprendizagem, de acordo com os objetivos e metas propostos;

II. Do desempenho da equipe gestora, dos professores, dos alunos e dos demais funcionários nos diferentes momentos do processo educacional;

III. Da participação efetiva da comunidade escolar nos diferentes momentos do processo educacional;

IV. Da execução do planejamento curricular.

CAPÍTULO II DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.

Art. 69 - A avaliação da instituição escolar recairá sobre os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, devendo ser realizada através de procedimentos internos, definidos pela escola, e externos, pelos órgãos governamentais.

Art. 70 - A Avaliação interna, realizada pelo Conselho de Classe e pelo Conselho de Escola, em reuniões especialmente realizadas para este fim, terá como objetivo a análise, orientação e correção de rumos, quando for o caso, dos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola.

Art. 71 - A síntese dos resultados será consubstanciada em relatórios, objetivando nortear os momentos de planejamento e replanejamento da escola.

CAPÍTULO III DA AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM.

Art. 72 - A Avaliação, interna e externa, do processo de ensino e aprendizagem, nas escolas do município, será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo por objetivos:

I. Diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades;

II. Possibilitar que o aluno avalie sua aprendizagem;

III. Orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades;

IV. Fundamentar as decisões do Conselho de Classe, quanto à necessidade de procedimentos de recuperação da aprendizagem, de classificação e reclassificação de alunos;

V. Orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares;

VI. Orientar os pais e responsáveis quanto à situação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, conscientizando-os quanto à importância de sua participação efetiva ao longo do processo educativo do mesmo.

Parágrafo Único – A avaliação do ensino e da aprendizagem envolve a análise do conhecimento e das habilidades e competências adquiridas pelo aluno, em consonância com as metas estabelecidas para cada momento de avaliação nos Planos de Ensino de cada docente.

Art. 73 - Os alunos serão avaliados bimestralmente, através de no mínimo três instrumentos de avaliação, a serem definidos pelos docentes em seus Planos de Ensino.

§ 1º - Na avaliação do desempenho do aluno, os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos.

§ 2º - Os critérios de avaliação estarão fundamentados nas competências e habilidades a serem desenvolvidas no bimestre, nos objetivos peculiares de cada curso e nos objetivos gerais de formação educacional que norteiam a escola.

§ 3º - Os alunos da educação infantil e de inclusão serão avaliados de acordo com suas especificidades.

Art. 74 - Os resultados das avaliações serão registrados por meio de sínteses bimestrais e finais, em cada componente curricular.

Art. 75 - Os resultados das avaliações serão traduzidos em notas que identificarão o rendimento dos alunos do ensino fundamental I e II, quanto as expectativas atendidas informando se atingiu a aprendizagem satisfatório ou insatisfatório, da seguinte forma:

§ 1º A síntese bimestral, deverá ser registrada em documento

Notas	Expectativas/critérios
9 - 10	75% a 100% das expectativas atendidas em relação ao aspecto avaliado
7 - 8	60% a 75% das expectativas atendidas em relação ao aspecto avaliado
5 - 6	50% a 60% das expectativas atendidas em relação ao aspecto avaliado
3 - 4	30% a 40% das expectativas atendidas em relação ao aspecto avaliado
1 - 2	Menos de 25% das expectativas atendidas em relação ao aspecto avaliado
0	Quando se trata de um aspecto sobre o qual não há expectativa alguma ou nunca houve oportunidade de avaliar.

para a Secretaria da unidade escolar;

Art. 76 - Após o Conselho Final de classe, os resultados de promoção e retenção (por desempenho, por evasão ou por frequência) deverão ser publicados em local visível na Unidade Escolar, e os pais ou responsáveis deverão ser comunicados, tendo cinco (05) dias de prazo para solicitar a reconsideração dos resultados, se for o caso.

CAPÍTULO IV DA FREQUÊNCIA E COMPENSAÇÃO DE AUSÊNCIAS

Art. 77 - A frequência do aluno às atividades escolares será registrada pelos professores e documentada na Secretaria da unidade escolar, que, mensalmente, adotará medidas para que os alunos possam compensar as ausências das aulas dadas em cada disciplina ao longo de cada mês letivo.

§ 1º - As atividades de compensação de ausências serão programadas, orientadas e registradas pelo professor da classe ou dos componentes curriculares, focando as dificuldades de aprendizagem causadas ou acentuadas pela frequência irregular às aulas;

§ 2º - A compensação de ausências não exime a unidade escolar de adotar as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, e, os responsáveis, de justificar as suas faltas;

§ 3º - Os alunos com rendimento insatisfatório e com problemas de frequência deverão realizar estudos de recuperação, e, mediante a melhoria no rendimento escolar, com base nesses estudos, considerar-se-á compensada a frequência;

§ 4º - A compensação deverá ocorrer durante o período do bimestre letivo;

§ 5º - No final do ano letivo o cômputo da frequência, incluindo as compensações, será efetuado sobre o total dos dias letivos e das horas-aula, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) para a promoção, considerando o total das horas-aula anual;

§ 6º - Caso o aluno seja transferido no decorrer do ano letivo, as compensações já efetuadas deverão ser computadas na frequência

ocorrida até a data da transferência.

§ 7º - Em casos muito especiais poderão ser reclassificados os alunos que, no período letivo anterior, não atingiram a frequência mínima exigida, mas que obtiveram um bom desempenho em todos os componentes, desde que apresentem defasagem idade-ano.

Art. 78 - Os dados sobre a frequência irregular do aluno deverão ser comunicados ao aluno, ao pai ou responsável, o mais breve possível e, no mínimo, mensalmente, a tempo de desencadear as medidas compensatórias.

Parágrafo Único - Se o aluno continuar a faltar às aulas, deverão ser comunicados o Conselho Tutelar, o Ministério Público e o Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, encaminhando o comunicado feito aos pais ou responsáveis, com a devida ciência deles anexada ao ofício, no qual a situação de frequência do aluno é descrita.

Art. 79 - A compensação programada das ausências também poderá ser de caráter domiciliar com o devido acompanhamento, no caso do aluno comprovar ser portador de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos, distúrbios agudos que o impossibilitem de frequentar a escola durante certo tempo, bem como para o caso de aluna gestante.

§ 1º - Caberá à equipe gestora e ao conjunto dos professores proporem os procedimentos a serem adotados para cada caso.

§ 2º - Para os alunos dos CEIs e EMEIs a matrícula será cancelada após 15 ausências consecutivas ou 30 ausências alternadas sem justificativa.

CAPÍTULO V

DA PROMOÇÃO, DA RECUPERAÇÃO E DA RETENÇÃO

Art. 80 - Ao final do ano letivo, os alunos serão:

I. CLASSIFICADOS para o ano seguinte, assim considerados os alunos de 1º, 2º, 4º, 6º e 8º anos do Ensino Fundamental, independentemente do conceito final.

II. PROMOVIDOS:

a. Os alunos dos 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental que tiverem 75% ou mais de frequência em todos os componentes curriculares e rendimento satisfatório;

b. Os alunos dos 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental que tiverem menos de 75% de frequência, mas o conselho de classe e série considerar seu desempenho satisfatório;

III. RETIDOS: assim considerados os alunos dos 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental com rendimento insatisfatório e/ou com frequência inferior a 75%, considerando-se as aulas dadas no ano letivo pelo conjunto de componentes curriculares, computada a frequência às aulas de compensação de ausências.

a. Os alunos do Ensino Fundamental serão retidos, caso não atinjam 75% de frequência às aulas dadas, mesmo computada a compensação de ausências, desde que considerado o artigo 41, inciso III, sendo obrigatório o registro de ciência aos pais ou responsáveis.

§ 1º - Todos os alunos terão direito a estudos de recuperação em todas as disciplinas em que o aproveitamento for considerado insatisfatório, ao longo do ano letivo.

§ 2º - Todos os alunos terão direito à compensação de ausências, desde que satisfeitas a exigências estabelecidas neste Regimento.

Art. 81 - Os estudos de recuperação têm a função de permitir aos alunos a superação de dificuldades de aprendizagem, sendo um

dos mecanismos colocados à disposição da escola para tal fim, podendo se dar nas seguintes maneiras:

I - Contínua – inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula, constituída de intervenções pontuais e imediatas, em decorrência da avaliação diagnóstica e sistemática do desempenho do aluno;

II - Paralela – destinada aos alunos do Ensino Fundamental que apresentam dificuldades de aprendizagem não superadas no cotidiano escolar e que necessitem de um trabalho mais direcionado, em paralelo às aulas regulares, com duração variável em decorrência da avaliação diagnóstica;

III - Intensiva – destinada aos alunos do Ensino Fundamental que apresentem necessidade de superar dificuldades de competências básicas imprescindíveis ao prosseguimento de estudos em etapa subsequente, a ocorrer em períodos previamente estabelecidos e na conformidade dos procedimentos a serem estabelecidos em ato normativo próprio.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Art. 82 - A organização e o desenvolvimento do ensino compreendem o conjunto de medidas voltadas para a consecução dos objetivos estabelecidos no Projeto Político Pedagógico, abrangendo:

I - Progressão Continuada;

II - Currículos;

III - Projetos especiais;

IV - Atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

SEÇÃO I

DA PROGRESSÃO CONTINUADA

Art. 83 - Para o Ensino Fundamental as unidades escolares adotarão o regime de progressão continuada dentro de cada Ciclo. A Unidade Escolar adotará este regime com o objetivo de garantir, para todos, o direito público subjetivo de acesso e permanência, com sucesso, no Ensino Fundamental.

Art. 84 - A organização do Ensino fundamental em quatro (04) Ciclos favorecerá a progressão bem sucedida e o trabalho docente melhor equacionado dentro de períodos definidos, garantindo estudos de recuperação com dificuldades de aprendizagem, através de novas e diversificadas oportunidades para a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades e competências, em decorrência do processo de avaliação contínua.

Parágrafo Único – A progressão continuada será garantida por meio da preocupação constante da unidade escolar com a frequência do aluno, mantendo intenso relacionamento com a família e com órgãos da sociedade civil e do poder público para atingir esse objetivo.

Art. 85 - A escola desenvolverá ações que favoreçam a progressão continuada entre os ciclos, trabalhando para substituir, o mais rapidamente possível, a cultura da reprovação pelo sentido de continuidade do processo educativo.

SEÇÃO II

DOS CURRÍCULOS

Art. 86 - Os currículos serão apropriados a cada nível e mo-

Continua ►

dalidade de ensino, sendo que, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, serão compostos, obrigatoriamente, de uma base nacional comum e de uma parte diversificada, observada a legislação específica.

Parágrafo Único - Os Currículos e a forma como serão desenvolvidos constarão no Plano de Gestão de cada escola, respeitando a política educacional do Município.

SEÇÃO III DOS PROJETOS ESPECIAIS

Art. 87 - As unidades escolares poderão desenvolver projetos especiais abrangendo, prioritariamente:

I - Atividades de recuperação da aprendizagem e orientação de estudos;

II - Organização e utilização de salas de recursos, de multi-meios, de leitura e laboratórios;

III - Grupos de estudo e pesquisa;

IV - Cultura e lazer;

V - Outros de interesse da comunidade.

Parágrafo Único - Os projetos especiais, integrados aos objetivos da escola, serão planejados e desenvolvidos por profissionais da escola, aprovados pelo Conselho de Escola e homologados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

SEÇÃO IV ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Art. 88 - A educação especial destina-se a promover o atendimento às necessidades educacionais especiais de forma articulada com o ensino comum em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

I. Considerar-se-á com necessidades educacionais especiais todo e qualquer aluno que apresentar:

a) Transtornos de aprendizagem e/ou limitações temporárias ou permanentes, vinculadas ou não a causas orgânicas específicas, e as relacionadas à disfunções neurológicas que afetam a aprendizagem, deficiências ou condições sócio-ambientais;

b) Condutas típicas de síndromes, autismo, quadro psicológico ou psiquiátrico, deficiência intelectual, sensorial ou física, que dificulte o acompanhamento das atividades curriculares;

c) Dificuldade de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

d) Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que o leve a dominar rapidamente conceitos e atitudes.

Parágrafo único: Os alunos que forem diagnosticados com necessidades educacionais especiais serão contemplados no Atendimento Educacional Especial (AEE) de acordo com o decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011.

Art. 89 - Garantir de acordo com as necessidades específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais, a elaboração e execução de um Plano Educacional, Avaliando a funcionalidade, a aplicabilidade dos recursos educacionais e de acessibilidade, realizado pela equipe pedagógica da unidade escolar, com apoio de um especialista de referência do Nae

TÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E TÉCNICOADMINISTRATIVO CAPÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 90 - As Escolas Municipais de Educação e Ensino Fundamental, subordinadas diretamente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, terão em sua organização pedagógica e técnico-administrativa:

I - Equipe gestora;

II - Equipe administrativa;

III - Corpo Docente;

IV - Corpo Discente.

Parágrafo Único - Os cargos e funções previstos para as escolas, bem como as atribuições e competências, estão fundamentadas em legislação específica.

Art. 91 - As equipes indicadas no artigo anterior terão seus módulos de pessoal adequados a cada nível e modalidade de ensino, de acordo com os parâmetros definidos pela Secretaria de Educação e Cultura.

CAPÍTULO II EQUIPE GESTORA

Art. 92 - A equipe Gestora da escola caracteriza-se como centro executivo do planejamento, organização, coordenação, avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas pela escola.

Parágrafo Único - Integram a Equipe Gestora:

I - O Gestor de Escola;

II - Coordenador Pedagógico.

SEÇÃO I DO GESTOR DE ESCOLA

Art. 93 - A Direção de Escola exercerá suas funções, objetivando garantir:

I - A elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico, em consonância com a política educacional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II - A administração do pessoal e dos recursos materiais e financeiros;

III - O cumprimento dos dias letivos e horas/aulas estabelecidos;

IV - A legalidade, a autenticidade e a regularidade de vida escolar dos alunos, docentes e funcionários;

V - Os meios para reforço escolar e recuperação da aprendizagem de alunos;

VI - A articulação e a integração da unidade escolar com as famílias e a comunidade;

VII - A articulação e a integração da unidade escolar com os colegiados e as instituições escolares;

VIII - As informações aos pais e responsáveis sobre a frequência, o rendimento escolar dos alunos e a execução do Projeto Político Pedagógico;

IX - Os direitos fundamentais da criança e do adolescente, informando a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, nos casos de maus tratos, evasão escolar e faltas que ultrapasse 20% (vinte por cento) do total de aulas previstas e ministradas no bimestre.

Art. 94 - Cabe ainda, à Direção, subsidiar os profissionais da unidade escolar, em especial os representantes dos diferentes colegiados, no tocante à legislação vigente, além de representar aos órgãos superiores quando necessário.

Art. 95 - São competências do Gestor de Escola, além de outras que lhe forem conferidas por Lei, respeitada a legislação pertinente:

I - Cumprir ou fazer cumprir as disposições legais e as diretrizes da Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II - Coordenar a utilização do espaço físico da unidade escolar no que diz respeito:

a) Ao atendimento e acomodação da demanda, inclusive solicitação de criação e supressão de classes;

b) Aos turnos de funcionamento;

c) À distribuição de classes por turno;

III - Diligenciar para que o prédio escolar e os bens patrimoniais da escola sejam mantidos e preservados:

a) Coordenar e orientar todos os servidores da unidade escolar sobre o uso dos equipamentos e materiais de consumo;

b) Coordenar e orientar a Equipe Escolar quanto à manutenção e conservação dos bens patrimoniais da unidade escolar, realizando o seu inventário, anualmente, ou quando solicitado pela administração superior;

c) Estabelecer com o Conselho de Escola medidas que estimulem a comunidade a se co-responsabilizar pela preservação do prédio e dos equipamentos escolares, informando formalmente aos órgãos competentes as necessidades de reparos, reformas e ampliações;

IV - Encaminhar, na sua área de competência, os recursos e processos, bem como petições, representações ou ofícios dirigidos a qualquer autoridade e/ou remetê-los devidamente informados a quem de direito, nos prazos legais, quando for o caso;

V - Garantir a organização e atualização do acervo, recortes de leis, decretos, portarias, comunicados e outros, bem como o cumprimento da mesma e a sua ampla divulgação junto à Equipe Escolar e ao Conselho de Escola;

VI - Autorizar a matrícula e transferência dos alunos;

VII - Aplicar as penalidades de acordo com as normas estatutárias, bem como as previstas nas normas disciplinares descritas nesse Regimento, assegurando ampla defesa aos acusados;

VIII - Apurar ou fazer apurar irregularidades que ocorram no âmbito da escola, comunicando e prestando informações sobre as mesmas ao Conselho de Escola;

IX - Assinar e conferir todos os documentos relativos à vida escolar dos alunos expedidos pela unidade escolar;

X - Dar exercício a servidores nomeados ou designados para prestar serviços na unidade escolar;

XI - Fazer proposta sobre gozo de férias de servidores que prestam serviços na unidade escolar;

XII - Controlar a frequência diária dos docentes, servidores e funcionários contratados e atestar a frequência mensal, bem como responder pelas folhas de frequência e pagamento do pessoal;

XIII - Propor, após tomadas todas as medidas previstas neste regimento, o afastamento dos docentes, servidores e funcionários contratados, mediante relatório pedagógico e administrativo, que demonstre o não cumprimento das funções e o prejuízo causado aos discentes e unidade escolar;

XIV - Instituir ou dar procedimentos à Associação de Pais e Mestres, atendendo ao disposto em legislação própria;

XV - Delegar competências e atribuições a todos os servidores e funcionários contratados da unidade escolar, acompanhando o desempenho dos mesmos.

XVI - Participar de todas as atividades educacionais da unidade escolar, visando à execução, o acompanhamento e a integração

da equipe escolar;

XVII - Organizar, com a equipe gestora, as reuniões pedagógicas da unidade;

XVIII - Organizar, com a equipe gestora, a divisão dos trabalhos pedagógicos, administrativos e operacionais da unidade escolar, bem como coordenar a sua execução;

XIX - Comunicar às autoridades competentes e ao Conselho de Escola os casos de doença contagiosa e irregularidades graves ocorridas na unidade escolar;

XX - Adotar de medidas de emergência em situações não previstas neste Regimento, comunicando-as, de imediato, à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, ouvindo o Conselho de Escola, quando possível, ou ao seu ad referendum;

XXI - Coordenar o processo de atribuição de classes, aulas e turnos, atendendo o desenvolvimento social e pedagógico do aluno e o perfil profissional do docente;

XXII - Decidir, junto à Equipe Gestora, sobre recursos interpostos pelos alunos ou seus responsáveis, relativos à verificação do rendimento escolar, ouvido (s) o (s) professor (es) envolvido (s);

XXIII - Decidir sobre o acesso de representantes credenciados das entidades sindicais aos servidores da escola, sem prejuízo para a atividade discente.

XXIV - Presidir solenidades e cerimônias da unidade escolar, bem como representá-la em atos oficiais ou atividades da comunidade junto às autoridades constituídas;

XXV - Executar outras atribuições afins.

Art. 96 - Nos eventuais impedimentos legais do Gestor de Escola, a sua substituição será feita, automaticamente, pelo Coordenador Pedagógico.

SEÇÃO II

DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Art. 97 - São competências do Coordenador Pedagógico:

I - Participar da elaboração e implantação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Gestão da unidade escolar;

II - Coordenar as atividades de planejamento quanto aos aspectos curriculares;

III - Garantir que os fins e os objetivos propostos sejam considerados no desenvolvimento do trabalho docente;

IV - Promover a integração entre os diferentes componentes curriculares das mesmas etapas, anos e ciclos;

V - Garantir a sequência da aprendizagem na ordenação horizontal e vertical das etapas, dos anos e dos ciclos;

VI - Apresentar propostas de articulação das diferentes áreas do conhecimento, visando à superação da fragmentação;

VII - Garantir a continuidade do processo de construção do conhecimento;

VIII - Acompanhar e avaliar, junto com a Equipe Docente, o processo contínuo de avaliação, nas diferentes atividades e componentes curriculares;

IX - Organizar as atividades e reuniões pedagógicas;

X - Assegurar a eficiência e a qualidade de ensino por meio:

a) Da orientação para o uso de diferentes técnicas e procedimentos;

b) Da seleção e fornecimento de materiais didáticos;

c) Do estabelecimento de critérios para organização das atividades;

d) Do acompanhamento, supervisão, análise e proposta de novas formas de avaliação do rendimento escolar;

e) Da garantia dos registros do processo pedagógico acompanhando o desenvolvimento dos planos de ensino e dos planos de aula;

f) Do acompanhamento, orientação e intervenção no planejamento dos professores, utilizando-se dos planos de aula, diários de classe, caderno de alunos e outros;

g) Da garantia de estratégias de intervenção no trabalho pedagógico do professor, mediante resultados obtidos nas avaliações.

XI- Organizar os Conselhos de Classe, planejando e coordenando suas reuniões;

XII- Coordenar as atividades relacionadas ao processo de recuperação da aprendizagem dos alunos;

XIII- Identificar, junto com a Equipe Escolar, casos de alunos que apresentem necessidades de atendimentos diferenciados, orientando decisões que proporcionem encaminhamentos adequados;

XIV- Propor e coordenar atividades de formação continuada dos docentes;

XV- Coordenar o planejamento de utilização dos espaços físicos destinados às aulas teóricas e práticas, bem como dos ambientes especiais destinados às atividades de ensino e aprendizagem;

XVI- Avaliar os resultados do ensino no âmbito da unidade escolar;

XVII- Assegurar o fluxo de informações dentro da unidade escolar;

XVIII- Assessorar o Gestor, especificamente, quanto às decisões relativas à:

a) Matrícula e transferência de alunos;

b) Agrupamentos de alunos, organização de turmas e de classes;

c) Organização do calendário escolar e do horário das aulas;

d) Utilização dos recursos didáticos da escola;

e) Classificação e reclassificação de alunos;

f) Dar ciência da organização didático-pedagógica para a comunidade escolar;

g) Comunicar ao Gestor ocorrências e/ou atividades extraordinárias verificadas na unidade escolar.

XVIII- Assegurar a otimização dos recursos físicos, devendo:

a) Organizar e zelar pela utilização dos equipamentos de apoio técnico e pedagógico;

b) Propor à direção reformulação, quando necessário, dos arranjos físicos dos laboratórios e outros ambientes;

XIX- Participar de comissões quando designado pelo Gestor;

XX- Executar outras atribuições afins.

Parágrafo Único – A função do Coordenador Pedagógico deve ser entendida como um processo integrador e articulador das ações pedagógicas e didáticas desenvolvidas na unidade escolar, de acordo com as diretrizes da Política Educacional da Secretaria de Educação e Cultura, respeitada à legislação em vigor.

CAPÍTULO III

DA EQUIPE ADMINISTRATIVA

Art. 98 - A equipe administrativa tem a função de dar apoio ao processo educacional, auxiliando a Direção da Escola nas atividades relativas a:

I - Documentação e escrituração docente, discente e de pessoal administrativo;

II - Organização e atualização de arquivos;

III - Expedição, registro e controle de expedientes;

IV - Registro e controle de bens patrimoniais, bem como de

aquisição e conservação de materiais e de gêneros alimentícios;

V - Registro e controle de recursos financeiros;

SEÇÃO I

DA SECRETARIA

Art. 99 - A Secretaria de Escola é encarregada da execução de todo o trabalho pertinente à:

I- Documentação e escrituração escolar, devendo:

a) Organizar e manter atualizados os prontuários dos alunos, procedendo ao registro e escrituração relativos à vida escolar, especialmente no que se refere à matrícula, frequência e histórico escolar; Matrículas realizadas na UE responsável

b) Elaborar certificados de conclusão de curso, declaração de conclusão de série, bem como históricos escolares;

c) Manter registros dos resultados anuais dos processos de verificação do rendimento escolar, de incineração de documentos, de reuniões administrativas, de termos de visitas de supervisores de ensino e de outras autoridades de ensino;

d) Organizar e manter atualizados os prontuários da equipe gestora, da equipe administrativa e docente em exercício na Unidade Escolar;

e) Manter registros de levantamento de dados estatísticos e informações educacionais;

f) Preparar relatórios, comunicados e editais relativos à matrícula e demais atividades escolares.

II- Administração em geral, devendo:

a) Receber, registrar, distribuir e expedir correspondência, processos e papéis em geral que tramitam na escola, organizando e mantendo o protocolo e arquivo escolar;

b) Organizar e manter atualizados documentários de leis, decretos, resoluções, portarias, regulamentos e comunicados de interesse da unidade escolar, informando a equipe gestora e a comunidade escolar sempre que houver mudanças em seus teores;

c) Atender a equipe gestora, funcionários, pais, alunos e docentes, prestando-lhes esclarecimentos relativos à escrituração e legislação.

CAPÍTULO IV

DA EQUIPE OPERACIONAL

Art. 100 - A Equipe Operacional tem como função proporcionar apoio ao conjunto de ações complementares de natureza administrativa e curricular, relativas às atividades de:

I - Controle da área interna da escola, atendimento aos alunos, aos docentes, a equipe gestora e administrativa, quando necessário;

II - Vigilância e conservação da área interna e externa do prédio escolar;

III - Limpeza, manutenção e conservação de mobiliários, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;

IV - Controle, manutenção, conservação, preparo e distribuição da alimentação escolar.

Parágrafo único - Integram a equipe operacional o Inspetor de Alunos, a Auxiliar de Biblioteca e o Auxiliar de Serviços Gerais, Ajudante Geral, cozinheiros e ADIs (auxiliar de desenvolvimento infantil).

CAPÍTULO V

DO CORPO DOCENTE

Art. 101 - Integram o corpo docente todos os professores da escola, com suas atribuições em legislação específica, em especial aquelas contidas no Artigo nº 13 da Lei Federal nº 9394/96 – Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim descritas:

I - Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino;

II - Elaborar e cumprir plano de ensino e planos de aula, segundo o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino;

III - Zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - Estabelecer estratégias de estudo e pesquisa para os alunos;

V - Estabelecer estratégias de recuperação contínua para os alunos de menor rendimento;

VI - Ministrar os dias letivos previstos em calendário escolar;

VII - Cumprir as atividades programadas estabelecidas em calendário escolar;

VIII - Cumprir a matriz curricular homologada no que tange a carga horária dos componentes curriculares;

IX - Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação, à formação continuada, aos HTPs;

X - Participar dos conselhos educacionais e escolares, FUN-DEB, CAE, Conselho Municipal de Educação e outros, sempre que solicitado;

XI - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

XII - Participar dos Conselhos.

CAPÍTULO VI DO CORPO DISCENTE

Art. 102 - Integram o corpo discente todos os alunos da escola, a quem se garantirá o livre acesso às informações necessárias à sua educação, ao seu desenvolvimento como pessoa humana, ao seu preparo para o exercício da cidadania e da autonomia e a sua qualificação para o mundo do trabalho.

TÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

CAPÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 103 - A organização da vida escolar do aluno tem como objetivo garantir a regularidade, assim como o acesso, a permanência e a progressão nos estudos.

CAPÍTULO II DAS FORMAS DE INGRESSO, DA CLASSIFICAÇÃO E DA RECLASSIFICAÇÃO

Art. 104 - A matrícula do aluno será efetuada mediante requerimento do pai ou responsável, se menor, ou do próprio aluno, se maior de idade, observadas as normas e as diretrizes para atendimento à demanda escolar, baixadas pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em parceria com os órgãos estaduais que cuidam do mesmo assunto, seguindo os seguintes critérios básicos:

I- Por idade prevista em legislação específica;

II- Por continuidade e sempre com garantia de igualdade de condições e permanência na escola;

III- Por classificação ou reclassificação, a partir do 2º ano do Ensino Fundamental, conforme legislação vigente.

Art. 105 - São documentos exigidos para a efetivação de matrícula:

I. Histórico escolar, quando couber;

II. Certidão de nascimento;

III. Uma foto 3x4 recente;

IV. Comprovante de residência;

V. Registro nacional de estrangeiro ou passaporte, quando estrangeiro;

VI. Cédula de identidade, quando couber.

VII. Carteira de vacinação

Art. 106 - O requerente, ou seu responsável, deve, no ato da apresentação do requerimento de matrícula, assiná-lo e declarar que conhece e aceita as disposições do Regimento Escolar, do Projeto Político Pedagógico, das normas da unidade escolar e da legislação escolar vigente e se compromete a respeitá-las, consciente de que o não cumprimento ao proposto sujeitá-lo-á às penalidades cabíveis.

Art. 107 - A matrícula ou sua renovação somente será efetivada após o deferimento do gestor.

Art. 108 - Não poderá haver impedimento da matrícula caso o aluno se apresente sem documentos e sem prova de escolaridade. O mesmo deverá ser submetido à avaliação e classificado de acordo com o seu resultado.

Art. 109 - A reserva de vagas e/ou de matrícula para o ano letivo seguinte é assegurada ao aluno da unidade escolar, desde que efetuada dentro dos prazos fixados pelo gestor, no Calendário Escolar, e cumpridas as exigências burocráticas para esse fim. O aluno que deixar de observar as disposições acima citadas perde o direito à reserva de vaga e/ou matrícula.

Art. 110 - A unidade escolar dará ampla divulgação do edital de matrícula, objetivando seu conhecimento pela comunidade;

Art. 111 - As Unidades Escolares assegurarão a matrícula aos educandos portadores de necessidades especiais, informando a demanda atendida à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a ação de apoio aos projetos especiais a eles endereçados;

Art. 112 - A concordância expressa do pai ou responsável pelo aluno, ou por este, se maior, com os termos do Regimento Escolar, será condição para a efetivação da matrícula.

Art. 113 - A matrícula para os anos do Ensino Fundamental leva em consideração a idade e a competência do aluno, conforme critérios de classificação e reclassificação constantes nesse Regimento Escolar.

Art. 114 - A matrícula só é deferida pelo gestor mediante a assinatura do pai ou responsável, no caso de aluno menor de idade.

Art. 115 - Os alunos recebidos por transferência, inclusive provenientes de países estrangeiros, serão submetidos a processo de adaptação que será desenvolvido na forma de orientação de estudos, trabalhos de pesquisa, exercícios e outros. O componente curricular cumprido em regime de adaptação será registrado na ficha escolar do aluno.

Art. 116 - A avaliação de competências se dará pela verificação do domínio de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo indivíduo no percurso escolar ou na exigência devida para fins de classificação ou reclassificação na série adequada.

Art. 117 - Serão validados os estudos realizados ou os conhecimentos adquiridos pelo educando, por via formal ou não formal, permitindo avanços com aproveitamentos dos estudos.

Art. 118 - O processo de classificação dos alunos da Educação Básica, no Ensino Fundamental, operacionalizar-se-á:

I- Por progressão continuada, ao final de cada ano;

II- Por promoção, ao final de cada Ciclo do Ensino Fundamental;

III- Por transferência, para candidatos de outras escolas do país ou do exterior;

IV- Mediante avaliação feita pela escola para alunos sem comprovação de estudos anteriores, observados o critério de idade e outras exigências específicas do curso.

§1º No caso do Inciso III deste artigo, e a critério do Conselho de Classe, o aluno poderá ser submetido a estudos de adaptação, quando houver discrepância entre os componentes curriculares desta escola e os da escola de origem;

§2º A avaliação prevista no inciso IV deste artigo será elaborada e aplicada pela Equipe Escolar e analisada pelo Conselho de Classe, que após análise dos resultados emitirá seu parecer;

Art. 119 - O processo de reclassificação dos alunos da Educação Básica, no Ensino Fundamental, operacionalizar-se-á:

I- Tendo como referência a correspondência idade/ano e a avaliação de competências nas matérias de base nacional comum do currículo, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar;

II- Por proposta apresentada pelo professor ou professores do aluno, com base nos resultados de avaliação diagnóstica ou da recuperação intensiva;

III- Por solicitação do próprio aluno ou do seu responsável, mediante requerimento dirigido ao Gestor de Escola;

IV- Mediante vagas no ano pleiteado pelo aluno ou responsável.

Art. 120 - Os documentos necessários para a reclassificação são:

I- Requerimento dirigido ao Gestor da unidade escolar pelos professores, pelos responsáveis ou pelo próprio aluno;

II- Provas sobre os componentes curriculares da base nacional comum;

III- Uma redação em Língua Portuguesa;

IV- Parecer do Conselho de Classe sobre o grau de desenvolvimento e maturidade do candidato para cursar o ano pretendido;

V- Parecer conclusivo do Gestor de Escola.

Parágrafo único: Os documentos descritos neste artigo deverão compor um processo e ser arquivado no prontuário do aluno.

Art. 121 - Para o aluno da própria escola, a reclassificação ocorrerá até o final do primeiro bimestre letivo;

Art. 122 - Para o aluno recebido por transferência ou oriundo de país estrangeiro, em qualquer época do período letivo.

Art. 123 - O aluno poderá ser reclassificado em ano mais avançado, com defasagem de conhecimentos ou lacuna curricular dos anos anteriores, suprimindo-se a defasagem através de atividades de reforço, recuperação e de adaptação de estudos.

Art. 124 - Nenhum aluno poderá ser impedido de matricu-

lar-se em uma escola por falta de documentação.

CAPÍTULO III DOS CERTIFICADOS E DOCUMENTOS EXPEDIDOS PELA ESCOLA

Art. 125 - Cabe à Unidade Escolar expedir históricos escolares, declarações de conclusão de ano ou ciclo, que assegurem a clareza, a regularidade e autenticidade da vida escolar dos alunos, em conformidade com a legislação vigente.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 126 - Os documentos da Unidade Escolar são de uso exclusivo das autoridades escolares, sendo vedado o seu manuseio por pessoas estranhas, assim como a cessão de cópias a terceiros, exceto nos casos previstos na legislação vigente.

Art. 127 - Serão expedidas segundas vias de documentos de alunos, funcionários e docentes, com visto do Gestor, por meio de requerimento do interessado, do pai ou do responsável.

Art. 128 - Os recursos materiais, doados ou adquiridos com verbas públicas e ou de outras fontes, farão parte do patrimônio da escola e serão registrados em documentos apropriados, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 129 - Incorporar-se-ão a este Regimento as determinações supervenientes, oriundas de disposições legais ou de normas baixadas pelos órgãos competentes.

Art. 130 - O Gestor da Escola e o Conselho de Escola deverão tomar as providências necessárias para que este Regimento seja sempre conhecido e disponível para a comunidade escolar, para profissionais de outras secretarias que atendem à escola, representantes de entidades conveniadas, membros e instituições da comunidade.

Art. 131 - Após a aprovação pelo Chefe do Poder Executivo local, a Unidade Escolar manterá a disposição dos pais, docentes, funcionários, alunos e comunidade cópia deste Regimento em local visível e de fácil acesso.

Art. 132 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho de Escola, quando forem de sua atribuição, à luz das disposições legais vigentes e com anuência da Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 133 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo e ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Descalvado, 14 de dezembro de 2014.

RUTE MARIA POZZI CASATI
Secretária da SEEC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
DECRETO Nº 4.215, DE
30 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA INTERVENÇÃO JUNTO À ASSOCIAÇÃO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE DESCALVADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO que ainda persistem as razões que motivaram a Intervenção do Município de Descalvado na Associação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado, já que os trabalhos de auditoria e reestruturação da mesma ainda não foram concluídos;

CONSIDERANDO que não houve, por parte da Instituição, demonstração objetiva de interesse na cessação da Intervenção do Município,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica prorrogado, até 30 de Junho de 2.015, o prazo de Intervenção do Município de Descalvado na Associação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado, sediada à Rua José Bonifácio, nº 758, inscrita no C.N.P.J. sob o número 05.411.745/0001-67.

Artigo 2º - Com a prorrogação da Intervenção, fica prorrogada a vigência do Decreto nº 4.194, de 23 de outubro de 2014, somente em relação à esta, para que surta seus jurídicos e legais efeitos em todos os seus termos.

Artigo 3º - O interventor deverá fornecer, mensalmente, ao Prefeito Municipal, os resultados dos trabalhos de auditoria e reestruturação da entidade.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor em 01 de Janeiro de 2.015.

Descalvado, 30 de dezembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, em 30 de dezembro de 2014.

SÍLVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.216, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICAM, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NO ARTIGO 6º, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.763, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito

do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a autorização legislativa prevista no artigo 6º, Inciso II, da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares das seguintes dotações do orçamento do exercício de 2014:

021001	Divisão de Esporte e Lazer			
021001.2781202332.049	Manut. Atividade - Esportes			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	420	01	3.300,00
021002	Divisão de Turismo			
021002.1339202242.050	Manut. Atividade - Turismo			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	429	01	700,00
020706	Divisão de Educação - Outros			
020706.1236102212.042	Manut. Atividade - Ens. Fundamental			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	318	01	102.539,00
020101	Gabinete do Prefeito			
020101.0412202032.001	Manut. Atividade - Gabinete			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	18	01	3.300,00
020503	Divisão de Arrecadação			
020503.0412302342.056	Manut. Atividade - Arrecadação			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	262	01	1.948,00
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos			
020301.1545202282.019	Manut. dos Serviços - Limp. Pública			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	189	01	13.500,00
020302	Div. Sup. Proj. Obras Públicas			
020302.1545102252.022	Manut. Ativ. - Sup. Proj. Obras Públicas			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	215	01	10.700,00
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos			
020301.1545102262.018	Manut. dos Serviços - Estradas			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	178	01	2.700,00
020202	Div. Prev. Ass. Odontológica - FMS			
020202.1030102152.016	Manut. Ativ. - Odontológico Saúde - R. Próprio			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	157	01	7.988,00
021201	Procuradoria Geral do Município			
021201.0412502812.005	Manut. Ativ. - Procuradoria Geral			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	448	01	2.100,00
020901	Divisão de Assistência Social - FMAS			
020901.0824402092.027	Manut. Ativ. - FMAS - Rec. Próprio			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	390	01	6.929,00
020404	Divisão de Recursos Hídricos			
020404.1854402622.088	Manut. Atividades - Rec Hídricos			
33903900	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	241	01	14.859,00
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	243	01	9.300,00
021501	Assessoria de Relações Institucionais e Ações Estr			
021501.0412202662.084	Manut. Atividade - Ass. Rel. Inst. e Ações Estratégicas			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	469	01	151,00
020507	ENCARGOS DO MUNICÍPIO			
020507.2884600003.101	Manut. Atividade Administração - Inativos Pensionistas			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	265	01	2.100,00
020801	Divisão de Agrícola			
020801.2060102312.051	Manut. Atividade - Agropecuária			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	371	01	7.588,00
021101	Diretoria de Administração			
021101.0412202022.026	Manut. Atividade - Administração			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	438	01	6.082,00
020403	Divisão de Controle e Gestão Ambiental			
020403.1854202612.087	Manut. Atividades - Controle e Gestão Ambiental			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	232	01	1.950,00
020705	Divisão de Educação - Merenda			
020705.1230602162.043	Manut. da Merenda Escolar - Rec. Próprios			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	305	01	4.300,00
020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030102122.009	Manut. Ativ. - Ass. Med. Saúde			
33903900	OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	53	01	254.000,00
020708	Divisão de Cultura			
020708.1339202232.048	Manut. Ativ. - Cultura			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	347	01	1.972,00
	TOTAL			458.006,00

Art. 2º - Os créditos adicionais constantes deste decreto correrão por conta da anulação das seguintes dotações:

021301	Ouvidoria			
021301.0413102582.082	Manut. Atividade - Ouvidoria			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	455	01	63,00
021401	Gerencia de Projetos, Convenios e Contratos			
021401.0412202592.083	Manut. Atividade - Ger. Projetos, Conv. e Contratos			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	462	01	70,00
021701	Guarda Civil Municipal			
021701.0618102372.052	Manut. Atividade - Guarda Civil Municipal			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	482	01	7.300,00
020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030102122.009	Manut. Ativ. - Ass. Med. Saúde			
33903900	OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	56	01	130.096,00
020501	Divisão de Finanças			
020501.0412302042.025	Manut. Atividade - Finanças			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	254	01	80,00
020802	Divisão de Pecuária e Sanitária			
020802.2060502322.053	Manut. Atividade - Abastecimento			

33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	379	01	84,00
021101	Diretoria de Administração			
021101.0412202022.026	Manut. Atividade - Administração			
33903900	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	436	01	160.000,00
020801	Divisão de Agrícola			
020801.2060102312.051	Manut. Atividade - Agropecuária			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	367	01	160.313,00
	TOTAL			458.006,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2014/2017 aprovado pela Lei nº 3.724 de 28/08/2013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentária aprovada pela Lei nº 3.725 de 28/08/2013 os programas contidos nesta Lei.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 29 de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 29 de dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 239/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DA SERVIDORA MARTA REGINA MARQUES ROSA, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; considerando Ofício da Secretária de Educação e Cultura nº 943/2014, noticiando que a professora Marta Regina Marques Rosa, Professor de Educação Básica I, contratada em 24 de fevereiro de 2014, no período que encontrava-se em licença saúde pela Municipalidade local, trabalhou no Município de Porto Ferreira, lecionando nas EMEFs Profª “Noraide Mariano”; “Nadir Zadra Ribaldo”; “Sud Mennucci” e “Wladimir Salzano”,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.173, de 10 de setembro de 2.014, para apurar os fatos constantes do Ofício SEEC nº 717/2014, da Secretária de Educação e Cultura, que a professora Marta Regina Marques Rosa, Professor de Educação Básica I, contratada em 24 de fevereiro de 2014, no período que encontrava-se em licença saúde pela Municipalidade local, trabalhou no Município de Porto Ferreira, lecionando nas EMEFs “Profª Noraide Mariano; Nadir Zadra Ribaldo; Sud Mennucci e Wladimir Salzano, cometendo fraude contra o Instituto Nacional do Seguro Social e ato de improbidade contra a Municipalidade de Descalvado, infringindo, assim, o disposto no artigo 482, letra “a”, da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 84, inciso XV da Lei

Municipal nº 3.276/2010;

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V - Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Determinar a suspensão preventiva da professora Marta Regina Marques Rosa, pelo período de 02 a 19 de dezembro de 2.014, sem prejuízo de sua remuneração, para efetivar e assegurar que a averiguação não tenha resultado inútil ou inócuo bem como evitar a interferência na obtenção da prova colhida.

Artigo 4º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação da servidora.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 01 dias do mês de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, em 01 de dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 240/2.014

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 189/2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 110 da Lei nº 3276, de 28 de abril de 2.013, considerando o elevado número de processos existentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, a pedido da Presidência da Comissão Processante, por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos do processo administrativo disciplinar de que trata a Portaria nº 189/2.014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, ao 1º dia do mês de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em, 01 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 241/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DA SERVIDORA MARIA FERNANDA PRIVATTO MOFATO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; considerando o Ofício DRH nº 623/2014, da Chefe da Seção de Recursos Humanos, que encaminhou Ofício 826/14, da Secretária de Educação e Cultura, e Relatório da Diretora do CEI Profª “Paula Cristina Xavier”, que noticia um número excessivo de faltas da servidora, comprometendo o trabalho pedagógico; considerando que a servidora ausentou-se por 15 (quinze) dias no segundo semestre de 2.014, tentando-se afastar-se do serviço pelo INSS, sem sucesso; considerando que a servidora assim agia em exercícios anteriores; considerando que agia com desídia, deixando de entregar relatório bimestral e preencher fichas individuais dos alunos, infringindo, assim, o artigo 482, letras “b”, “e” e “h” da Consolidação das Leis do Trabalho e artigos 83, incisos I, III, XI e 84, incisos IX, XV e XVII, da Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.173, de 10 de setembro de 2.014, em face da servidora MARIA FERNANDA PRIVATTO MOFATO, professora do Centro de Educação Infantil Professora “Paula Cristina Xavier”, para apurar fatos constantes do Relatório da Diretora do CEI, que noticia um número excessivo de faltas da servidora, comprometendo o trabalho pedagógico; que a servidora ausentou-se por 15 (quinze) dias no segundo semestre de 2.014, tentando afastar-se do serviço pelo INSS, sem sucesso; que a servidora assim agia em exercícios anteriores; que era desidiosa no desempenho de suas funções, deixando de entregar relatório bimestral e preencher fichas individuais dos alunos, infringindo, assim, o artigo 482, letras “b”, “e” e “h” da Consolidação das Leis do Trabalho e artigos 83, incisos I, III, XI e 84, incisos IX, XV e XVII, da Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pela servidora;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V - Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação da servidora.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 09 dias do mês de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 09 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 242/2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, acolhendo pedido do Diretor da Divisão de Arrecadação, contido no Ofício 188/14 S.T. e constatando a excepcional necessidade em atribuir encargo de maior responsabilidade a Servidor Público dentro da mesma Unidade de atividades e atendido ainda o estabelecido na Lei nº 3276, de 28 de abril de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de função ao Servidor **VITALINO ORMANÉSI**, portador da CTPS nº 44.405, Série 00069ª, Série 0065, por 01 (um) ano, atendidas as disposições constantes do Art. 79 e parágrafos da Lei nº 3276, de 28 de abril de 2.010.

Art. 2º - A gratificação de função será devida no montante de 20% (vinte por cento) do valor da referência salarial básica do emprego de Agente Fiscal, enquanto no efetivo desempenho e suas atividades e vinculada ao cumprimento das seguintes condições, pelo Servidor:

I - promover a revisão de Guia de Informação para a apuração do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços - ICMS - GIAS e Declaração para o

índice de Participação dos Municípios DIPANs;

II - coordenar as alterações previstas no programa de Impos-
to Sobre Serviços - ISS -;

III - controlar a escrituração e emissão de Notas Fiscais de
Serviços eletrônicos

Art. 3º - A gratificação de função concedida por esta Porta-
ria, nos termos do parágrafo 3º do Art. 79 da Lei nº 3276/2010, não se
incorpora aos salários percebidos pelo servidor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publica-
ção, retroagindo os seus efeitos a partir de 03 de outubro de 2.014.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 15 dias do mês
de dezembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal em 15 de dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 243/2014

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINIS-
TRATIVA OBJETIVANDO A APURAÇÃO DE FATOS RELA-
CIONADOS A ACIDENTE DE VEÍCULO ENVOLVENDO O
SERVIDOR PÚBLICO NATAL APARECIDO ESTRADA, NA
FORMA QUE ESPECIFICA.**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Municí-
pio de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições
legais, em conformidade com o artigo 102 e seguintes da Lei número
3.276, de 28 de abril de 2.010 e Decreto 4.174, de 10 de setembro de
2.014, atendendo determinação do Prefeito Municipal, no Processo
Administrativo nº 234/14,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Administra-
tiva objetivando apurar responsabilidade do servidor **Natal Apareci-
do Estrada**, condutor do veículo de propriedade da Municipalidade,
da marca Volkswagen, modelo Saveiro CL 1.8, ano de fabricação e
modelo 1.993, da cor vermelha, placa KCS 2433, que em data de
29 de agosto de 2.014, por volta das 17:05 horas, quando transitava
pela Rua Dr. Cândido Rodrigues, com destino ao Paço Municipal,
colidiu com a veículo da marca Volkswagen, modelo Logus, ano de
fabricação e modelo 1.996, da cor prata, que trafegava pela Rua Dr.
Anastácio Vianna.

Art. 2º Fixar como objetivo da Comissão:

I. atestar ou não a existência de parada obrigatória para o
condutor do veículo da Municipalidade, no cruzamento da Rua Dr.
Cândido Rodrigues com a Rua Dr. Anastácio Viana;

II. apurar quais os danos causados nos veículos da Municí-

palidade e naquele que com ele sinistrou;

III. apurar se houve vítimas e a prestação de socorro às pes-
soas eventualmente feridas;

IV. apurar em quanto importou os danos causados no veícu-
lo da Municipalidade e no outro sinistrado;

V. indicar eventual infração ou omissão administrativa e
norma transgredida pelo servidor;

VI. identificar se houve ressarcimento de danos ao Erário;

VII. concluir os trabalhos no prazo de trinta (30) dias, a con-
tar desta data, podendo o prazo ser prorrogado por um único e igual
prazo, mediante justificativa expressa da Presidência da Comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publica-
ção.

Prefeitura Municipal de Descalvado, 18 de dezembro de
2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 18 de dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 244 /2014

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRA-
TIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR JOSÉ LUIZ
DIAS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.**

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito
Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atri-
buições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de
2.010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina
o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; conside-
rando o Ofício nº 313/14, que noticiava que em data de 23 de agosto de
2.014, quando o servidor conduzia atletas para a cidade de Jaboticabal,
para participarem do 31º Jogos Abertos da Juventude, infringiu
normas de trânsito, ao ultrapassar um caminhão, colocando em risco
aqueles que estavam no coletivo; considerando que o servidor é usei-
ro e vezeiro em cometer infrações desta natureza,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de
Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal cons-
tituída pelo Decreto 4.173, de 10 de setembro de 2.014, para apurar
os fatos constantes do Ofício 313/14, porque o servidor JOSÉ LUIZ
DIAS, no dia 23 de agosto de 2.014, quando transportava atletas e
professores, conduzindo-os em ônibus para o 31º Jogos Abertos da
Juventude, em rodovia que leva esta cidade a Jaboticabal, comportou-
se de forma temerária e irresponsável, ao ultrapassar um caminhão,
em pista única e sem visibilidade, com risco de colisão, provocando

temor àqueles que encontravam-se no interior do coletivo; considerando que o motorista é useiro e vezeiro em cometer infrações de trânsito, inclusive com imposição de multa por excesso de velocidade, infringindo, assim, o disposto no artigo 482 letras “e”, “h”, da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 83, incisos III e IX do artigo 83 e artigo 84, incisos XV e XVII, da Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V - Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação do servidor.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 19 dias do mês de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 19 de dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 245/2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação da Seção de Recursos Humanos e em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3276, de 28 de abril de 2.010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em descanso a Servidores deste Poder Executivo na forma que especifica:

I - Edilson Lino, portador da CTPS nº 33671/00069ª por 30 (trinta) dias, a contar de 05 de janeiro de 2.015, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2.008 à 31 de março de 2.013;

II - Ely Mendes, portador da CTPS nº 33197/00268ª por 30 (trinta) dias, a contar de 08 de dezembro de 2.014, referente ao período aquisitivo de 23 de abril de 2.008 à 22 de abril de 2.013;

III - Fábio Rodrigues, portador da CTPS nº 6153/00199ª por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 22 de dezembro de 2.014, referente ao período aquisitivo de 18 de julho de 2.008 à 17 de julho de 2.013;

IV - Márcia Gabrielli Trindade Lourenço, portadora da CTPS nº 21442/00069ª por 15 (quinze) dias, a contar de 15 de dezembro de 2.014, referente ao período aquisitivo de 10 de novembro de 2.013 à 09 de novembro de 2.008;

V - Natal Aparecido Estrada, portador da CTPS nº 43148/626ª por 30 (trinta) dias, a contar de 10 de dezembro de 2.014, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2.008 à 31 de março de 2.013;

VI - Orlando Aparecido Albieri, portador da CTPS nº 56495/00290ª por 10 (dez) dias, a contar de 10 de dezembro de 2.014, referente ao período aquisitivo de 18 de março de 2.007 à 17 de março de 2.012;

VII - Sueila Olinda Assunção, portadora da CTPS nº 19496/00268ª por 15 (quinze) dias, a contar de 05 de dezembro de 2.014, referente ao período aquisitivo de 10 de novembro de 2.008 à 09 de novembro de 2.013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos à data do efetivo gozo do benefício.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 23 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 23 de Dezembro de 2.014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 246/2.014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E EXTERNA GRATIDÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO SERVIDOR PÚBLICO JOSÉ CARLOS ZELIOLLI, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando que o Artigo 40, § 1º e inciso II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de Dezembro de 2.003 estabeleceu a aposentadoria compulsória aos Servidores Públicos, atendendo ao que solicitado

Continua ►

pela Seção de Recursos Humanos por intermédio do ofício DRH nº 823/14,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo público de provimento efetivo de Artífice o servidor **JOSÉ CARLOS ZELIOLLI**, portador da CTPS nº 75968, série 177ª, considerando a previsão da Aposentadoria Compulsória nos termos do inciso II, parágrafo 1º do Artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 2º - Externar a gratidão desta Administração Pública ante os relevantes serviços prestados ao Poder Executivo e a toda comunidade descavadense.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de dezembro do corrente ano.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 23 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 23 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI

Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 247/2.014

CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei n.º 1.779, de 1º de setembro de 1.998, considerando a necessidade de renovação do Conselho Municipal do Idoso do Município de Descalvado;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir o Conselho Municipal do Idoso, designando para sua composição, os membros titulares representantes de Órgãos e Entidades, as seguintes pessoas:

I – do Gabinete do Executivo:

- a) Marcelo de Santi - titular;
- b) Mônica Garófolo Rodrigues - suplente;

II – da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social:

- a) Larissa Augusta dos Santos - titular;
- b) Ivanir de Lourdes Porteiro Fadel - suplente;
- c) Maria José Romão Bertini – titular – 1ª Secretária;
- d) Adriana Carla Rodrigues Moura - suplente;

III – da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Silmara Voltarelli Paulo - titular;
- b) Maria Aparecida Beneine Porto - suplente;

IV – da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- a) Maria de Fátima Colognesi Gallo - titular;
- b) Ana Cláudia Brambilla Rissi - suplente;

V – da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo:

- a) Valdir Olbera - titular;
- b) Cláudia Maria Botaro - suplente;

VI – da Sociedade Civil, que integrem grupos organizados da Terceira Idade:

- a) Izabel Cristina Bonani Tessarin - Presidente;
- b) Maria Teresa Moraes;
- c) José do Prado Machado;
- d) Cacilda de Lourdes Gallo Guimarães – Vice-Presidente;
- e) Geraldo Cerantola;
- f) Maria Aparecida do Carmo;
- g) Santo Costa;
- h) Fernanda Cristina Galetti Generoso;

VII – das Entidades, Organizações ou Associações Comunitárias:

- a) Armando Sebastião Micossi;
- b) Luiz Gonzaga Marini;
- c) Neide Gonçalves Franco Perez;
- d) Cilmara Bispo.

Art. 2º - Fixar o prazo de 02 (dois) anos para a vigência do mandato do Conselho ora constituído, consignando que, embora não remuneradas as funções, são consideradas como de serviço público relevante.

Art. 3º - Externar a gratidão da Administração Pública aos anteriores integrantes do Conselho Municipal do Idoso, face os relevantes serviços prestados.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 115, de 07 de abril de 2.014 e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 30 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 30 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI

Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 248/2.014**

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 46 da Lei nº 3.276, de 28 de Abril de 2.010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora **Nadir Rosa Ribeiro Ferraz**, portadora da CTPS nº 56269, série 00626ª, licença por motivo de doença de seu ascendente, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 05 de janeiro 2.015, nos termos do artigo 46 da Lei nº 3.276, de 28 de Abril de 2.010, atendidas as disposições aplicáveis à espécie.

Art. 2º - A Licença de que trata o artigo anterior, nos termos do artigo 46, § 3º e inciso I é concedida com desconto de um terço de sua remuneração.

Art. 3º - Decorrido o prazo da licença concedida, deverá a servidora reassumir suas funções junto à Secretaria de Saúde imediatamente no dia posterior ao término do benefício.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 30 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 30 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 249/2.014**

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 228/2.014, DE 24 DE OUTUBRO DE 2.014, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando ocorrência de erro material encontrado na Portaria nº 228/2.014, necessitando de retificação;

RESOLVE:

Art. 1º - Dar nova redação ao artigo 1º da Portaria nº 228, de 24 de Outubro de 2.014, passando a vigorar da seguinte forma:

*“ Art. 1º - Designar o Sr. **Ednan Donizeti Brambilla** para substituir o Sr. **Gismar Manoel Mendes** junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMUDE, de que trata a Portaria nº 52/2.013, de 18 de março de 2.013.”*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições do ato normativo constante no artigo 1º.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 30 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, em 30 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 250/14**

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 203/2.014, DE 22 DE SETEMBRO DE 2.014, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando ocorrência de erro material encontrado na Portaria nº 203/2.014, necessitando de retificação, conforme solicitação contida no Ofício DRH nº 756/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Dar nova redação ao artigo 1º da Portaria nº 203, de 22 de setembro de 2.014, que concede licença prêmio a servidor municipal que especifica, passando a vigorar da seguinte forma:

*“ Art. 1º - Conceder licença prêmio de 15 (quinze) dias em descanso ao servidor **José Ramalho Gabrielli Júnior**, portador da CTPS nº 25116/570ª, de 14 de outubro à 28 de outubro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2.008 à 31 de março de 2.013.”*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições do ato normativo constante no artigo 1º.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 30 de Dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO*Prefeito Municipal*

Publicado no Paço Municipal, em 30 de Dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI*Procurador Geral do Município***PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO**
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 251/2.014****PRORROGA CESSÃO DE SERVIDORES AO JUÍZO DA 44ª ZONA ELEITORAL NA FORMA QUE ESPECIFICA**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando que o Poder Executivo promove a cessão de servidores ao Juízo da 44ª Zona Eleitoral mediante convênio formalizado com a União Federal e considerando que a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo autorizou a prorrogação de afastamento de servidores públicos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar até o dia 31 de dezembro de 2.015 a cessão de servidores deste Poder Executivo para exercerem suas atividades junto ao Juízo da 44ª Zona Eleitoral, servidores esses a seguir especificados:

I – Sra. Magali Horvate Marabiza, portadora da cédula de identidade RG 27.877.423-4, exercendo a função de Ajudante Geral;

II – Sra. Lucimara Ferraz, portadora da cédula de identidade de 30.844.439-5, exercendo a função de Escriuturaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 30 dias do mês de dezembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO*Prefeito Municipal*

Publicada no Paço Municipal em 30 de dezembro de 2.014

SILVIO BELLINI*Procurador Geral do Município***PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO**
ESTADO DE SÃO PAULO

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, dando cumprimento do disposto no artigo n.º 162 da Constituição Federal Brasileira, divulga as Receitas Arrecadadas e os Recursos Recebidos por esta Prefeitura durante o mês de **NOVEMBRO** de 2014.

Código	Especificação da Receita (Fonte Recurso)	Mês	Acumulado
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	7.634.526,62	83.130.599,68
1.1.1.2.02.00.00	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (01 - Tesouro)	180.704,44	3.134.716,02
1.1.1.2.04.10.00	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (01 - Tesouro)	18.750,03	1.066.543,08
1.1.1.2.08.00.00	Imposto sobre a transmissão inter vivos - bens imóveis e direitos reais sobre imóveis (01 - Tesouro)	57.286,87	759.343,41
1.1.1.2.09.00.00	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (01 - Tesouro)	331.045,20	2.667.256,63
1.1.1.2.17.00.00	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária (01 - Tesouro)	382,25	46.301,00
1.1.2.1.2.21.00	Taxa de controle e fiscalização ambiental (01 - Tesouro)	416,05	1.358,30
1.1.2.1.25.00.00	Taxa de licença de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços (01 - Tesouro)	1.826,26	202.837,91
1.1.2.1.26.00.00	Taxa de publicidade comercial (01 - Tesouro)	821,71	21.816,18
1.1.2.1.29.00.00	Taxa de licença para execução de obras (01 - Tesouro)	3.428,67	32.082,87
1.1.2.1.31.00.00	Taxa de utilização de área de domínio público (01 - Tesouro)	1.083,92	32.260,92
1.1.2.1.32.00.00	Taxa de Expediente (01 - Tesouro)	5.396,71	70.807,65
1.1.2.1.36.00.00	Taxa de limpeza pública (01 - Tesouro)	3,33	1.184,64
1.1.2.1.39.00.00	Taxa de Conservação e Calçamento (01 - Tesouro)	1,25	17,52
1.1.2.1.49.00.00	Taxa de Coleta de Lixo (01 - Tesouro)	27.344,38	865.437,12
1.2.1.2.29.03.00	Contribuição patrimonial para o regime próprio de previdência (Vinculados)	482,90	5.883,90
1.2.1.2.29.03.00	Contribuição patrimonial - regime civil (01 - Vinculados)	1.433,36	17.143,18
1.2.1.2.29.03.00	Contribuição do servidor ativo para o regime próprio de previdência (Vinculados)	482,90	5.883,90
1.2.1.2.30.00.00	Contribuição do servidor inativo para o regime próprio de previdência (01 - Vinculados)	1.664,58	18.896,36
1.2.1.2.30.00.00	Aluguel de imóveis urbanos (01 - Tesouro)	3.199,69	20.118,79
1.2.2.1.03.00.00	Receita de concessão de depósitos bancários de recursos vinculados - resoluções (01 - Tesouro)	56,65	4.944,43
1.2.2.1.03.02.00	Receita de remessa de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (02)	16.343,21	136.181,12
1.2.2.1.03.03.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (03)	4.677,69	66.803,74
1.2.2.1.03.04.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (04)	393.515,86	397.618,77
1.2.2.1.03.05.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (05)	219,48	2.073,28
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	1.114,52	14.461,68
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	862,81	8.690,62
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	36.190,72	236.512,45
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	5.673,84	99.097,65
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	1.344,90	11.899,58
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	6.650,50	7.665,85
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	3.567,17	40.238,78
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	3.220,00	3.190,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	3.499,46	40.238,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	166.468,00	1.555.595,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	98.664,15	758.041,34
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	3.702,36	31.736,26
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	2.487,15	29.935,14
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	1.886,30	18.554,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	1.495,05
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	2.970,80
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	1.466.448,00	15.213.513,02
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	24.291,38	758.085,96
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	60.708,48	744.686,12
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	8.174,75	71.502,56
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	21.034,95	241.227,90
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	62.758,00	690.338,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	53.742,00	534.028,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	67.725,00	681.000,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	16.725,00	159.845,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	26.162,18	134.085,62
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	7.955,48	87.285,48
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	166.788,77	1.191.062,15
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	1.495,47
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	67.200,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	4.500,00	36.750,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	2.920,00	29.600,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	2.520,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	74,14	20.814,24
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	7.245,95	7.245,95
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	99.600,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	185.999,94	1.780.933,57
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	7.212,17	29.772,56
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	11.720,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	654,60	8.422,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	895.520,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	81.800,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	159.568,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	107.137,06
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	3.890,00	3.890,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	11.921,17	119.211,76
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	20.985,62
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	332.887,02	332.887,02
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	2.320.691,22	25.543.879,93
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	90.004,47	3.925.786,81
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	22.148,46	109.141,48
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	6.962,66
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	11.655,06	62.986,17
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	84.446,25	478.126,38
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	346.444,09	12.918.559,98
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	6.950,00	78.383,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	27.975,00	111.900,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	42.388,30	499.126,60
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	8.795,11	80.545,11
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	6.456,38	67.417,03
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	20.900,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	17.876,61	17.876,61
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	49.177,52
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	4.800,15	34.999,21
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	3.449,02	22.042,43
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	5.987,91	72.448,48
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	13.303,34	231.142,12
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	3.077,17	45.565,76
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	472,43	4.511,88
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	6.477,48	34.130,61
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	31.332,71	468.373,44
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	555,53
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	31,47	6.769,04
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	13.935,47
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	17.721,37	389.867,61
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	1.814,29	10.073,59
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	339,43	6.281,77
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	20,95	782,45
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	408,91	6.678,63
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	3.604,08	84.115,21
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	18.159,81	628.037,85
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	-332.887,02	33.527,66
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	140.862,60
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	2.065,25	19.503,92
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	0,00	9.800,92
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	-80.000,00	1.328.143,16
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	8,00	133.146,12
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	90.000,00	90.000,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	50.000,00	50.000,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	60.000,00	60.000,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	50.000,00	50.000,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	242.873,85	242.873,85
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	242.873,85	242.873,85
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	100.000,00	100.000,00
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	-293.329,18	-3.659.379,16
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	-4.878,20	-131.217,08
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	-2.384,23	-23.842,30
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	-464.138,24	-5.108.775,76
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	-18.000,90	-785.157,43
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	-4.429,69	-41.908,62
1.2.2.1.03.10.00	Receita de depósitos bancários de recursos vinculados - Resoluções (10)	7.983.133,38	76.264.288,23

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

CEP 13.690-000

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO NOS TERMOS DO ARTIGO 8º DA LRF
EXERCÍCIO 2015

RECEITAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Receitas Correntes	754.850,00	924.850,00	2.548.850,00	1.004.850,00	1.054.850,00	1.054.850,00	1.054.850,00	954.850,00	954.850,00	1.054.850,00	954.850,00	954.850,00	13.272.200,00
Receta Tributária	75.000,00	55.000,00	25.000,00	55.000,00	80.000,00	55.000,00	50.000,00	33.000,00	70.000,00	50.000,00	60.000,00	45.000,00	655.000,00
Receta de Contribuições	5.000,00	15.000,00	20.000,00	24.000,00	23.000,00	20.000,00	19.000,00	500,00	25.000,00	24.200,00	151.000,00	280.100,00	606.800,00
Receta Patrimonial	189.520,00	240.000,00	228.000,00	220.000,00	200.000,00	200.000,00	230.000,00	270.000,00	250.000,00	285.000,00	300.000,00	200.000,00	2.852.520,00
Receta de Serviços	8.380.030,00	6.945.150,00	6.441.962,00	5.786.138,00	6.321.150,00	5.320.150,00	6.536.150,00	6.241.650,00	6.680.150,00	6.285.950,00	6.794.150,00	8.495.630,00	80.529.860,00
Transferências Correntes	480.000,00	430.000,00	387.000,00	960.012,00	280.000,00	450.000,00	700.000,00	500.000,00	460.000,00	880.000,00	200.000,00	330.000,00	6.057.012,00
Outras Receitas Correntes	(1.085.000,00)	(1.110.000,00)	(850.812,00)	(850.000,00)	(559.000,00)	(700.000,00)	(990.000,00)	(800.000,00)	(980.000,00)	(880.000,00)	(860.000,00)	(630.000,00)	(10.694.812,00)
Dedução da Rec/p/ form. Fundeb													
Total das Receitas Correntes	8.800.000,00	7.500.000,00	8.800.000,00	7.200.000,00	7.000.000,00	6.400.000,00	7.500.000,00	7.200.000,00	7.500.000,00	7.700.000,00	7.600.000,00	9.676.580,00	93.276.580,00
Receitas de Capital													
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	8.800.000,00	7.500.000,00	8.800.000,00	7.200.000,00	7.000.000,00	6.400.000,00	7.500.000,00	7.200.000,00	7.500.000,00	7.700.000,00	7.600.000,00	9.676.580,00	93.276.580,00

DESPESAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Despesas Correntes	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	4.750.000,00	1.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	5.706.680,00	46.956.680,00
Pessoal e Encargos Sociais	5.300.000,00	4.000.000,00	5.300.000,00	3.700.000,00	3.750.000,00	2.650.000,00	4.150.000,00	2.450.000,00	3.750.000,00	3.950.000,00	3.850.000,00	5.969.900,00	46.319.900,00
Outras Despesas Correntes	8.800.000,00	7.500.000,00	8.800.000,00	7.200.000,00	7.000.000,00	6.400.000,00	7.900.000,00	7.200.000,00	1.500.000,00	7.700.000,00	7.600.000,00	9.676.580,00	93.276.580,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	8.800.000,00	7.500.000,00	8.800.000,00	7.200.000,00	7.000.000,00	6.400.000,00	7.900.000,00	7.200.000,00	1.500.000,00	7.700.000,00	7.600.000,00	9.676.580,00	93.276.580,00

Descalvado, 30 de dezembro de 2014

Antônio Aparecido Ruchini
Corrador
CRC ISP 125.808/O-9

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PROCESSO Nº. 111/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/14**

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de fórmula infantil e leite em pó, por um período de 12 meses, para a Secretaria da Saúde.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujo objeto, já foi adjudicado em ata pelo Pregoeiro, conforme segue: lote nº 02 no valor total de R\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem reais), para a empresa M.Zamboni Comércio e Representações de Produtos Alimentícios e Mercadorias em Geral EPP.

Descalvado, 04 de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO**

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PROCESSO Nº. 108/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/14**

Objeto: Contratação de empresa especializada, para locação de programas de computador (softwares), abrangendo instalação, implantação, treinamento de pessoal e manutenção da solução integrada de sistemas na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica em ambiente MS Windows com acesso a Banco de Dados Relacional Oracle.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujo objeto, já foi adjudicado em ata pelo Pregoeiro, conforme segue: lote nº 01 no valor total de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), para a empresa Cebi Centro Eletrônico Bancário Industrial Ltda.

Descalvado, 05 de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO**

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PROCESSO Nº. 112/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 062/14**

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, para atender

ao Serviço Municipal de Alimentação Escolar “SMAE”.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 13,14,18 e 20 no valor total de R\$ 147.410,00 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e dez reais), para a empresa Distribuidora Nancy Ltda.; lotes nº 02,05,07,08 e 15 no valor total de R\$ 139.600,00 (cento e trinta e nove mil e seiscentos reais), para a empresa Fenix Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.; lotes 01,03 e 11 no valor total de R\$ 256.880,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta reais), para a empresa JBS S/A; lotes nº 04,10,16 e 17 no valor total de R\$ 252.060,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e sessenta reais), para a empresa JG Zana Alimentos Ltda. – EPP; lote 19 no valor total de R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais), para a empresa Nutricionale Comércio de Alimentos Ltda. e lote 09 no valor de R\$ 20.250,00 (vinte mil, duzentos e cinquenta reais), para a empresa Silvana Aparecido Praela EPP.

Descalvado, 05 de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO**

ESTADO DE SÃO PAULO

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
E ADJUDICAÇÃO****CONVITE Nº. 023/14**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de mão de obra, com fornecimento de materiais de primeira linha, para as Obras de Reforma do Prédio da Creche Paula Cristina Xavier, localizada à Rua Bahia, n.º 231, Bairro Jardim Albertina, neste Município de Descalvado, São Paulo.

Fica a Licitação em epígrafe HOMOLOGADA e ADJUDICADA a favor da empresa Raíra Construtora Ltda., pelo valor de R\$ 142.700,00 (cento e quarenta e dois mil e setecentos reais).

Descalvado, 18 de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO**

ESTADO DE SÃO PAULO

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO
E HOMOLOGAÇÃO****PROCESSO Nº. 109/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 060/14**

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de informática (Desktop e Notebook), na modalidade locação, com manutenção e securitização, mediante pagamento de valor mensal.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica ADJUDICADA e HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe pelo Prefeito, conforme seguem: lotes nº 01 e 02 no valor total de R\$ 76.920,00 (setenta e seis mil, novecentos e vinte reais), para a empresa Telefônica Data S/A.

Descalvado, 22 de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E
ADJUDICAÇÃO**

CONVITE N.º 022/14

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços jurídicos de consultoria e assessoramento, bem como atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Fica a Licitação em epígrafe HOMOLOGADA e ADJUDICADA a favor da empresa Queiroz e Nóbrega Advogados Associados, pelo valor de R\$ 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais).

Descalvado, 23 de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO N.º 119/14

PREGÃO PRESENCIAL N.º 064/14

Objeto: Aquisição de equipamentos de ar condicionado e impressoras multifuncionais para atender à Secretaria de Educação e Cultura do Município.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 01 no valor total de R\$ 4.636,20 (quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte centavos), para a empresa Flex Comércio e Representação Ltda. e lote 03 no valor total de R\$ 1.426,00 (um mil, quatrocentos e vinte e seis reais), para a empresa Moura e Moura Informática e Empreendimentos Comerciais Ltda. ME.

Descalvado, 29 de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO N.º 118/14

PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/14

Objeto: Aquisição de veículos novos para atender à Secretaria de Educação e Cultura do Município.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 01 e 02 no valor total de R\$ 124.999,98 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), para a empresa SRT Nascimento Mercantil e Serviços Eireli EPP.

Descalvado, 29 de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO N.º 111/14

PREGÃO PRESENCIAL N.º 061/14

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de fórmula infantil e leite em pó, por um período de 12 meses, para a Secretaria da Saúde.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujo objeto, já foi adjudicado em ata pelo Pregoeiro, conforme segue: lote nº 02 no valor total de R\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem reais), para a empresa M.Zamboni Comércio e Representações de Produtos Alimentícios e Mercadorias em Geral EPP.

Descalvado, 04 de dezembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO N.º 121/14

PREGÃO PRESENCIAL N.º 066/14

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviço de mão-

-de-obra de pintura em prédio público da Prefeitura do Município de Descalvado, Estado de São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujo objeto, já foi adjudicado em ata pelo Pregoeiro, conforme segue: lote nº 01 no valor total de R\$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais), para a empresa MG V Construção Ltda. EPP.

Descalvado, 30 de dezembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

EDITAL Nº 01 - 01/2014

A **Prefeitura Municipal de Descalvado**, Estado de São Paulo, através da **Secretaria de Educação e Cultura – SEEC** –, por intermédio de seu respectivo gestor, em decorrência da delegação de competência e no uso de suas atribuições legais e combinado com o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e pelo disposto pela Lei Municipal nº 3179, de 18 de novembro de 2009, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de todos os interessados, que estão abertas as inscrições para a realização do Processo Seletivo Número 01/2014, para o ano letivo de 2015, para a contratação temporária de Professor de Educação Básica I, Professor de Educação Básica II e Professor de Educação Especial nos termos estabelecidos por este Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo terá a coordenação da Comissão de Ética e de Acompanhamento designada para atender o presente Edital, nomeada através da Portaria nº 236, de 12 de novembro de 2014, nos termos da legislação vigente, para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, cujas contratações serão regidas pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

1.2 - Este Processo Seletivo é destinado a selecionar profissionais para atuarem em estabelecimentos da rede pública municipal de ensino e/ou desenvolver atividades docentes em entidades regularmente conveniadas à Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, na educação básica, nos níveis da Educação Infantil e Ensino Fundamental, respeitadas as fases de suas atribuições, para ministrar classes/ aulas em caráter de substituição em virtude de exoneração, demissão, desistência, afastamento ou licença de concessão obrigatória, substituições eventuais, aulas de reforço, desenvolvimento de projetos educacionais, período de recesso escolar, ou ainda, prestar assistência a aluno com necessidades especiais, cujas especificidades ou transitoriedades justifiquem a contratação temporária, durante o prazo de vigência do Processo Seletivo.

1.3 - A participação dos candidatos neste Processo Seletivo não implica obrigatoriedade de sua contratação. A inclusão no cadastro de reserva gera ao candidato apenas a expectativa de convocação e contratação, ficando reservado à Secretaria de Educação e Cultura - SEEC o direito de proceder às contratações em número que atenda ao

interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final, dentro do prazo de validade deste Edital.

1.4 - Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data de sua publicação, por escrito e protocolada na Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, até as 17h do 2º (segundo) dia útil após a publicação, cabendo ao candidato indicar, especificamente, o(s) item(s) objeto de impugnação bem como a sua motivação.

1.5 - As provas serão aplicadas no município de Descalvado.

2 - DOS EMPREGOS

2.1 - Os empregos a serem preenchidos, salários e requisitos de ingresso são os seguintes:

Denominação do Emprego Público	Valor R\$ hora/ aula	Requisitos para o Emprego Público
Professor de Educação Básica I – PEB I – Educação Infantil e Ciclo I do Ensino Fundamental.	R\$ 10,72	Curso Normal em Nível Médio ou Superior
Professor de Educação Básica I – PEB I – Educação Infantil e Ciclo I do Ensino Fundamental.	R\$ 11,79	Curso Superior de Pedagogia –
Professor de Educação Básica I – PEB I – Educação Especial.	R\$ 11,79	Licenciatura Plena ou Normal Superior
Professor de Educação Básica II – PEBII: Língua Portuguesa.	R\$ 11,79	Curso Superior, Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil e Educação Especial e/ou Especialização em Educação Especial.
Professor de Educação Básica II – PEB II: Língua Inglesa.	R\$ 11,79	Curso Superior em Letras – licenciatura.
Professor de Educação Básica II – PEB II: Matemática.	R\$ 11,79	Curso Superior em Letras – licenciatura – com habilitação em Língua Inglesa.
Professor de Educação Básica II – PEB II: Ciências.	R\$ 11,79	Curso Superior em Matemática – licenciatura.
Professor de Educação Básica II – PEB II: História.	R\$ 11,79	Curso Superior em Biologia – licenciatura – e/ou formação específica em Ciências.
Professor de Educação Básica II – PEB II: Geografia.	R\$ 11,79	Curso Superior em História – licenciatura.
Professor de Educação Básica II – PEB II: Arte.	R\$ 11,79	Curso Superior em Geografia – licenciatura.
Professor de Educação Física	R\$ 11,79	Curso Superior em Educação Artística ou Arte – licenciatura – e/ou formação correlata na área.
Professor de Educação Física	R\$ 11,79	Curso Superior em Educação Física – licenciatura – com a inscrição no CONFEF/CREF.

2.2 - As convocações para a contratação dos candidatos aprovados no presente Processo Seletivo ocorrerão de acordo com a necessidade temporária e de excepcional interesse público da Administração, respeitando, contudo, a ordem de classificação da lista final.

2.3 - A carga horária do profissional será estabelecida no ato de contratação, de acordo com as necessidades e os interesses da Administração, não ultrapassando a jornada máxima estabelecida pela legislação vigente para o emprego efetivo da mesma classe.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão realizadas no período de 18 de novembro a 24 de novembro de 2014, das 8 horas às 17 horas (horário de Brasília), no prédio da Secretaria de Educação e Cultura, situado à Avenida Guerino-Oswaldo, número 446, I andar, centro, Descalvado, São Paulo.

3.2 - O candidato será o único responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição (Anexo II), as quais implicarão no conhecimento e na expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como das instruções específicas contidas nos comunicados que, porventura, venham a ser publicados.

3.3 - Para inscrever-se o candidato deverá comparecer ao local de inscrição munido de cópia dos seguintes documentos, acompanhado de seus originais:

3.3.1 - Documento de Identidade;

3.3.2 - Título(s) que será (ão) computado (s) para efeito de classificação, nos termos estabelecidos pelo item 9 deste Edital, a saber:

3.3.2.1 - Diploma e ou Certificado de conclusão de Curso e/ou Curso de Graduação no emprego a que estiver concorrendo;

3.3.2.2 - Certificado de pós-graduação, strictu sensu, na área da educação;

3.3.2.3 - Certificado de pós-graduação, lato sensu, na área de atuação do emprego a que estiver concorrendo;

3.3.2.4 - Certificado de cursos de extensão e aperfeiçoamento na área de educação, com carga horária mínima de 30h (trinta horas), realizado nos últimos três anos, até no máximo de cinco cursos.

3.4 - O candidato entregará os documentos mediante protocolo e preencherá a ficha de inscrição fornecida pela Secretaria de Educação e Cultura – SEEC

3.5 - O candidato aprovado neste Processo Seletivo poderá ser investido no emprego público temporário se atendidas, à época da convocação, todas as exigências para a investidura ora descritas.

3.6 - O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas nesse Edital terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.7 - A inscrição deverá ser feita pessoalmente ou por procuração, desde que com firma reconhecida, não se aceitando inscrição condicional por via postal, mensagem eletrônica ou qualquer outra forma não estabelecida por este Edital.

3.8 - O candidato interessado em concorrer a mais de um emprego temporário deverá efetuar inscrições distintas, apresentando cópias de documentos e títulos para cada uma das inscrições.

3.9 - A relação completa dos candidatos inscritos para os empregos temporários a serem preenchidos será divulgada, através de fixação de edital, no prédio da Secretaria de Educação e Cultura - SEEC, a partir do dia 02 de dezembro de 2014, bem como no endereço eletrônico www.descalvado.sp.gov.br.

3.10 - O candidato inscrito que não constar na lista mencionada no item 3.8 deste Edital poderá impugná-la, no prazo de dois dias, a partir de sua divulgação, apresentando o seu comprovante de

inscrição bem como a cópia dos documentos discriminados pelo item 3.3.

3.11 - Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, inscrições extemporâneas ou sem a apresentação dos documentos elencados pelo item 3.3 deste Edital.

4 - DOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para os empregos em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853/89.

4.2 - Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para classe, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Processo.

4.3 - Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

4.4 - Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.5 - Os candidatos com necessidades especiais participarão do Processo Seletivo em questão em igualdade de condições com os demais candidatos, como reza a legislação vigente, no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, mediante manifestação expressa e apresentação de laudo médico pericial, emitido nos últimos três meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova.

4.7 - Os candidatos com necessidades especiais poderão requerer, no ato da inscrição, prova especial discriminando as suas dificuldades e requerendo expressamente a condição desejada, sob pena de serem desconsideradas as suas exigências.

4.8 - As necessidades especiais não poderão ser avocadas para fins de readaptação, licenças ou aposentadoria.

5 - DAS PROVAS E TÍTULOS

5.1 - O Processo Seletivo será de Provas e Títulos, sendo composto por questões objetivas e dissertativas.

5.2 - As Provas Objetivas e Dissertativas versarão sobre conhecimentos pedagógicos e conhecimentos específicos, visando aferir as noções básicas relacionadas com a formação específica relativa à função pública.

5.3 - As Provas de Títulos visam aferir o aperfeiçoamento acadêmico relacionado diretamente com as atividades da função pública.

6 - DAS PROVAS

6.1 - As provas objetivas e dissertativas ocorrerão na EMEF Coronel Tobias, situada à Rua Conselheiro Antonio Prado, 636 – Centro, Descalvado, São Paulo, nos seguintes dias e horários:

6.1.1 - Dia 14 de dezembro de 2014, domingo, às 08 horas,

para os empregos temporários de Professor de Educação Básica I – PEB I, e para Professor de Educação Básica II – PEB II – nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Arte e Educação Física.

6.1.2 - Dia 14 de dezembro de 2014, domingo, às **12h30min**, para os empregos temporários de Professor de Educação Básica II – PEB II – nos componentes de Língua Inglesa, Ciências, Geografia e para Professor de Educação Básica I – PEB I – Educação Especial.

6.2 - Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares na escola indicada pelo item 6.1 deste Edital, a Secretaria de Educação e Cultura – SEEC poderá alterar horários e locais das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as divulgações realizadas por meio do site www.descalvado.sp.gov.br.

6.3 - O candidato deverá ingressar no local das provas munido do documento de identidade e do protocolo de inscrição no Processo Seletivo, comparecendo ao local de realização das provas com, no mínimo, trinta (30) minutos de antecedência.

6.4 - Durante a execução das provas não será permitida consulta de espécie alguma, bem como a comunicação entre os candidatos e o uso de celulares e máquinas calculadoras.

6.5 - Recomenda-se aos candidatos não levarem para o local de provas aparelhos celulares, contudo, se levarem, estes deverão ser desligados, preferencialmente com baterias retiradas. O candidato que for surpreendido portando celular ligado será excluído do Processo Seletivo e convidado a entregar sua respectiva prova.

6.6 - Não haverá, em hipótese alguma, segunda chamada, vista ou revisão das provas.

6.7 - O candidato resolverá as questões integrantes do Caderno de Perguntas e transcreverá a resolução das alternativas em um Cartão de Respostas, assim como a questão dissertativa, documentos estes utilizados para a correção.

6.7.1 - Caso o candidato constate erro ou problema de impressão em sua prova, deverá manifestar-se imediatamente, requerendo a substituição do caderno de prova ou de respostas, sob pena de preclusão.

6.8 - Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sua sala o Caderno de Perguntas, o Cartão de Respostas e a questão dissertativa, podendo copiar as suas respostas em um gabarito próprio para posterior conferência.

6.9 - Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Volante, designado pela Coordenação do Processo.

6.9.1 - Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

6.10 - O candidato, antes de se retirar da sala, deverá entregar ao Fiscal da Sala o caderno de questões e respectiva folha de respostas. Não serão computadas questões não respondidas, que contenham rasuras, que tenham sido respondidas a lápis, ou que contenham mais de uma alternativa assinalada.

6.11 - A duração máxima da prova será de 3h (três horas), já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de respostas.

6.12 - O não comparecimento para as provas excluirá automaticamente o candidato.

6.13 - A Secretaria de Educação e Cultura de Descalvado – SEEC não se responsabilizará por eventual incompatibilidade de horários ou concomitância de eventos, sendo obrigação do candidato comparecer no horário e local designado para a realização da prova.

7 - DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA (TEÓRICA)

7.1 - As provas escritas terão trinta (30) questões objetivas, com quatro (04) alternativas cada questão, sendo apenas uma a correta; e uma (1) questão dissertativa, a qual versará sobre um dos temas constantes no programa de prova, conforme Anexo III deste Edital.

7.2 - As provas objetivas serão compostas da seguinte forma:

Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Pedagógicos
15	15

7.3 - Cada questão da prova objetiva corresponderá a 3 pontos.

7.4 - A questão dissertativa deverá ser respondida na folha de resposta específica, entregue pela Secretaria de Educação e Cultura, sendo vedada a substituição do documento em virtude de falhas ou erros cometidos pelo candidato.

8 - DO JULGAMENTO DAS PROVAS ESCRITAS (Teóricas)

8.1 - Cada uma das questões das provas terá os seguintes pesos e pontuações:

Questão	Pontuação
Objetiva	3 pontos por questão
Dissertativa	Até 10 pontos
Total	100 pontos

8.2 - As questões dissertativas serão corrigidas com base em quatro competências traduzidas para uma situação específica de produção de texto, avaliada à luz de três critérios correspondentes a níveis representados por pontos, na seguinte conformidade:

a) COMPETÊNCIA I - situação de produção de texto – **demonstrar domínio da norma culta da língua escrita.**

Nível	Descrição	Pontuação
Nível I	Demonstra conhecimento precário da norma culta, com graves e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.	1,0
Nível II	Demonstra bom domínio da norma culta, com pontuais desvios gramaticais e de convenções da escrita.	2,0
Nível III	Demonstra muito bom domínio da norma culta, com eventuais deslizes gramaticais e de convenções da escrita.	2,5

b) COMPETÊNCIA II - situação de produção de texto - **Compreender a proposta de produção e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativoargumentativo.**

Nível	Descrição	Pontuação
Nível I	Desenvolve tangencialmente o tema e/ou apresenta embrionariamente o tipo de texto dissertativo-argumentativo; ou desenvolve tangencialmente o tema e domina razoavelmente ou bem o tipo de texto dissertativo-argumentativo; ou desenvolve razoavelmente o tema e apresenta embrionária ou precariamente o tipo de texto dissertativo-argumentativo	1,0

Nível II	Desenvolve razoavelmente o tema, com indícios de autoria, ainda que apresente argumentos previsíveis, e domina razoavelmente ou bem o tipo de texto dissertativo-argumentativo	2,0
Nível III	Desenvolve bem o tema, a partir de repertório cultural produtivo e de considerações que fogem do senso comum, e domina bem o tipo de texto dissertativo-argumentativo.	2,5

c) COMPETÊNCIA III - situação de produção de texto - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Nível	Descrição	Pontuação
Nível I	Apresenta informações, fatos e opiniões precariamente relacionados ao tema	1,0
Nível II	Seleciona informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto, organizando-os e relacionando-o de forma pouco consistente em defesa do ponto de vista destacado em seu projeto de texto.	2,0
Nível III	Seleciona, organiza e relaciona, de forma consistente, informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto em defesa do ponto de vista destacado em seu projeto de texto.	2,5

d) COMPETÊNCIA IV - situação de produção de texto - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Nível	Descrição	Pontuação
Nível I	Não articula as partes do texto.	1,0
Nível II	Articula razoavelmente as partes do texto, mas apresenta problemas na utilização dos recursos coesivos.	2,0
Nível III	Articula adequadamente as partes do texto, podendo apresentar eventuais problemas na utilização dos recursos coesivos.	2,5

8.3 - A prova será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e terá caráter classificatório.

8.4 - A nota da prova escrita será obtida com a aplicação da fórmula abaixo.

$NPE = NAPO \times 3 + ND$ <p>EM QUE: NPE= Nota da prova escrita NAPO= Número de acertos na prova objetiva ND = Nota da questão dissertativa</p>

8.5 - Será considerado aprovado o candidato que obter nota diferente de zero na questão dissertativa.

8.6 - O gabarito oficial das provas escritas será disponibilizado na Secretaria da Educação e Cultura de Descalvado – SEEC – e no endereço eletrônico www.descalvado.sp.gov.br.

8.7 - Após o período destinado para a interposição de recursos sobre as respostas oficiais e havendo alteração no gabarito, a Secretaria de Educação e Cultura – SEEC o republicará nos meios de

indicados pelo item 8.6.

8.8 - Não haverá, em hipótese alguma, vistas de prova.

9 - DOS TÍTULOS

9.1 - Os candidatos ao Processo Seletivo, que obtiverem nota acima de zero na prova dissertativa, poderão acrescer às suas notas obtidas mediante a apresentação de títulos, com as respectivas pontuações:

9.1.1 - Diploma ou Certificado de Conclusão de 1 (um) Curso Superior no campo de atuação ou na área da Educação: **cinco (05) pontos**.

9.1.2 - Curso de Especialização – lato sensu, na área da Educação, de, no mínimo, trezentas e sessenta (360) horas de duração: **dois (02) pontos** cada título, até no máximo **de quatro (04) pontos (dois cursos)**.

9.1.3 - Curso de Mestrado – strictu sensu, na área da Educação, com reconhecimento pela CAPES: **cinco (05) pontos**.

9.1.4 - Curso de Doutorado – strictu sensu, na área da Educação, com reconhecimento pela CAPES: **dez (10) pontos**.

9.2 - Serão pontuados como títulos Certificado/Declaração em papel timbrado da Instituição, devidamente reconhecida pelo MEC, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste sobre a conclusão total do curso e aprovação e entrega do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, até a data da inscrição.

9.3 - Os Títulos serão entregues pelo próprio candidato no ato de inscrição do Processo Seletivo, no período determinado, referendados por um fiscal através de uma somatória dos Títulos no protocolo de inscrição, não havendo segunda chamada para entrega dos mesmos em nenhuma hipótese.

9.4 - Os títulos podem ser entregues em cópia simples, mediante a apresentação do documento original.

9.5 - No caso específico do Mestrado e do Doutorado, os pontos não são cumulativos: o título de maior valor exclui o de menor, vedada a atribuição cumulativa de pontos dessa natureza.

9.6 - Os títulos entregues que não atenderem às especificações contidas nesse edital não serão considerados para a referida avaliação.

9.7 - A pontuação aferida na Prova de Títulos será acrescida à nota final do candidato obtida na Prova Escrita de conhecimentos pedagógicos e específicos, computada para efeito de classificação.

9.8 - Em hipótese alguma será aceita a entrega de Títulos fora do prazo estabelecido.

9.9 - O candidato que não completou o curso de graduação ou especialização até a data da inscrição terá prejudicada a pontuação descrita pelo item 9.1, contudo, não será impedido de realizar o processo seletivo, ficando obrigado à demonstração do cumprimento dos requisitos descritos pelo item 2 durante a sessão de atribuição de classes e/ou aulas.

10 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

10.1 - O resultado final da prova escrita será acrescido da pontuação obtida por meio dos Títulos, conforme estabelecido pelo item 9 deste Edital.

10.2 - Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da nota final, em listas distintas a depender do emprego público temporário a que o candidato estiver concorrendo.

10.3 - Em caso de empate na nota final de candidatos, os critérios para o desempate são, sucessivamente:

10.3.1 - O candidato que tiver maior idade;

10.3.2 - O candidato que apresentar maior pontuação em cursos de extensão e aperfeiçoamento.

10.3.2.1 - Os certificados de cursos de extensão e/ou de aperfeiçoamento de que trata o item 10.3 deverão ser impressos em papel timbrado da instituição, devidamente reconhecidos pelo MEC ou pela Secretaria de Educação e Cultura de Descalvado – SEEC, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, sob pena de invalidação.

10.3.2.2 – Não serão aceitos certificados de cursos de extensão e de aperfeiçoamento emitidos há mais de três anos e tampouco com carga horária inferior a 30h (trinta horas).

10.3.3 – O candidato que obtiver a maior nota na Prova Objetiva;

10.3.4 – O candidato que obtiver a maior nota na somatória dos Títulos entregues;

10.3.5 - O candidato que tiver o maior número de filhos menores de dezoito (18) anos de idade.

10.4 - A lista de Classificação Inicial será publicada no dia **09 de janeiro de 2015**, sexta-feira, através de fixação no prédio da Secretaria de Educação e Cultura e no endereço eletrônico www.descalvado.sp.gov.br.

10.5 - A lista de Classificação Final, após o período de interposição de recursos e julgamentos dos mesmos, será publicada no dia **16 de janeiro de 2015**, através de fixação no prédio da Secretaria de Educação e Cultura, no endereço eletrônico www.descalvado.sp.gov.br e, posteriormente, no jornal que divulga os atos oficiais do Município.

11 - DOS RECURSOS

11.1 - Todos os recursos deverão ser interpostos junto à Secretaria de Educação e Cultura – SEEC, das 8h às 17h, dentro de prazo de 2 (dois) dias a contar da divulgação oficial do ato, quais sejam:

- a) da homologação das inscrições;
- b) dos gabaritos; (divulgação no site)
- c) do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

11.2 - O candidato que interpuser recurso deverá fazê-lo através de requerimento próprio (**Anexo IV**), no qual deverá expor razões e seus fundamentos, contendo todos os dados pertinentes e indicando a solução esperada.

11.3 - A Comissão de Ética e Acompanhamento terá dois (02) dias úteis, após o término do período de interposição de recurso, para a análise, o julgamento e a publicação do Parecer.

11.4 - Julgados os recursos em face do gabarito e/ou da prova escrita, sendo caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

11.5 - Tendo em vista que as questões constantes do Processo Seletivo em pauta não são de propriedade da Secretaria de Educação e Cultura, o Caderno de Questões não será entregue para os candidatos, em hipótese alguma.

11.6 - Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

11.7 - A Comissão de Ética e Acompanhamento constitui a última instância para Recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais de qualquer tipo.

12 - DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - O resultado final deste Processo Seletivo, após a decisão dos eventuais Recursos, será homologado pelo Sr. Prefeito do Município de Descalvado.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - A aprovação no Processo Seletivo assegura a expecta-

tiva de direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Administração Municipal e da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do Processo Seletivo.

13.2 - O Processo Seletivo número 01/2014 possui o prazo de validade de um ano, improrrogável.

13.3 - Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim a homologação publicada pelos órgãos já destacados.

13.4 - O candidato é totalmente responsável pelo acompanhamento das publicações referentes ao presente Processo Seletivo, bem como daquelas que dizem respeito ao processo de Atribuição de Aulas durante o ano letivo de 2015.

13.5 - Os candidatos inscritos e habilitados neste Processo Seletivo para os empregos temporários de professor serão convocados para o comparecimento na sessão de atribuição de classes e/ou aulas em substituição através de Edital, disponibilizado na Secretaria de Educação e Cultura de Descalvado – SEEC e no endereço eletrônico www.descalvado.sp.gov.br o qual conterà as classes/aulas para a substituição.

13.5.1 - No momento da atribuição de classes e/ou aulas, o candidato deverá apresentar o seu documento pessoal, declaração de compatibilidade de horários em casos de acúmulo e o certificado ou diploma que comprove o cumprimento do requisito estabelecido no item 2 deste Edital.

13.6 - O candidato que vier a ser habilitado no processo seletivo de que trata este Edital poderá ser investido no emprego se atendidas, à época da convocação, todas as exigências para a investidura ora descrita, obedecido o interesse público, bem como a disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal de Descalvado.

13.6.1 - Entender-se-á como impedida a candidata que estiver em gozo de licença maternidade, preferindo aos demais candidatos quando transcorrido o prazo de sua licença, desde que existam aulas disponíveis para serem atribuídas em caráter de substituição.

13.6.2 - Também estará impedido de contratar o candidato que não atinja mais de seis meses de desincompatibilização com o exercício de atividade de docência, originada por contato de trabalho exercido na rede pública municipal de ensino.

13.6.3 - O candidato que não comparecer na sessão de atribuição de classes e/ou aulas a que foi convocado ou desistir das aulas após a atribuição somente estará habilitado para assumir vaga durante o exercício em caso de reaproveitamento da lista.

13.7 - Esgotada a lista de classificação do processo seletivo, os candidatos que não haviam manifestado interesse ou não preenchiam os requisitos de ingresso constantes no item 2 deste Edital, bem como os que já tiveram seu contrato de trabalho encerrado por período superior a seis meses, estarão novamente habilitados para a contratação por tempo determinado neste exercício.

13.8 - Apenas na hipótese acima, a lista de classificação do processo seletivo será reaproveitada.

13.9 - A contratação dar-se-á mediante celebração de contrato sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho, regularmente registrado na CTPS, com prazo determinado, o qual poderá ser rescindido antes de seu término, desde que presentes razões de interesse público e/ou encerrada a necessidade temporária que fundamenta a contratação do candidato aprovado.

13.9.1 - Por ocasião da contratação deverão ser apresentados originais e cópias dos seguintes documentos, na Seção de Pessoal da Prefeitura Municipal de Descalvado:

- a) 01 foto 3x4;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Cadastro de Pessoa Física;

- d) Carteira Profissional (só original);
e) PIS/PASEP;
f) Certidão de nascimento, se solteiro;
g) Certificado de Reservista;
h) Certidão de Casamento;
i) Certidão de Nascimento dos filhos;
j) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
k) Comprovante de abertura de conta corrente no Banco

Santander;

- l) Comprovante de endereço e telefone;
m) Atestado de antecedentes criminais;
o) Requisitos previstos no Item 2 do Edital do Processo Se-

letivo.

13.7.3 - Nos termos do artigo 37, § 10º, da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 04/06/98, é vedada a percepção simultânea de salários com proventos de aposentadoria, salvo nas hipóteses de acumulação remunerada, expressamente previstos pela Lei Maior.

13.8 - Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos membros da Comissão de Ética e Acompanhamento do Processo Seletivo, a relação de parentesco até terceiro grau colateral. Constatado o parentesco a tempo, o candidato terá sua inscrição indeferida, e se verificado posteriormente à homologação, o candidato será eliminado do certame, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

13.9 - Os candidatos aprovados, por ocasião de sua convocação, serão submetidos a Exame Admissional por profissionais específicos.

13.10 - Os casos omissos serão deliberados pela Comissão de Ética e Acompanhamento do Processo Seletivo.

13.11 - As contratações de que tratam este Edital são de caráter temporário, não ensejando vínculo efetivo junto à Prefeitura Municipal de Descalvado.

13.12 - Integram este Edital os anexos:

- a) Anexo I – Cronograma de Eventos;
b) Anexo II – Formulário de Inscrição;
b) Anexo III – Programa de Provas e Bibliografia;
c) Anexo IV – Formulário de Recurso; e
d) Anexo V – Modelo de procuração.

Descalvado, 12 de novembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeitura Municipal de Descalvado

Anexo I CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (DATAS PROVÁVEIS DOS EVENTOS)

EVENTO	DATA
Período das Inscrições	17 de novembro a 24 de novembro de 2014
Data limite para impugnação do Edital	Até 18 de novembro de 2014
Divulgação da Relação de Candidatos Inscritos	01 de dezembro de 2014
Realização das Provas Escritas	14 de dezembro de 2014
Divulgação de Gabarito das Provas Escritas	15 de dezembro de 2014
Prazo de Recursos com relação ao Gabarito das Provas Escritas	Até 17 de dezembro de 2014
Retificação do Gabarito (se houver)	19 de dezembro de 2014
Publicação do Resultado Final	09 de janeiro de 2015

Prazo de recurso referente à Resultado Final	Até 13 de janeiro de 2015
Retificação do Resultado Final (se houver) e Homologação do Processo Seletivo	16 de janeiro de 2015

Anexo II FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Nome: _____ RG: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____
e-mail: _____ Nacionalidade: _____
CPF: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
Estado Civil: _____ Nº de filhos (menores de 18 anos): _____
Modalidade: () PEB I () Educação Especial () PEB II Disciplina: _____
Candidato com necessidade especial? () Sim () Não Qual? _____
Requisição especial de prova? () Sim () Não Qual a condição especial? (Descrever e anexar.) _____

CERTIFICADOS PARA FINS DE DESEMPATE	PONTOS
1. Certificado ou Atestado de Curso de Extensão/Aperfeiçoamento com carga mínima de 30 (trinta) horas, reconhecido pela SEEC, SEE ou MEC na área da Educação, realizado nos últimos 3 (três) anos.	1 (um) ponto por certificado ou atestado até o máximo de 5 (cinco) pontos.

TÍTULOS	PONTOS
1. Diploma ou Certificado de Conclusão de 1 (um) Curso Superior no campo de atuação ou na área da Educação	5 (cinco) pontos.
2. Certificado de Pós-Graduação ou Especialização (Lato Sensu) correspondente ao campo de atuação da inscrição ou na área da Educação.	2 (dois) pontos por certificado até o máximo de 4 (quatro) pontos.
3. Certificado de Mestre (Strictu Sensu) correspondente ao campo de atuação da inscrição ou na área da Educação.	5 (cinco) pontos.
4. Certificado de Doutor (Strictu Sensu) correspondente ao campo de atuação da inscrição ou na área da Educação.	10 (dez) pontos.
5. TOTAL (1+2+3+4)

CONFIRMO OS DADOS E CONCORDO COM A SOMA DOS PONTOS ACIMA:

_____/_____/_____
Data Assinatura do Candidato

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO Nº _____ – Processo Seletivo 01/2014

Nome: _____ RG: _____
Modalidade: _____

Local da Prova: EMEF Coronel Tobias, Rua Conselheiro Antonio Prado, nº 636 – Centro.

14/12/2014 (domingo) 8h: PEB I e PEB II – Língua Portuguesa, Matemática, História, Arte e Educação Física

14/12/2014 (domingo) 12h30min: PEB I – Educação Especial e PEB II – Língua Inglesa, Ciências e Geografia.

É necessário o comparecimento ao local descrito, com meia hora de antecedência no mínimo, munido deste Protocolo, Carteira de Identidade, lápis, borracha e caneta azul ou preta.

CONFIRMO A INSCRIÇÃO DO (A) CANDIDATO (A) ACIMA QUALIFICADO (A).

_____/_____/_____
Data Responsável – SEEC

Anexo III PROGRAMA DE PROVAS E BIBLIOGRAFIA

1) EDUCAÇÃO BÁSICA I : EDUCAÇÃO INFANTIL E CICLO I DO ENSINO FUNDAMENTAL

1.1 PROGRAMA

Conhecimentos Gerais em Educação.

Conhecimentos sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Tendências Teóricas e Metodológicas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Alfabetização.

Educação Especial.

Legislação.

Sustentabilidade.

Cultura Africana e Afro-brasileira.

Conceitos de Cidadania

1.2 PARTE TEÓRICA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E PEDAGÓGICOS

CAMPOS, Helena Guimarães. **A História e a Formação para a Cidadania nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. São Paulo: Saraiva e Siciliano, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Volumes 1, 2 e 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental/Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares.** Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão – Educação Infantil.** Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2005.

FERREIRA, Adriana Angélica; FREITAS, Eliano de Souza M (orgs.). **Meio Ambiente em cena.** Belo Horizonte: Editora RHJ, 2012.

FILHO, Francisco Alves. **Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no Ensino Fundamental.** São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil – um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

LERNER, Délia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

NEVES, Ana Maria Bergamin. **Interações: raízes históricas brasileiras.** São Paulo: Blucher, 2012.

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. **Ler e Escrever: guia de planejamento e orientações didáticas – professor alfabetizador. 1º série. Volume 1.** São Paulo: 2009, p. 16-30.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. **Materiais manipulativos para o ensino das Quatro Operações Básicas – vol. 2.** São Paulo: Edições Mathema, 2012.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

STAINBACK, Suzan. **Inclusão: um guia para o educador.** Porto Alegre: Artmed, 1999, capítulos 20, 21 e 22.

1.3 LEGISLAÇÃO

Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 11.274/06 – Lei do Ensino Fundamental de 09 anos.

Lei nº 11.494/07 – FUNDEB.

Parecer CNE/CEB nº 17/01 e Resolução CNE/CEB nº 02/01 – instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial.

1.4 FONTES ON-LINE

PROGRAMA LER E ESCRIVER – documentos disponibilizados no site do Ler e Escrever: <http://lereescrever.fde.sp.gov.br>

2) EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.1 PROGRAMA

Conhecimentos gerais em Educação;
Conhecimentos sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Educação Especial e as necessidades educacionais especiais;
Legislação específica da Educação Especial;
Marcos político-legais da educação especial;
Princípios e fundamentos para construção de uma escola inclusiva;

Educação infantil como espaço inclusivo;
Acesso ao currículo: adaptações, complementações ou suplementações

Atendimento educacional especializado;

Sala de recursos multifuncionais;

A prática pedagógica na escola inclusiva;

Recursos de acessibilidade na educação especial;

Aspectos pertinentes à avaliação;

2.2 PARTE TEÓRICA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 7611**, de 17 de novembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar.** Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos político-legais da educação na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 12.319**, de 1º de setembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino.** Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão – Educação Infantil.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental/Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares.** Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC, 2003.

STAINBACK, Suzan & STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

3) EDUCAÇÃO BÁSICA II

CICLO II DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1 PROGRAMA

Conhecimentos Gerais em Educação.

Tendências Teóricas e Metodológicas para o Ensino Fundamental.

Cultura Africana e Afro-brasileira

Conceito de Cidadania

Educação Especial

Sustentabilidade

Linguagens tecnológicas

Legislação.

Conhecimentos Específicos no Respetivo Campo de Atuação.

3.2 PARTE TEÓRICA: CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental – 5º a 8º séries**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental**. Terceiro e quarto ciclos – temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do conhecimento**: os desafios da educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na Educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação**: da excelência à regularização das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000, capítulos 2, 6, 7 e 8.

3.3 LEGISLAÇÃO

Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 11.274/06 – Lei do Ensino Fundamental de 09 anos.

Lei nº 11.494/07 – FUNDEB.

Parecer CNE/CEB nº 17/01 e Resolução CNE/CEB nº 02/01 – instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial.

3.4 PARTE TEÓRICA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (NO RESPECTIVO CAMPO DE ATUAÇÃO):

LÍNGUA PORTUGUESA

CAMPOS, Elísia Paixão de. **Por um novo ensino de Gramática: orientações didáticas e sugestões de atividades**. Goiânia: Cênore Editorial, 2014.

AZEREDO, José Carlos de (coord.). **Escrevendo pela nova ortografia**: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa. Instituto Antonio Houaiss. São Paulo: Publifolha, 2008.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1976.

GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2004.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura**. Coleção “Primeiros Passos”. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola**: repensando a língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 1991.

MATEMÁTICA

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**. São Paulo: Ática, 2005.

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNIO, José Roberto. **Matemática**: uma nova abordagem. Volume 1 – Trigonometria. Volume 2 – Progressões. Volume 3 – Geometria. São Paulo: FTD, 2000.

IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MACHADO, Antonio. **Matemática e realidade**. Ensino Fundamental. Volumes das 5º, 6º, 7º e 8º séries. São Paulo: Atual, 2005.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno do professor – Matemática**. 5º, 6º, 7º e 8º séries do Ensino Fundamental – 1º, 2º, 3º e 4º bimestres. São Paulo: SEE, 2008.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno do professor – Matemática**. 1º, 2º e 3º séries do Ensino Médio – 1º, 2º, 3º e 4º bimestres. São Paulo: SEE, 2008.

CIÊNCIAS

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia das células**. São Paulo: Moderna, 2008.

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia dos organismos**. São Paulo: Moderna, 2008.

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia das populações**. São Paulo: Moderna, 2008.

BARROS, Carlos; PAULINO, Wilson. **Ciências**. Volumes dos 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. São Paulo: Ática, 2006.

GOWDAK, Demétrio; MARTINS, Eduardo. **Ciências**: novo pensar. Volumes dos 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. São Paulo: FTD, 2006.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **Biologia**. São Paulo: Saraiva, 2008.

PAULINO, Wilson. **Biologia**. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Ática, 2008.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Biologia**: ciências da natureza e suas tecnologias. Ensino Médio. São Paulo: SEE, 2008.

SILVA JÚNIOR, César da; SASSON, Sezar. **Biologia**. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2005.

GEOGRAFIA

ADAS, Melhem. **Geografia da América**. São Paulo: Moderna, 1998.

LUCCI, Elian Alabi. **Geografia**: o homem no espaço global. São Paulo: Saraiva, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. **A Nova Geografia**: estudos de Geografia do Brasil. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

MOREIRA, Igor. **O espaço geográfico**: geografia geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 2001.

ROSS, Jurandyr. **Geomorfologia**: ambiente e planejamento. São Paulo: Contexto, 1995.

VESENTINI, José William. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global**. Campinas: Papirus, 2003.

Anexo VI MODELO DE PROCURAÇÃO

Eu, _____,
 _____ (nacionalidade) _____ (estado civil)
 _____ (profissão), portador da Cédula de Identidade RG nº _____
 SSP/___ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____,
 residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____,
 _____ à _____ Rua/Av. _____, nº _____, pela
 presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seu bastante
 procurador, o (a) Sr (a) _____,
 _____ (nacionalidade) _____ (estado civil)
 _____ (profissão), portador da Cédula de Identidade RG nº _____
 SSP/___ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____,
 residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____,
 _____ à _____ Rua/Av. _____, nº _____,
 conferindo-lhe poder para realizar a inscrição no Processo Seletivo nº 01/2014
 promovido pela Prefeitura Municipal de Descalvado para a contratação
 temporária de professores.

Descalvado, 10 de novembro de 2014.

RG nº: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO

Secretaria de Educação e Cultura - SEEC
 Av. Guerino Oswald, 466 - 1º andar - Centro
 Fone/Fax: (19) 3583-3934 / 3583-7248 / 3583-7385
 e-mail: seecpmd@gmail.com



RESOLUÇÃO SEEC Nº 04/2014

Dispõe sobre o processo de Atribuição de Classes e/ou Aulas ao pessoal docente da rede municipal de ensino de Descalvado para o ano letivo de 2015.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE DESCALVADO, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, respeitando os princípios constitucionais da moralidade, isonomia e impessoalidade, bem como aplicando o disposto pela Lei Municipal nº 3866 de 28 de novembro de 2014 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com vistas à necessidade de regular o Processo de Atribuição de Classes e/ou Aulas para o ano letivo de 2015,

RESOLVE:

Seção I

Das Disposições Iniciais e da Inscrição

Art. 1º - O processo inicial de atribuição de aulas da rede municipal de ensino de Descalvado, Estado de São Paulo, para o ano letivo de 2015, aos professores municipalizados, aos professores do Quadro de Magistério Público Municipal de Descalvado (QMPM) e aos professores contratados por prazo determinado, ocorrerá nos locais e datas determinados pelo Anexo I desta Resolução, assegurando a aplicação dos princípios da moralidade, impessoalidade e legalidade durante todas as fases do processo.

Art. 2º - Os docentes da Rede Municipal de Ensino de que trata o artigo 1º desta Resolução deverão inscrever-se em sua respec-

tiva unidade escolar sede de exercício, durante o período estabelecido pelo Anexo I desta Resolução.

§ 1º - No momento da inscrição, os docentes conferirão os certificados e diplomas constantes em seus respectivos prontuários para os quais serão atribuídos pontos conforme descrito pelo Anexo III desta Resolução, sob pena de terem desconsideradas as pontuações referentes a cada um dos documentos não apresentados até o momento da inscrição.

§ 2º - Não será admitida a substituição de documentos ou a entrega dos mesmos.

§ 3º - As inscrições poderão ser realizadas pessoalmente ou por procuração, desde que com firma reconhecida em cartório e mediante a apresentação de cópia dos documentos pessoais do procurador e do representado.

§ 4º - A Secretaria de Educação e Cultura – SEEC não se responsabilizará por eventuais erros cometidos pelo procurador, recaiando a responsabilidade sobre o representado pela conferência dos documentos e informações prestadas.

§ 5º - Para inscrever-se, o docente preencherá a ficha de inscrição fornecida por programa virtual, a qual conterá todos os documentos apresentados bem como indicará a pontuação final do docente; após a confirmação de envio das informações, o Diretor de Escola fornecerá cópia do protocolo de inscrição ao candidato.

§ 6º - No ato da inscrição, o docente deverá manifestar o seu interesse em ampliar a sua jornada de trabalho e ministrar aulas de enriquecimento curricular, sob pena de preclusão.

§ 7º - Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, inscrições realizadas extemporaneamente ou por via diferente daquela estabelecida pelo § 5º deste artigo.

Art. 3º - O Gestor Escolar deverá verificar a validade dos certificados e diplomas apresentados pelos candidatos bem como contabilizar a respectiva pontuação do docente, remetendo para a Secretaria da Educação e Cultura – SEEC a relação completa de inscritos até o dia 09 de dezembro de 2014.

Parágrafo único – O Diretor de Escola responderá civil, criminal e administrativamente no caso de erro, omissão ou fraude no preenchimento da ficha de inscrição, sem prejuízo das demais penalidades ao candidato que prestar informações inverídicas.

Art. 4º Os Diretores de Escola deverão encaminhar a relação de classes e aulas para o ano letivo de 2015 à Secretaria de Educação e Cultura – SEEC conforme orientação anterior.

§ 1º Serão disponibilizadas as aulas do ensino regular de todas as etapas e modalidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

§ 2º - As aulas de enriquecimento curricular na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – Anos Iniciais serão disponibilizadas em momento posterior às sessões iniciais, mediante publicação de ato constando os locais e horários, com classificação e regras de atribuição próprias, conforme o estabelecido pelos artigos 15 e seguintes desta Resolução.

§ 3º - As demais classes, turmas ou aulas de projetos educacionais não previstos no momento da atribuição inicial para o ano letivo de 2015 serão atribuídas em momento oportuno, a critério da Administração, conforme a necessidade do serviço, mediante publicação de Edital.

Seção II

Da Classificação

Art. 5º - Os docentes serão classificados em listas separadas a depender da sua situação funcional e do seu campo de atuação, com os seguintes critérios:

I – Tempo de efetivo exercício, a saber:

- a)** 0,001 por dia de efetivo exercício na Unidade Escolar;
- b)** 0,005 por dia de efetivo exercício emprego municipal;

c) 0,002 por dia de efetivo exercício no magistério público municipal.

II – Provas e Títulos, a saber:

a) 5,0 pontos de aprovação no Concurso Público pelo qual proveu o emprego de que é titular;

b) 10,0 pontos pelo primeiro certificado de conclusão de curso em nível superior na área de Educação;

c) 3,0 pontos para o segundo certificado de conclusão de curso de Licenciatura Plena na área da Educação;

d) 5,0 pontos para o certificado de curso de Pós Graduação, strictu sensu, na área de Educação, limitando-se a um certificado;

e) 3,0 pontos para o primeiro certificado de curso de Pós Graduação, latu sensu, com carga horária mínima de 360h (trezentas e sessenta horas);

f) 2,0 pontos para os demais certificados de curso de Pós Graduação, latu sensu, com carga horária mínima de 360h (trezentas e sessenta horas);

III – Formação, a saber:

a) 2,0 pontos por certificado de cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 110h (cento e dez horas), limitando-se a 30 (trinta) pontos;

b) 1,0 pontos por certificado de cursos de capacitação, com carga horária mínima de 30h (trinta horas), frequentados em 2011, 2012, 2013 e primeiro semestre de 2014, limitando-se a 06 (seis) pontos;

IV – Desempenho, através da nota aferida pela Avaliação de Desempenho relativa ao ano letivo de 2014.

§ 1º - Considerar-se-á tempo de efetivo exercício as licenças legais, decorrentes de acidente do trabalho, maternidade, paternidade, prêmio e os afastamentos permitidos em lei, para exercer empregos ou funções de suporte pedagógico nas unidades escolares municipais e na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEEC ou para cumprir convocação do poder judiciário e serviços obrigatórios por lei.

§ 2º - Para contagem de tempo de serviço serão descontadas:

a) faltas justificadas;

b) faltas injustificadas;

c) licença saúde;

d) licença sem vencimentos.

§ 3º - Aos professores cedidos por meio do Programa Ação de Parceria Estado Município (municipalização) será considerada a pontuação do tempo de efetivo exercício realizada pela Secretaria Estadual de Educação – Pontos da Diretoria de Ensino, vedada o cômputo de qualquer outro critério de pontuação cumulativo aos pontos declarados pelo referido órgão.

§ 4º - A data base para contagem de tempo de serviço será 30 de junho de 2014.

§ 5º - Somente serão válidos os certificados ou diplomas de pós graduação, strictu e latu sensu, atinentes à área da educação, fornecidos por instituições devidamente credenciadas pelo MEC; somente serão considerados os cursos de aperfeiçoamento e capacitação promovidos pela Secretaria da Educação e Cultura – SEEC e/ou instituições conveniadas com a mesma, sendo vedada o cômputo de pontuação para certificados de cursos livres.

§ 6º Os certificados ou declarações da pós graduação, stricto e latu sensu, deverão conter a carga horária do curso e o número de portaria de credenciamento/reconhecimento da instituição de ensino realizadora junto ao MEC.

§ 7º No caso de pós graduação stricto e latu sensu, deverá ser apresentado, juntamente ao diploma, o histórico escolar.

§ 8º - O docente que tenha sido removido durante o Processo de Remoção para o ano letivo de 2015 será remetido ao final da lista classificatória de sua nova sede de exercício.

§ 9º - Os docentes titulares de empregos públicos de Professor de Educação Especial e Professor Auxiliar de Educação Básica

(PAEB I e PAEB II) terão como sede de exercício a Secretaria de Educação e Cultura de Descalvado– SEEC e serão classificados entre seus pares em lista geral.

§ 10 – Os candidatos aprovados em processo seletivo para a contratação por prazo determinado serão classificados segundo a lista final do certame.

Art. 6º - Durante as sessões iniciais de atribuição de classes e/ou aulas serão observadas, ainda, a seguinte ordem dentre as listas classificatórias:

I – dos titulares de cargos públicos efetivos junto à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, cedidos à Secretaria de Educação e Cultura de Descalvado – SEEC no ato da assinatura do convênio de Ação de Parceria Educacional Estado Município (municipalizados);

II - dos titulares de empregos públicos efetivos do Quadro do Magistério Público Municipal, admitidos em data posterior à assinatura do convênio de Ação de Parceria Educacional Estado Município; e

III – dos titulares de cargos públicos efetivos junto à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, cedidos à Secretaria de Educação e Cultura de Descalvado – SEEC em data posterior à assinatura do convênio de Ação de Parceria Educacional Estado Município (municipalizados).

Parágrafo único – Em casos excepcionais e na ausência de professor habilitado na disciplina, serão elaboradas listas classificatórias de acordo com as orientações do Conselho Estadual da Educação, nos termos da sua Indicação CEE nº 53/2005, preferindo:

I – os docentes com habilitações em disciplinas afins;

II – os docentes com habilitações em outras licenciaturas.

Art. 7º - Havendo empate na pontuação, terá preferência o docente que:

I – maior nota na avaliação de desempenho;

II – maior tempo de serviço no magistério público municipal de Descalvado ou do Estado, quando conveniada;

III – maior pontuação nos quesitos provas e títulos e formação,

IV – maior idade.

Art. 8º - Os docentes serão atendidos pela ordem de classificação, divulgada na Secretaria de Educação e Cultura – SEEC, nas unidades escolares e no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Descalvado <www.descalvado.sp.gov.br>, disponibilizada na data estabelecida pelo Anexo I desta Resolução.

§ 1º - Da lista classificatória de que trata o caput deste artigo caberá recurso, a ser interposto no prazo de um dia da realização do ato supostamente lesivo, endereçado à Comissão de Acompanhamento da Remoção e Atribuição de aulas 2015.

§ 2º - O recurso deverá indicar a irregularidade ou lesão de direito, apresentando a pontuação e classificação pretendida e a fundamentação para tal, sob pena de não conhecimento do recurso.

§ 3º - Os recursos não terão efeito suspensivo e/ou retroativos.

§ 4º - Havendo alteração na lista de classificação, a mesma será republicada, nos mesmos meios de comunicação de disponibilização da primeira lista, da qual não caberá recurso.

§ 5º - As decisões da “Comissão de Acompanhamento da Remoção e Atribuição de aulas 2015” não caberão recurso.

Seção III

Da Atribuição de Classes e/ou Aulas

Art. 9º - A Secretaria de Educação e Cultura – SEEC, através da Comissão de Acompanhamento da Remoção e Atribuição de aulas 2015, acompanhará e coordenará o processo, nas diferentes fases, locais e horários estabelecidos pelo Anexo I desta Resolução, a saber:

I – Fase I – profissionais com sede na unidade escolar: aos docentes titulares de empregos efetivos de Professor de Educação Básica (PEB I e PEB II), municipalizados e municipais, para atribuições em âmbito de unidade escolar;

II – Fase II – profissionais da educação especial: aos docentes titulares de empregos efetivos de Professor de Educação Especial, para atribuições em âmbito de Secretaria Municipal da Educação;

III – Fase III – excedentes/aulas remanescentes: atendimento aos Professores de Educação Básica II – PEB II que não tiveram a sua jornada de trabalho completada na Fase I; e aos titulares de cargos efetivos de Professor de Educação Básica I – PEB I a quem não foram atribuídas classes e aulas nas suas respectivas sedes (adidos), durante a Fase I, ambos em âmbito de Secretaria Municipal da Educação;

IV – Fase IV – substituições: aos docentes titulares de empregos efetivos de Professor Auxiliar de Educação Básica (PAEB I e PAEB II), para atribuições em âmbito de rede municipal de ensino;

V – Fase V – ampliação de jornada de trabalho na sede de exercício: aos docentes titulares de empregos efetivos municipais de Professor de Educação Básica (PEB I e PEB II) para a ampliação da carga horária, no campo de atuação e na respectiva habilitação, nos termos do artigo 36 da Lei Municipal nº 3.866, de 28 de novembro de 2014, em âmbito de unidade escolar;

VI – Fase VI – ampliação de jornada de trabalho na Secretaria de Educação e Cultura - SEEC: aos docentes titulares de empregos efetivos municipais de Professor de Educação Básica (PEB I e PEB II) e posteriormente, aos titulares de empregos efetivos municipais de Professor Auxiliar de Educação Básica (PAEB I e PAEB II) para a ampliação da carga horária, no campo de atuação e na respectiva habilitação, em âmbito de rede municipal de ensino.

VII – Fase VII – substituições excepcionais: atribuição em caráter de substituição aos classificados em processo seletivo, candidatos à contratação temporária, em âmbito de rede municipal de ensino.

§ 1º - Durante as Fases I e V, caberá ao Diretor da unidade escolar, com o auxílio da “Comissão de Acompanhamento da Remoção e Atribuição de aulas 2015”, atribuir as classes e aulas, respeitando o campo de atuação e a classificação dos professores segundo as listas anteriormente elaboradas pela Secretaria de Educação e Cultura - SEEC

§ 2º - Os professores que não constituírem a suas respectivas jornadas nas unidades escolares sedes ficarão à disposição da Administração, e deverão se submeter ao processo de atribuição na Fase III em âmbito de rede municipal de ensino.

§ 3º - O Professor de Educação Especial deverá atender, no mínimo, dez alunos, podendo, a critério da Administração, serem atribuídas aulas em mais de uma unidade escolar e em mais de um período, em defesa dos interesses dos educandos.

§ 4º - O Professor de Educação Especial terá como sede de exercício a Secretaria de Educação e Cultura de Descalvado – SEEC e atenderá os alunos com necessidades especiais na unidade escolar onde o estudante estiver matriculado; na ausência de Atendimento Educacional Especializado, o docente poderá ser designado, a critério da Administração, para o acompanhamento de aluno com necessidades especiais durante o ensino regular.

§ 5º - Durante a Fase III, o atendimento dos professores que saírem da Fase I com jornada incompleta e dos professores excedentes deverá se dar concomitantemente, através de uma reclassificação em lista única, atendendo os critérios do artigo 5º e serão atribuídas, prioritariamente:

I – as classes e aulas livres de todas as unidades escolares;

II – os demais projetos educacionais que já tiverem se confirmado até o momento da sessão de atribuição inicial.

III – as classes e aulas para serem ministradas em caráter de substituição;

§ 6º - Durante a Fase IV, aos Professores Auxiliares de Educação Básica (PAEB I e PAEB II) serão atribuídas as classes e/ou aulas na seguinte ordem:

I – em caráter de substituição dos docentes afastados para exercer função de suporte pedagógico;

II – aulas livres em número insuficiente para o provimento de uma nova vaga/emprego;

III – em projetos educacionais de reforço escolar;

IV – em caráter de substituição dos docentes em gozo de licença ou afastamento de qualquer natureza.

§ 7º - Após a constituição de jornada de todos os professores efetivos da Rede Municipal de Ensino de Descalvado, os docentes deverão comparecer nas suas respectivas sede de exercício para o ano letivo de 2015 para atribuição das classes ou turmas e tomar conhecimento do calendário escolar.

Art. 10 - O docente que estiver afastado para exercer funções de suporte pedagógico ou em licença de qualquer natureza deverá participar do processo de atribuição, ficando as suas aulas disponíveis para serem atribuídas em caráter de substituição para constituição de jornada, excedentes ou, excepcionalmente, à candidatos para contratação temporária.

Art. 11 - Durante o processo inicial de atribuição de classes e/ou aulas, o Professor de Educação Básica II – PEB II deverá completar a sua jornada de trabalho respeitando a indivisibilidade de blocos das disciplinas e atendendo o menor número de escolas possível, sendo vedada a escolha de classes, aulas ou turmas em escolas diferentes quando o servidor público puder ser acomodado em uma única unidade.

§ 1º - O conjunto de aulas livres que excederem o total necessário para a composição da jornada de trabalho dos titulares de emprego público e forem insuficientes para o provimento de uma nova vaga será atribuído, preferencialmente, para um mesmo docente.

§ 2º - A atribuição de um conjunto de aulas de uma mesma disciplina para mais de um docente é medida excepcional, sendo admitida após esgotadas todas as possibilidades de atribuição para um mesmo docente, incluindo a chamada de toda a lista classificatória do processo seletivo em sessão única.

Art. 12 - O docente excedente (adido) poderá ser removido ex-officio preferencialmente para a unidade escolar com classe ou aulas livres, decorrentes de vacância ou ampliação, assegurada a opção de retorno para sua antiga sede para o ano letivo subsequente, mediante previsão de aulas livres.

Art. 13 - O docente titular de emprego que não comparecer e não se fizer representar em qualquer das fases do processo inicial de atribuição, terá a classe ou aulas atribuídas compulsoriamente pela autoridade competente.

Art. 14 - Encerrado o processo de atribuição, o docente que ficar sem classe e/ou aula, ou não completar integralmente sua jornada de trabalho de ingresso ao serviço público, ficará à disposição da Secretaria de Educação e Cultura de Descalvado - SEEC, podendo ser designado para atuar em qualquer unidade escolar para ministrar aulas em substituição ou desenvolver projetos educacionais e em qualquer período; todavia, fica assegurado o seu atendimento prioritário para composição de jornada nas sessões de atribuição ocorridas durante o ano letivo, preferencialmente para classes e aulas livres.

Parágrafo único - Em caso de encerramento das atividades em unidade escolar da Rede Municipal de Ensino, os docentes terão a sua sede alterada para outro estabelecimento, sem prejuízo de sua pontuação, computados, inclusive, os dias trabalhados na sua sede de exercício de origem.

Seção IV

Das aulas de enriquecimento curricular

Art. 15 - O docente interessado em ampliar a sua jornada

de trabalho deverá apresentar à Comissão de Acompanhamento da Remoção e Atribuição de aulas 2015, na data estabelecida pelo Anexo I desta Resolução, projeto pedagógico a ser desenvolvido durante as aulas de enriquecimento curricular.

§ 1º - É vedada a atribuição de aulas de enriquecimento curricular ao docente que apresentar resultado insatisfatório na avaliação de desempenho do ano de 2014.

§ 2º - O projeto pedagógico deverá compreender, no mínimo, uma das áreas de conhecimento do currículo do ensino regular, a saber:

I – Para aulas na Educação Infantil – pré-escola:

a) leitura;

b) diferentes linguagens (música, artes plásticas e/ou teatro);

c) meio ambiente;

d) corpo e movimento (dança, jogos, brincadeiras e psicomotricidade);

e) raciocínio lógico-matemático.

II – Para aulas no Ensino Fundamental I – 1º ao 5º - Anos:

a) alfabetização, leitura e produção textual;

b) diferentes linguagens (música, artes plásticas e/ou teatro);

c) meio ambiente;

d) corpo e movimento (dança, jogos, brincadeiras e psicomotricidade);

e) raciocínio lógico-matemático.

Art. 16 – O projeto pedagógico de que trata o artigo 15 desta Resolução deverá discorrer sobre os seguintes aspectos, nesta ordem:

I - introdução sobre a área de conhecimento curricular escolhida;

II - justificativa sobre a escolha do tema;

III - formação e experiência na área do projeto apresentado;

IV - habilidades pessoais voltadas para o tema;

V - público alvo (educação infantil ou ensino fundamental);

VI - Objetivos;

VII - Potencialidades, metodologias de ensino, propostas e possibilidade de trabalho em ambiente escolar;

VIII – Procedimento avaliativo.

Parágrafo único – A ausência de qualquer dos aspectos estabelecidos neste artigo implicará na imediata desclassificação do candidato à atribuição das aulas de enriquecimento curricular e sua consequente ampliação de jornada de trabalho.

Art. 17 – Os projetos educacionais serão avaliados pela Comissão de Acompanhamento da Remoção e Atribuição de aulas 2015, quem atribuirá pontuação de acordo com os níveis apresentados pelos candidatos e corrigidos com base em três competências, a saber:

I - COMPETÊNCIA I - RELEVÂNCIA E COERÊNCIA.

I - COMPETÊNCIA I - RELEVÂNCIA E COERÊNCIA.

Nível	Descrição	Pontuação
Nível I	Demonstra precariamente a articulação dos objetivos estabelecidos numa lógica meio/fim, isto é, comete frequente desvios de coerência dos objetivos, sua justificativa e os procedimentos previstos no projeto.	1,0
Nível II	Demonstra boa articulação dos objetivos estabelecidos numa lógica meio/fim, isto é, comete poucos desvios de coerência entre os objetivos, justificativa e os procedimentos previstos no projeto.	2,0
Nível III	Demonstra ótima articulação e clareza dos objetivos estabelecidos numa lógica meio/fim, isto é, permite avaliar a coerência entre os objetivos, justificativa e os procedimentos previstos no projeto.	3,0

II - COMPETÊNCIA II - EFICÁCIA

Nível	Descrição	Pontuação
Nível I	Apresenta embrionariamente estratégias desafiadoras em continuidade educativa, isto é, encadeamento significativo de suas etapas, em complexidade crescente; que promovam a ação mental dos educandos e necessidades de aprendizagem dos aprendizes sobre si e o meio cultural.	1,5

Nível II	Desenvolve razoavelmente estratégias desafiadoras em continuidade educativa, isto é, apresenta encadeamento significativo mas previsíveis de suas etapas, com razoável complexidade que promovam a ação mental dos educandos e necessidades de aprendizagem dos aprendizes sobre si e o meio.	2,5
Nível III	Desenvolve bem as estratégias desafiadoras em continuidade educativa, isto é, encadeamento significativo de suas etapas, em complexidade crescente; que promovam a ação mental dos educandos e necessidades de aprendizagem dos aprendizes sobre si e o meio.	3,5

COMPETÊNCIA III - EFICIÊNCIA

Nível	Descrição	Pontuação
Nível I	Demonstra conhecimento e fundamentação teórica precária sobre a área que pretende desenvolver o projeto, com insuficiência de indicadores de aprendizagem em sua prática.	1,5
Nível II	Demonstra bom domínio, conhecimento e fundamentação teórica sobre a área que pretende desenvolver o projeto, com apontamentos de indicadores de aprendizagem em sua prática.	2,5
Nível III	Demonstra conhecimento e fundamentação teórica sobre a área que pretende desenvolver o projeto, com apresentação de indicadores de aprendizagem em sua prática.	3,5

Parágrafo único – Será aprovado o candidato que cumprir os requisitos estabelecidos pelo § 1º do artigo 15 desta Resolução e obtiver nota igual ou superior a 7 (sete) no projeto pedagógico.

Art. 18 – Após aprovado o projeto pedagógico, o candidato à ampliação de jornada de trabalho será convidado à atribuição das aulas de enriquecimento curricular, sendo respeitada a sua sede de exercício, conforme estabelecido pelos incisos V e VI do artigo 9º desta Resolução e a sua classificação segundo o descrito no artigo 5º.

Art. 19 – Caso existam aulas remanescentes de enriquecimento curricular após a ampliação de jornada de trabalho de todos os docentes aprovados no processo seletivo interno, aquelas poderão ser atribuídas aos contratados temporários.

Art. 20 – O trabalho desempenhado pelo docente a quem foram atribuídas aulas de enriquecimento curricular será acompanhado durante todo o ano letivo, podendo ser remanejado, a qualquer momento e a critério da Administração Pública, para outro projeto educacional em caso de avaliação insatisfatória.

Seção V

Da Atribuição de Aulas no Decorrer do Ano Letivo

Art. 21 - A atribuição de aulas em substituição no decorrer do ano letivo respeitará o contido na Indicação CEE/SP nº 53, de 1º de dezembro de 2005 e dar-se-á na seguinte conformidade:

I – aos docentes excedentes ou com jornada de trabalho incompleta;

II – aos Professores Auxiliares de Educação Básica (PAEB I e PAEB II);

III - aos profissionais classificados em processo seletivo para a contratação temporária no mesmo campo de atuação e com habilitação na disciplina a ser ministrada;

II – aos profissionais classificados em processo seletivo para a contratação temporária em campo de atuação distinto com habilitação em disciplinas afins;

III – aos profissionais classificados em processo seletivo

Continua ►

para a contratação temporária portadores de licenciatura curta;

IV – aos profissionais classificados em processo seletivo para a contratação temporária com pós-graduação, *latu sensu*, na área afim da disciplina a ser ministrada;

V – aos profissionais classificados em processo seletivo para a contratação temporária habilitados em Licenciatura Plena em Pedagogia;

VI – aos profissionais classificados em processo seletivo para a contratação temporária habilitados, preferencialmente, em Licenciatura Plena:

- a) Letras;
- b) Matemática;
- c) História;
- d) Geografia;
- e) Ciências;
- f) Artes e
- g) Educação Física.

VII – aos profissionais classificados em processo seletivo para a contratação temporária portadores de diploma de Bacharelado ou Tecnólogo de nível superior, desde que em disciplina na área pertinente à sua formação, a ser verificado através do histórico escolar.

Art. 22 – Sempre que houver necessidade de atendimento ao titular de emprego na constituição da jornada de trabalho de ingresso, deverá ser aplicada a ordem inversa da classificação dos docentes oriundo do processo seletivo, para a redução da carga horária ou dispensa do profissional contratado.

§ 1º – Se houver supressão de classes e/ou aulas, ficará excedente o último classificado na unidade escolar.

§ 2º – As classes ou aulas criadas em virtude de desmembramentos serão atribuídas primeiramente na unidade escolar, preferencialmente aos docentes declarados excedentes naquele estabelecimento.

§ 3º – Havendo mais de um docente excedente na hipótese descrita pelo §2º deste artigo, a preferência para a assunção das classes e/ou aulas livres na unidade escolar recairá sobre o melhor classificado.

Seção VI

Das disposições finais

Art. 23 – As classes e/ou aulas atribuídas, em qualquer fase do processo, ao docente que se encontre em licença ou afastamento legal somente se aperfeiçoará, para todos os fins, quando retornar ao seu efetivo exercício.

Art. 24 – Fica vedada a atribuição de classes e/ou aulas em caráter de substituição nas seguintes hipóteses:

I – para contratação temporária a partir de 10 de dezembro de 2015, exceto para as substituições por período inferior a 15 (quinze) dias; ou

II – ao professor contratado temporariamente que tenha sido dispensado a bem do serviço público, nos últimos cinco anos;

III – ao professor que tenha sido demitido mediante processo administrativo-disciplinar ou falta grave, nos últimos cinco anos;

IV – não atinja o mínimo de seis meses de desincompatibilização de exercício na docência com o serviço público municipal.

Art. 25 – O docente com classe e/ou aulas atribuídas em caráter de substituição que se ausentar injustificadamente a mais de 4 (quatro) dias-aula ou mais de 20 (vinte) horas-aula dentro do mesmo ano letivo, perderá classe ou aulas atribuídas, ficando impedido de concorrer à nova atribuição durante o restante do ano vigente e no subsequente e sujeito à demissão, nos termos da legislação específica.

Art. 26 – A acumulação de dois cargos/empregos ou de duas funções docentes, ou ainda de um cargo/emprego de suporte pedagógico com cargo/emprego/função docente poderá ser exercida desde que haja compatibilidade de horários, incluídas as horas de trabalho pedagógico (HTP) e seja publicado ato decisório favorável ao acúmu-

lo, de acordo com a legislação específica.

Parágrafo único – A responsabilidade pela declaração da jornada de trabalho ou da carga horária cumprida pelo docente que requerer acúmulo é do Gestor Escolar, que responderá administrativa, civil e criminalmente caso falseie a verdade.

Art. 27 – O ato de atribuição de classes e/ou aulas para o docente que pretenda acumular cargos/empregos e/ou funções públicos, somente se efetivará mediante a apresentação de documento hábil a comprovar o seu horário de trabalho junto ao outro ente público ao qual se vincule, bem como da assinatura de declaração pessoal que afirme a autenticidade do documento apresentado, sob as penas da lei.

Art. 28 – Os recursos referentes ao processo de atribuição de classes e aulas não terão efeito suspensivo ou retroativo, devendo ser interpostos no prazo de um dia após a ocorrência do fato motivador, através de petição por escrito, protocolada na Secretaria de Educação e Cultura de Descalvado – SEEC e dirigida à Comissão de Acompanhamento da Remoção e Atribuição de aulas 2015, informando sua identidade e suas razões devidamente fundamentadas.

Art. 29 – O docente integrante da lista classificatória de processo seletivo vigente, que tiver aulas atribuídas em qualquer fase do processo, deverá assinar contrato de trabalho junto à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município.

Art. 30 – O docente que por qualquer motivo não puder comparecer ao processo de atribuição de classe e/ou aulas inicial, ou realizada durante o ano letivo, poderá fazer-se representar por pessoa munida de procuração, com firma reconhecida, a pessoa maior de dezoito anos, que se apresente com os demais documentos necessários.

Parágrafo único – O candidato à contratação temporária que não comparecer ao processo de atribuição e nem se fizer representar por procuração legal, ou ainda, estando presente recusar-se à classe ou aulas que lhe forem atribuídas será desclassificado e a atribuição recairá sobre o próximo, sendo novamente convocado em caso de reaproveitamento da lista.

Art. 31 – O professor titular atuante em caráter de substituição ou contratado temporariamente que tiver atribuídas, excepcionalmente, classe ou aulas em área diversa de sua habilitação, perderá essa(s) classe/aulas a qualquer tempo pela existência de candidato com a habilitação específica.

Art. 32 – Os casos omissos serão encaminhados à Secretaria de Educação e Cultura – SEEC, a quem competirá decidir, se necessário, balizada em parecer técnico.

Art. 33 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução SEEC nº 3 de 30 de outubro de 2013.

Descalvado, 4 de dezembro de 2014.

RUTE MARIA POZZI CASATI
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXO I

CRONOGRAMA

DATA	HORARIO	LOCAL	EVENTO	OBSERVAÇÃO
09 de dezembro de 2014	até as 17h	Na sede de exercício	Inscrição dos candidatos	
09 de dezembro de 2014	até as 18h	SEEC	Encaminhamento das inscrições	
10 de dezembro de 2014	até as 17h	SEEC	Publicação da lista classificatória	
11 de dezembro de 2014	até as 17h	SEEC	Prazo para interposição de recurso da lista classificatória	
12 de dezembro de 2014	até as 17h	SEEC	Republicação da lista classificatória	
15 de dezembro de 2014	Às 17h30	Na sede de exercício	Fase I – composição de jornada de PEB I/ Ens. Fund. e PEB II	EMEF CAIC – Fund. I; EMEF Cel. Tobias; EMEF Dirce Sartori; EMEF Francisco; EMEF Tereza dos Anjos; EMEF Andreilino

16 de dezembro de 2014	Às 17h30	No local de realização do HTPC	Fase I – composição de jornada de PEB I/Ed. Infantil e PEB II	CEI CAIC; CEI Gustavo; CEI Matilde; CEI Paula; CEI Vanessa; EMEI Terezinha; EMEI Alvarenga; EMEI Monsenhor; EMEI Paulo Jordão; EMEI Vania; EMEI Maria de Lourdes; EMEI Mario Francisquini; EMEI Renata; EMEF CAIC – Fund. II; EMEF Pde. Orestes; EMEF Edna; EMEF Maria Sílvia;
17 de dezembro de 2014	Às 8h00	SEEC	Fase II – composição de jornada de Professor de Educação Especial	
17 de dezembro de 2014	Às 9h00	SEEC	Fase III – PEB I excedentes (adidos)	
17 de dezembro de 2014	Às 13h00	SEEC	Fase III – composição de jornada e excedentes (adidos) do PEB II	
18 de dezembro de 2014	Às 8h00	SEEC	Fase IV – composição da jornada de PAEB I	
18 de dezembro de 2014	Às 14h00	SEEC	Fase IV – composição da jornada de PAEB II	
19 de dezembro	Às 8h00	Na sede para 2015	Atribuição de classes/aulas/turmas pelo Gestor Escolar	
09 de janeiro de 2015	Até às 17h00	SEEC	Entrega dos projetos pedagógicos	
21 de janeiro de 2015	Até às 17h00	SEEC	Publicação do resultado da avaliação dos projetos pedagógicos	
	Até às 17h00			
22 de janeiro de 2015	Até às 17h00	SEEC	Prazo para a interposição de recurso sobre as notas dos projetos pedagógicos	
23 de janeiro de 2015	Até às 17h00	SEEC	Resultado final dos projetos pedagógicos	
A ser publicado em Edital		Na sede de exercício	Fase V - Ampliação da jornada de trabalho de PEB I e PEB II	
A ser publicado em Edital		SEEC	Fase VII – Composição da jornada de trabalho do candidato aprovado em processo seletivo	

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO E ASSIDUIDADE

Eu

_____, portador (a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____ empregado (a) público(a) junto à Prefeitura Municipal de Descalvado, ocupante da função gratificada de Diretor de Escola, lotado na unidade escolar _____, **DECLARO** para os devidos fins que o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____ empregado (a) público(a) junto à Prefeitura Municipal de Descalvado, titular do emprego de _____, em exercício nesta unidade escolar possui _____ (_____) dias de efetivo exercício no Magistério Público do Município de Descalvado ou no Estado, contados até o dia 30 de junho de 2014.

DECLARO, também que o referido funcionário apresentou _____ (_____) ausências durante o período de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014, totalizando _____ (_____) dias de efetivo exercício para fins de classificação para o processo de remoção.

Por ser verdade, firmo a presente sob as penas da Lei.
Descalvado, ____ de _____ de 2014.

Nome completo
Diretor de Escola

ANEXO III

FICHA PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO DO OCUPANTE DE EMPREGO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE AULAS NA UNIDADE ESCOLAR

A - DADOS FUNCIONAIS

Unidade Escolar:	0	Remoção:	0
Servidor Público:	0	Ampliação de Jornada:	0
Categoria:	0		
Disciplina:	0		

B - DADOS PESSOAIS

Nome:	0		
RG:	0	CPF:	0
Estado Civil:	0	Data de Nascimento:	0

C - TEMPO DE SERVIÇO NO CAMPO DE ATUAÇÃO (até 30/06/2014)

NA U.E:	0,001 por Dia	0,000
NO EMPREGO/CARGO:	0,005 por Dia	0,000
NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL:	0,002 por Dia	0,000
PONTO NA DIRETORIA DE ENSINO:		0,000
SUBTOTAL 1		0,000

D - TITULAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Especificação	Pontos
Comprovante de aprovação em Concurso Público pelo qual proveu o emprego de que é titular. (5 pontos)	0
1 (um) Comprovante de conclusão de curso superior na área de Educação. (10 pontos)	0
1 (um) Comprovante de conclusão da segunda licenciatura na área de Educação. (3 pontos)	0
1 (um) Comprovante de conclusão de curso de pós-graduação na área de Educação (lato sensu), com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido por órgão oficial. (5 pontos)	0
Comprovante de conclusão do segundo ou mais curso de pós-graduação, na área de Educação (lato sensu), com carga horária mínima de 360 horas, reconhecido por órgão oficial. (2 pontos por curso)	0
1 (um) Comprovante de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu) em programa de mestrado ou doutorado na área da Educação, reconhecido por órgão oficial. (5 pontos)	0
Certificado de curso de aperfeiçoamento de no mínimo 110 horas ou mais, na área de Educação, (2 pontos por certificado, até o limite de 30 pontos)	0
Certificado de curso de capacitação com carga horária mínima de 30 horas ou mais, frequentados nos anos de: (2011, 2012, 2013, 1º Semestre de 2014) (1 ponto por certificado, até o limite de 6 pontos)	0
SUBTOTAL 2	0

E - AVALIAÇÃO - Nota da Avaliação Anual de Desempenho relativa ao ano de 2.014	0
TOTAL FASE I - Somar SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2 + AVALIAÇÃO	0,000
TOTAL PARA AS DEMAIS FASES - Somar tempo no magistério público municipal + SUBTOTAL 2 + AVALIAÇÃO	0,000

Obs.: Considerar os decimais até milésimos.
Descalvado, ____ de ____ de 2014.

Conselho Municipal de Assistência Social

Rua Orderigo Gabrielli, 577 - Centro - Descalvado/SP - CEP 13690-000
e-mail: cmas.desc@yahoo.com.br - Fone/Fax: (19) 3583-8859 / 3583-4166



RESOLUÇÃO Nº 004/2014

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Social para a Construção da Rede de Serviços de Proteção Social Básica.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DESCALVADO SP, por seu plenário, reunião ordinária realizada no dia 08 de Dezembro de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º do LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social- Lei Federal nº 8742, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Social para a Estruturação da Rede de Serviços da Rede de Proteção Social Básica para a Construção do CRAS Cerrero de Referência da Assistência Social no Bairro Bosque do Tamanduá no Município de Descalvado.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Descalvado, 08 de Dezembro de 2014.

CÉLIA MARIA CORSI ANTICO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 8212/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
AVENIDA PIO XII, LOTE 23, 808 MARIA CLEUZA DA SILVA	087.678.708-13	080/2008	218,52		
RUA PAULO BELLI, L. 78 Q.D SN MARIA DOROTEIA P.F.M. DE CARVALHO	928.569.008-44	229/2006	24,00		
PROLONG. RUA MARIO PINESE L. 25 Q. A SN GUSTAVO BRAGHIM E ALINI ASSONI MORAES BRAGHIM	329.699.958-24	091/2010	50,00		
RUA RICARDO CARANDINA FUSAO L 12 E 13 Q E N.. 91 RODRIGO LEONARDO VINICIUS FREGONESI	282.049.478-10	006/2013	384,35	224/2014	384,35
RUA CEL. ARTHUR WHITACKER N.. 640 ITAMAR O. PARADA E NILRÍIA AP. MORAES PARADA	049.636.888-59	096/2013	671,32	220/2014	671,33
RUA ANTONIO SEGATTO, QUADRA C2, LOTE 01, N.. 121 RODRIGO THOMAZ SPACCA	326.585.198-26	270/2013	40,11	217/2014	40,11
RUA RAUL P. MARTINELLI, LOTE 04, QUADRA B, N.. 50 NATHALIA DE BIASI BRAGHIM	326.748.538-08	497/2013	44,81	214/2014	44,81
RUA PRESIDENTE KENNEDY, LOTE 02, QUADRA B, N.. 1.762 MATHEUS PANEGHINI	349.245.308-24	103/2014	30,10	213/2014	30,10
RUA JULIO BRAGUIM, QUADRA G, LOTE 06D10, N.. 100 LUIS M. GALDINO JUNIOR E KELLY T. DO AMARAL	368.910.128-05	107/2014	46,45	225/2014	46,45
RUA ANTONIO RICCI, LOTE 13, QUADRA D, N.. 260 RAQUEL MARIA GUERRA E ESPOSO	325.741.898-17	123/2014	110,44	216/2014	110,44
RUA BENEDITO GERALDO STOPPA, LOTE 05, QUADRA F, N. 131 KATIA FRANZIN	247.917.778-59	141/2014	46,02	221/2014	46,02
RUA ANTONIO DEPONTE, QUADRA M, LOTE 16, N° 228 MARIONICE CRIPPA BONANI	160.768.638-46	189/2014	54,59		
RUA EUCLIDES RODRIGUES DE SOUZA, QUADRA C, LOTE 00- 132 FABIO B. GUERRA ZELIOLI E MARIA CRISTINA C. ZELIOLI	277.791.928-30	194/2014	47,04		
AVENIDA UNIVERSITARIA, QUADRA I, LOTE 14, N° 336 MARCIO FRANCISCO DO NASCIMENTO	191.657.608-75	255/2014	250,00		
AVENIDA GUERINO OSVALDO, N° 423 PIO SARDELLI	335.684.808-91	273/2014	189,39	223/2014	189,39
RUA ANTONIO DEPONTE, LOTE 09, QUADRA U, N. 381 MARIA AMELIA MAIO NASCIMENTO	166.735.678-05	353/2014	218,44		
RUA PADRE JEREMIAS J. NOGUEIRA N.. 1.270 DOUGLAS ALEXANDRE DANAGA	027.850.158-35	354/2014	666,01	215/2014	666,01
RUA PYLADES E.FACCHIN, QUADRA Q, LOTE 05, N.. 683 SERGIO APARECIDO RONCALLI JUNIOR	387.708.628-42	408/2014	31,90		
RUA DR.ANASTACIO VIANNA N.. 686 JAIR CASSAMASSO JUNIOR	262.484.628-01	421/2014	256,03	219/2014	256,04
RUA ANGELINA SPANGHERO. L. 02. Q. E. N.. 30 NORIVAL MESSIAS	745.804.938-34	423/2014	138,82	226/2014	138,82
RUA JOSE MACHADO, QUADRA J, LOTE 14, N.. 21 CAMILA APARECIDA PIZELLI	390.076.988-50	431/2014	90,73		
RUA SALVADOR CRUPE, QUADRA G1, LOTE 18, N.. 240 RODRIGO APARECIDO DOS SANTOS	315.679.968-84	433/2014	44,79		
RUA DR. ANASTACIO VIANA N.. 686 JAIR CASSAMASSO JUNIOR	262.484.628-01	434/2014	251,23		
RUA JOAO CARLOS COELHO FILHO, Q S, L 13, N.. 55 ANTONIA IVAN DA SILVA	866.758.858-04	439/2014	42,54		
RUA RIVADAVIA L. BRAMBILLA N.. 275 EDSON F. DOS ANJOS E KAROLINE M.MENENDES DOS ANJOS	298.055.318-21	440/2014	145,28		
RUA ANTONIO SEGATO, LOTE 19, QUADRA B, N.. 90 MARCOS ROBERTO DE ALMEIDA	833.278.948-68	435/2014	124,80		
RUA ANTONIO V. DA CUNHA, L. 14, Q. J, N.. 261 GERSON ZAGO	424.376.768-80	438/2014	39,74		
RUA JULIO BRAGUIM, QUADRA G, LOTE 06D12, N.. 120 LUCAS GASPAR DOS SANTOS	351.797.308-48	436/2014	40,06		
AVENIDA PIO XII, LOTE 23, N.. 808 MARIA CLEUZA DA SILVA	087.678.708-13	437/2014	286,39	218/2014	286,39
RUA ANTONIO DEPONTE, LOTE 16, QUADRA M, N.. 228 MARIONICE CRIPPA BONANI	160.768.638-46	445/2014	38,45		
AVENIDA DESCALVADO, QUADRA B, LOTE 15, N.. 278 BRUNO FERNANDO PERNA	332.980.278-20	444/2014	298,98		
RUA BEZERRA PAES N.. 1061 SERGIO EDUARDO BERTOLUCCI	147.845.098-36	443/2014	150,26		
RUA PARANA N.. 193 ALESSANDRO DOS SANTOS	246.762.988-03	442/2014	94,69		



Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 8212/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE - SE	
		Número	Área	Número	Área
RUA ABILIO F. DE LIMA, Q. E1, L.44, N.. 230 NOELMA RAQUEL WASQUES DO NASCIMENTO	175.587.428-62	447/2014	53,95		
RUA JOSE MACHADO, QUADRA K, LOTE 14, N.. 10 JOAO FERDINANDO	947.941.548-87	446/2014	181,33		
RUA ANTONIO RICCI, LOTE 14, QUADRA E, N.. 281 VITOR ARISTEU PESSOA	340.440.828-47	448/2014	71,43		
RUA DR. JAIME DE ARAUJO GOES, L. 11, Q. R., 129 DEBORA CRISTINA DE ALMEIDA	321.997.178-44	449/2014	54,18		
RUA OSCAR F. DE CARVALHO, L. 18, Q. E., 662 SILVIA CRISTINA SASS	271.807.378-01	450/2014	45,20		
RUA APOSTOLO CHIARETTO, L. 18, Q. F., N.. 84 VANESSA CRISTINA PATERNO	282.906.658-81	451/2014	43,61		
RUA PRESIDENTE KENNEDY, TERRENO 02 N.. 1.611 GUILHERME PIZELLI BIAZOLI E KARINA AMORIM LOPES	370.765.428-11	454/2014	122,44		
RUA ANTONIO CIRELLI N.. 841 APARECIDO DONIZETTI GUANDALINI	745.742.568-34	455/2014	256,94		
RUA EMILIO BORTOLETTO, QUADRA U, LOTE 11, N.. 79 BOSQUE DO TAMANDUA LTDA.	04.203.767/0001-79	452/2014	51,38		
RUA PRESIDENTE KENNEDY N.. 675 CAMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO	54.021.647/0001-29	453/2014	1.194,71		
RUA JOSE FERREIRA N.. 1060 SANDRO SESTILIO CELESTINO	353.883.401-63	457/2014	89,31		
RUA ANTONIO DEPONTE, LOTE 09, QUADRA U, N.. 381 MARIA AMELIA MAIO NASCIMENTO	166.735.678-05	456/2014	249,80		
RUA DR. ANASTACIO VIANA N.. 1.254 JOSE SEBASTIAO ESTENICO	405.593.278-20	458/2014	212,73	222/2014	212,72
RUA PAULO BELLI, LOTE 78, QUADRA D, N.. 206 MARIA DOROTEIA P.F.M. DE CARVALHO	928.569.008-44	459/2014	305,27		
RUA PYLADES E.FACCHIN, QUADRA Q, LOTE 05, N.. 683 SERGIO APARECIDO RONCALLI JUNIOR	387.708.628-42	460/2014	31,90		
RUA DARCY AP. FILLA, LOTE 04, QUADRA D1, N.. 305 VALTER BEZERRA DOS SANTOS	051.372.854-63	461/2014	41,38		
RUA MARIO BENEDITO BRINER, Q. 11, L. 03, N.. 261 MARIA DOS ANJOS LEITE DA SILVA	025.760.166-00	462/2014	47,45		
RUA SALVADOR CRUPE, Q. G1, L. 13, N.. 190 CARLOS ROBERTO MAIA E ZILDA MARIA SCABIO MAIA	034.973.028-80	464/2014]	45,00		
RUA JULIO CEREDA, QUADRA J, LOTE 28, N.. 290 NILSON ROBERTO DOMINGUES DE MENEZES	109.907.498-35	465/2014	98,48		

DESCALVADO, 30 de dezembro de 2014

A Relação de Alvarás e Habite-se foi recebida pela SRP, conforme abaixo:

Nome do arquivo: 46732442000123.20141230155425
 Origem dos Dados: SisobraPref v1.0.1.5
 Data e Hora da Criação: 30/12/2014 15:54:25
 Data e Hora da Transmissão: 30/12/2014 15:55:16
 Competência dos Registros: 11/2014
 Total de Registros de Obra: 52
 Total de Registros no Arquivo: 68

Nº do Recibo: 495433701

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Despachos do Chefe de Seção, de 01-12-2014

=Produção Equipe mês Novembro/2014:

Produção Equipe mês Novembro/2014 (complexidade básica)	Total
Comércio de gêneros alimentícios	24
Atividade de fonoaudiologia	01
Serviços de psicologia	02
Atividades de fisioterapia	02
Coleta de água para consumo humano - PROÁGUA	09
Habitação	00
Terreno baldio	73
Atividade de condicionamento físico	00
Sistema público de abastecimento de água	09
Atividade de Terapia ocupacional	01
Inspeção Lei Estadual nº 14.592, de 19 de outubro de 2011 (álcool)	24
Inspeção Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009 (tabaco)	53
Total	198

Produção Equipe mês Novembro/2014 (complexidade média)	Total
Drogaria	00
Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	01
Atividade odontológica	04
Educação Infantil - creches	01
Total	06

Produção Equipe mês Novembro/2014 (complexidade alta)	Total
Farmácia Hospitalar	01
Casas de apoio para dependentes químicos	02
Farmácia	01
Equipamento de RX Odontológico	03
Instituições de longa permanência para idosos	01
Total	88

Documentos expedidos – mês Novembro/2014	Total
Licença de Funcionamento	09
Auto de Infração	26
Termo de Inutilização	00
Renovação de Licença de Funcionamento	10
Auto de Imposição de Penalidade de Multa	10
Cancelamento de Licença de Funcionamento	00
Baixa de responsabilidade técnica	02
Assunção de responsabilidade técnica	02
Notificação	01
Notificação para Recolhimento de Multa	05
Termo de Colheita de Amostra	00

Procedimentos internos – mês Novembro/2014	Total
Atendimento ao usuário - Orientação	138
Atendimento ao usuário - Reclamação	118
Análise de Processos	153

Participação em eventos – mês Outubro/2013
Dia 02 – Reunião GVS XII – Araraquara - Programa SISAGUA
Dia 20 – Reunião CONDEMA

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.1693/2014- Baldan & Reschini Ltda – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-864-000015-1-1 para a atividade de Laboratórios clínicos – validade até 31-03-2015 – Responsável técnico: Conceição Aparecida Baldan, biomédica inscrita no CRBM/SP sob o nº 0061.

-Proc.6045/2014- Maria do Carmo Micocci de Moraes & Cia Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-000026-1-5 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercado – validade até 31-05-2015.

=Processo arquivado:

-Proc.3389/2014- Sindicato dos Empregados Rurais de Descalvado – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade odontológica sem equipamento de RX odontológico.

Despachos do Chefe de Seção, de 02-12-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.1767/2014- Prefeitura do Município de Descalvado – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-851-000121-1-4 para a atividade de Educação Infantil – Creches – validade até 31-03-2015.

-Proc.3744/2014- Denise Bertoli Fuzaro ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000033-1-0 para a atividade de Comércio varejista de hortifrutigranjeiros – validade até 31-05-2015.

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.5581/2014- Paulo Cesar Franceschini 98089269834 – Licença de Funcionamento nº 351370206-960-000154-1-5 para a atividade de Cabeleireiros – validade até 28-02-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 03-12-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.3010/2014- Robson F. Lopes & Pereira Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento n 351370206-561-000077-1-4 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

-Proc.4678/2014- Milton Sebastião Donizetti Maio ME – Renovação da Licença de Funcionamento n 351370206-561-000102-1-7 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – validade até 31-05-2015.

-Proc.4738/2014- Waldomiro Verona Junior 04716089800 - Renovação da Licença de Funcionamento n 351370206-561-000238-1-7 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – validade até 31-05-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 04-12-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.2964/2014- Carlos Roberto Spido ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000145-1-6 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

-Proc.5405/2014- Spido Distribuidora de Leite Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000059-1-6 para a atividade de Comércio varejista de laticínios e frios – validade até 31-05-2015.

=Renovação da Licença de Funcionamento e alteração de Razão Social deferida:

-Proc.3285/2014- Sérgio Luis Prata & Cia Ltda – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-000052-1-5 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados – validade até 31-05-2015

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.5797/2014- Sueli de Fátima Peripato 12219903818 – Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000254-1-0 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – validade até 31-05-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 05-12-2014**=Processo indeferido:**

-Proc.1703/2011- Vanessa Lara dos Santos Cirelli 22223977820 – Tendo em vista não operar mais com a atividade de Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza à Rua Paula Carvalho, n 242, bairro Centro.

=Processos arquivados:

-Proc.1648/2014- Isabel Donha Cordero Pivesso – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Cabeleireiros.

-Proc.2882/2014- Usina Ipiranga de Açúcar e Alcool S/A – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Fabricação de açúcar em bruto.

-Proc.3745/2014- Edmar Joaquim do Amaral ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comercio atacadista de ovos.

Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.4087/2014- Mauro Paganotto – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000056-1-4 para a atividade de Atividade Odontológica – validade até 31-03-2015 e renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-864-000022-1-6 para o equipamento de RX odontológico nº AI83249, marca e modelo Philips/Oralis, com corrente e tensão 08 mA – 50 kV – validade até 31-03-2015.

=Renovação de Licença de Funcionamento e alteração de endereço deferida:

-Proc.5868/2014- Melina Vianna Fava Pratta ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000051-1-8 para a atividade de Atividades de psicologia e psicanálise – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Melina Vianna Fava Pratta, psicóloga inscrita no CRP/SP sob o nº 77.720 – Endereço: Avenida Bom Jesus, nº 458 – sala B, bairro Centro.

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.00362/2014- Traldi Med S/S Ltda – Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000142-1-4 para a atividade de Atividades de atenção ambulatorial não especificadas – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Roberta Franceschini Traldi, médica inscrita no CRM/SP sob o nº 123.685 – Endereço: Rua Cel. Antonio Alves Aranha, nº 908, bairro Centro.

=Autos de Infração expedidos:

-Proc.6456/2014- Rosilene Guimarães Tondati – Auto de Infração nº 2825 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Presidente Kennedy, quadra A, lote 08 e à quadra B, lotes 01 e 05, em precárias condições de conservação.

O referido Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6457/2014- Cleide Gama de Mendonça Corradi – Auto de Infração nº 2826 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Ferreira, ao lado do nº 908, em precárias condições de conservação. O referido Auto foi encaminhado por Car-

ta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6458/2014- Banco Itaú S/A – Auto de Infração nº 2827 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Cel. Arthur Whitaker, nº 137, bairro Centro, em precárias condições de conservação. O referido Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6465/2014- Bruna Pizelli – Auto de Infração nº 2828 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Professor Olímpio Catão, Inscrição Cadastral 01-05-060-0045, bairro São Sebastião, em precárias condições de conservação. O referido Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6466/2014- José Roberto Botasso – Auto de Infração nº 2829 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Pe. Jeremias J. Nogueira, Inscrição Cadastral 01-05-060-0055, bairro São Sebastião, em precárias condições de conservação. O referido Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6467/2014- Maia Elenice Casonato Morgado – Auto de Infração nº 2830 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Dr. Francisco Anotnio de S. Queiroz Filho, quadra B, lote 13, bairro São Sebastião, em precárias condições de conservação. O referido Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6468/2014- José Guerra – Auto de Infração nº 2831 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Antonio Alvarenga, quadra B, lotes 01 e 02, bairro São Sebastião, em precárias condições de conservação. Tendo em vista desconhecimento do endereço do autuado, fica concedido ao mesmo o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

Despachos do Chefe de Seção, de 09-12-2014**=Renovação de Licença de Funcionamento deferida:**

-Proc.1596/2014- Vieira & Colussi Ltda – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000027-1-2 para a atividade de Atividade médica ambulatorial restrita a consultas – validade até 31-03-2015 – Responsável técnico: Vander Rogério Vieira, médico inscrito no CRM/SP sob o nº 96.561.

=Processos arquivados:

-Proc.1693/2014- Baldan & Reschini Ltda – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Laboratórios clínicos.

-Proc.1767/2014- Prefeitura do Município de Descalvado – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Educação Infantil – Creches.

-Proc.3389/2014- Sindicato dos Empregados Rurais de Descalvado – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funciona-

mento para a atividade de Atividade Odontológica.

-Proc.3743/2014- Sandra Alves Arton ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

-Proc.3744/2014- Denise Bertoli Fuzaro ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de hortifrutigranjeiros.

-Proc.4527/2014- Rodrigo Poiatti Canadinho ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

-Proc.5581/2014- Paulo Cesar Franceschini 98089269834 – Tendo em vista deferimento da Licença de Funcionamento para a atividade de Cabeleireiros.

-Proc.6045/2014- Maria do Carmo Micocci de Moraes – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados.

Despachos do Chefe de Seção, de 10-12-2014

=Assunção de Responsabilidade Técnica Substituta deferida:

-Proc.6306/2014- Farmácia Descalvado Comércio de Medicamentos Ltda – Assunção de responsabilidade técnica substituta de Joice Camargo de Lima, farmacêutica inscrita no CRF/SP sob o nº 74.940 – Atividade de Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas.

=Autos de Infração expedidos:

-Proc.6556/2014- João Donizetti Trombini – Auto de Infração nº 2832 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Barão de Descalvado, nº 73, bairro Centro, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6557/2014- Cooperativa de Crédito Rural e dos Peq. Empreendedores do Vale do Mogi-Guaçu – Auto de Infração nº 2833 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua XV de Novembro, nº 283, bairro Centro, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6558/2014- Sylvia Lucia do Amaral – Auto de Infração nº 2834 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Rodrigues Penteado, Inscrição Cadastral 01-02-003-0055, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6559/2014- Fernando Augusto Correa Porto – Auto de Infração nº 2835 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua D. Pedro II, Inscrição Cadastral 01-01-020-0251, bairro Centro, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6560/2014- Gráfica Tribuna de Descalvado Ltda – Auto de Infração nº 2836 – série AB – Por estar com o imóvel de sua pro-

priedade, localizado à Rua Presidente Kennedy, Inscrição Cadastral 01-04-123-0326, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6561/2014- Lázaro Timótheo do Amaral – Auto de Infração nº 2837 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Felipe Elias, Inscrição Cadastral 01-03-051-0202, bairro Jardim do Lago, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6562/2014- Luiza Dresler – Auto de Infração nº 2838 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Manoel Ferreira Gaio, quadra L, lote 20, bairro Novo Jardim Belém, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6563/2014- Amarildo Scábio – Auto de Infração nº 2839 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Felipe Elias, Inscrição Cadastral 01-03-058-0214, bairro Jardim do Lago, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6564/2014- Francisco José R. Godoy – Auto de Infração nº 2840 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Orderigo Gabrielli, nº 613, bairro Centro, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

Despachos do Chefe de Seção, de 11-12-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.4492/2014- Brambilla & Cia Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-000023-1-3 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados – validade até 31-05-2015.

-Proc.6520/2014- MG Avaliações Audiológicas Ltda – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000008-1-7 para a atividade de Serviços de fonoaudiologia – validade até 31-03-2015 – Responsável técnico: Marly de Falco Traldi Zaffalon, fonoaudióloga inscrita no CRFA/SP sob o nº 1.925.

-Proc.6521/2014 – Nathalia Mauri Faria da Cunha – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000044-1-3 para a atividade de Atividades de profissionais da nutrição – validade até 31-03-2015.

=Processos arquivados:

-Proc.3931/2014- Elison Luan Bertolucci – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Zanatta, quadra F, lote 21, bairro Jardim São Francisco.

-Proc.4170/2014- Nelson Izaías Mariano – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua

Orderigo Gabrielli, nº 981, bairro Centro.

-Proc.5211/2014- Eder Carlos Factor ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados.

-Proc.6311/2014- Fábila Cirelli Ruiz – Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Manoel Ferreira Gaio, quadra 09, lotes 10 e 11, bairro Jardim Belém.

Despachos do Chefe de Seção, de 12-12-2014

=Renovação de Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.2699/2014- Silvio Antonio Franzin – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-000020-1-1 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios – supermercados – validade até 31-05-2015.

=Processos encaminhados à Seção de Tributação para cobrança executiva:

-Proc.1995/2009 – Hélio Andregueti – Tendo em vista não ter quitado a multa imposta no prazo concedido.

-Proc.2652/2013- José Roberto Barbeiro - Tendo em vista não ter quitado a multa imposta no prazo concedido.

-Proc.2786/2013- José Sebastião de M. Raymundo - Tendo em vista não ter quitado a multa imposta no prazo concedido.

-Proc.4359/2013- Clayton Luis Cardos - Tendo em vista não ter quitado a multa imposta no prazo concedido.

-Proc.4603/2013- José Guerra - Tendo em vista não ter quitado a multa imposta no prazo concedido.

-Proc. 4361/2013- Fábio Rodrigo B. Fonseca - Tendo em vista não ter quitado a multa imposta no prazo concedido.

-Proc.0094/2014- Maria José Ruy - Tendo em vista não ter quitado a multa imposta no prazo concedido.

=Processos arquivados:

-Proc.1702/2011- Vanessa L. dos Santos Cirelli 22223977820 – Tendo em vista indeferimento da solicitação de Licença de Funcionamento para a atividade de Outros serviços de cuidados com a beleza.

-Proc.3063/2014- Congregação Cristã no Brasil – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Avenida Antonio Garbuio, quadra J, lote 06, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.4948/2012- Claudio Romantini – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Francisco Ruiz, quadra 03, lote 01, bairro Jardim Elite.

=Auto de Infração expedido:

-Proc.6594/2014- Gilberto de Jesus Leal da Conceição – Auto de Infração nº 2841 – série AB – Por ter cavalo no quintal de sua residência, localizada à Rua Itália, nº 100, bairro Portal dos Coqueiros, causando incômodo à terceiros. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento, tendo em vista dificuldades de localizar o mesmo. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

Despachos do Chefe de Seção, de 15-12-2014

=Processos arquivados:

-Proc.6520/2014- MG Avaliações Audiológicas Ltda – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Serviços de fonoaudiologia.

-Proc.6521/2014- Nathalia Mauri Faria da Cunha – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividades de profissionais da nutrição.

-Proc.6306/2014- Farmácia Descalvado Comércio de Medicamentos Ltda – Tendo em vista deferimento da assunção de responsabilidade técnica substituta de Joice Camargo de Lima, farmacêutica inscrita no CRF/SP sob o nº 74.940.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.2737/2013- Glaucia H.C. Bianchi & Cia Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-562-000005-1-5 para a atividade de Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar – validade até 31-05-2015.

-Proc.2704/2014- Glaucia H.C. Bianchi & Cia Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-562-000005-1-5 para a atividade de Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar – validade até 31-05-2015.

=Termos de Inutilização expedidos:

-Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado – Termo de Inutilização nº 0682 – série AE – Inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98) por estarem com os prazos de validade expirados.

-Prefeitura do Município de Descalvado - Termo de Inutilização nº 0683 – série AE – Inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98) por estarem com os prazos de validade expirados.

=Auto de Infração expedido:

-Proc.6598/2014- Bezerra Cavalcante & Cia Ltda ME – Auto de Infração nº 2754 – série AB – Por ter indícios de manipulação de fórmulas, tendo em vista possuir matérias-primas e equipamentos que caracterizam esta manipulação, inclusive manipulação de substâncias de baixo índice terapêutico, hormônios e antibióticos, sem o devido licenciamento pelos órgãos competentes. Fica concedido à firma autuada, o prazo de 15 dias, a partir da ciência do referido Auto, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

Despachos do Chefe de Seção, de 16-12-2014

=Autos de Infração expedidos:

-Proc.6614/2014- Fernanda Rosa de Oliveira - Auto de Infração nº 2842 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Piauí, quadra D, lote 03 e à Rua Japão, quadra D, lotes 12 e 13, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6615/2014- Luiz Donizetti Dias das Neves - Auto de Infração nº 2843 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Portugal, quadra E, lote 14, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta

Continua ►

Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6616/2014- Merched Jorge - Auto de Infração nº 2843 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Piauí, quadra F, lote 12, bairro Portal dos Coqueiros, à Rua José do Nascimento, quadra 04, lote 12, à Rua Mário Benedito Brinner, quadra 08, lote 22, à Rua Mário Benedito Brinner, quadra 09, lote 09 e à Rua Floriano Ferraz de Camargo, quadra 12, lote 05, bairro jardim Ricardo Cesar, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6617/2014- Rosimere Fabrício - Auto de Infração nº 2845 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Sergipe, quadra F, lote 03, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6618/2014- Nádia Pagni Bizarro - Auto de Infração nº 2846 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Portugal, quadra F, lotes 10 e 11, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6619/2014- Antonio Rinaldo Pagni - Auto de Infração nº 2847 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Portugal, quadra F, lotes 12 e 13, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6620/2014- Jéssica de Oliveira - Auto de Infração nº 2848 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Espanha, quadra F, lotes 17, 18 e 19, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6621/2014- Maria Isabel Leal - Auto de Infração nº 2849 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Espanha, quadra F, lote 20, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6622/2014- Kelly Regina Crivellari - Auto de Infração nº 2850 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Alemanha, quadra G, lotes 09 e 10, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6623/2014- Mariangela Sierro Dias - Auto de Infração nº 2851 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Portugal, quadra G, lote 14, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação

de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6624/2014- Sebastião Rodrigo Traldi - Auto de Infração nº 2852 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Sergipe, nº 40, quadra G, lote 16, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6625/2014- Sofia Caucabene - Auto de Infração nº 2853 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Sergipe, quadra G, lote 22, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.3032/2014- Cássia Regina Palomar ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000021-1-9 para a atividade de Restaurantes e similares – validade até 31-05-2015.

-Proc.3592/2014- Rosângela Cristina Venâncio Evangelista 10990714888 – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000062-1-1 para a atividade de Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente – validade até 31-05-2015.

-Proc.3593/2014- Ivete Tolentino 02785054814 – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000138-1-1 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – validade até 31-05-2015.

=Processos arquivados:

-Proc.2699/2014- Silvio Antonio Franzin & Cia Ltda – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados.

-Proc.3285/2014- Sérgio Luis Prata & Cia Ltda - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados.

-Proc.4492/2014- Brambilla & Cia Ltda ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados.

-Proc.5405/2014- Spido Distribuidora de leite Ltda ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de laticínios e frios.

Despachos do Chefe de Seção, de 17-12-2014

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.6583/2014- Associação Descalvadense de Apoio aos Portadores de Câncer – Licença de Funcionamento nº 351370206-871-000005-1-5 para a atividade de Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS – validade até 31-03-2015 – Responsável técnico: Maria Therezinha Lucarini, psicóloga inscrita no CRP/SP sob o nº 103.494.

=Renovação de Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.2823/2014- Iscel Alimentos Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-109-000002-13 para a atividade de Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates – validade até 31-05-2015.

=Autos de Infração expedidos:

-Proc.6626/2014- Alline Cristina Pires - Auto de Infração nº 2854 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Portugal, quadra H, lote 13, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6627/2014- Eunice Marlina Luiz - Auto de Infração nº 2855 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Avenida Amazonas, quadra I, lote 13, bairro Portal dos Coqueiros, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6628/2014- Edna Aparecida Batista Bortolon - Auto de Infração nº 2856 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Manoel Biagi, quadra 03, lote 04, bairro Jardim Ricardo Cesar, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6629/2014- Maria Aparecida do Amaral Andrade - Auto de Infração nº 2857 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Manoel Biagi, quadra 03, lote 04, bairro Jardim Ricardo Cesar, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6630/2014- Jucelene Francé - Auto de Infração nº 2858 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José do Nascimento, quadra 04, lote 25, bairro Jardim Ricardo Cesar, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6631/2014 – Matheus Morseli Fuzaro - Auto de Infração nº 2859 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José do Nascimento, quadra 06, lote 08, bairro Jardim Ricardo Cesar, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6632/2014- Marcos Roberto Alves - Auto de Infração nº 2860 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Salvador Pratta, quadra 08, lote 04, bairro Jardim Ricardo Cesar, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6633/2014 – João Aparecido Radael - Auto de Infração nº 2861 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Mário Benedito Brinner, quadra 09, lote 10, bairro Jardim Ricar-

do Cesar, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6634/2014- Josemara Calza de Moraes - Auto de Infração nº 2862 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Mário Benedito Brinner, quadra 10, lote 04, bairro Jardim Ricardo Cesar, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6635/2014- Maria dos Anjos Leite da Silva - Auto de Infração nº 2862 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Mário Benedito Brinner, quadra 11, lote 03, bairro Jardim Ricardo Cesar, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6636/2014- Manoel Adriano Ap. Moreno - Auto de Infração nº 2864 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Mário Benedito Brinner, quadra 11, lote 05, bairro Jardim Ricardo Cesar, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6637/2014- Adilson José Spido - Auto de Infração nº 2865 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Arlindo Horácio Gabrielli, quadra 11, lote 18, bairro Jardim Ricardo Cesar, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6638/2014- Cerealista Marisol Ltda - Auto de Infração nº 2866 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Thereza Bazagli Fregonesi, quadra 01/2-E, lote 06, bairro Santa Cruz, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

Despachos do Chefe de Seção, de 18-12-2014

=Processos arquivados:

-Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado – Tendo em vista inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

-Prefeitura do Município de Descalvado (Dispensário de medicamentos do Centro de Saúde II) - Tendo em vista inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

Despachos do Chefe de Seção, de 19-12-2014

=Processos arquivados:

-Proc.6220/2014- Maria Aparecida do Amaral Andrade – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Dr. Hugo Pereira de Abreu, nº 1273, bairro Santa Cruz dos Operários.

-Proc.6243/2014- Douglas Aparecido Bertoleti - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Guilherme Biazolli, quadra A, lote 15, bairro Parque Universitário.

-Proc.6247/2014- Adilson Antochio - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Catarina F. Traldi, quadra C, lote 22, bairro Parque Universitário.

-Proc.6248/2014- Salvador Altoé - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Catarina F. Traldi, quadra C, lote 23, bairro Parque Universitário.

-Proc.6251/2014- Airton Fernando Magno - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Nelson Luiz Villa, quadra F, lote 26, bairro Parque Universitário.

-Proc.6252/2014- Artegnan Secaf Junior - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Sebastião Roberto Traldi, quadra G, lote 17, bairro Parque Universitário.

-Proc.6255/2014- Paulo Celso Motta - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Avenida Universitária, quadra I, lote 06, bairro Parque Universitário.

-Proc.6309/2014- Casati & Gabrielli Com. de Prod. Agropec. Ltda - Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Dr. Clóvis F. Ferreira, quadra 20, lotes 07 e 08, bairro Jardim Belém.

-Proc.6330/2014- Nemezia Alves de Carvalho - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Dr. Celso A. Assoni, quadra N, lote 17, bairro Novo São Sebastião.

-Proc.6332/2014- Associação dos Médicos Veterinários e Zootec. De Descalvado – AMVZ - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Miguel de Falco Neto, lote 12, bairro Novo São Sebastião.

-Proc.6559/2014- Fernando Augusto Correa Porto - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua D. Pedro II, bairro Centro.

Despachos do Chefe de Seção, de 22-12-2014

=Autos de Infração expedidos:

-Proc.6709/2014- Sérgio Roberto Costa – Auto de Infração nº 2867 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Sebastião Roberto Traldi, quadra D, lote 12, bairro Parque Universitário I, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6710/2014- Daniel Aparecido Vicente - Auto de Infração nº 2868 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Nelson Luiz Villa, quadra F, lotes 04, 05 e 06, bairro Parque Universitário I, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6712/2014- Anderson Pedezzi Ferraz - Auto de Infração nº

2868 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Nelson Luiz Villa, quadra H, lote 20, bairro Parque Universitário I, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6712/2014- Rodrigo Cesar Bertini - Auto de Infração nº 2870 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Nelson Luiz Villa, quadra I, lote 17, bairro Parque Universitário I, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6713/2014- Alexandre Fuzaro Neto - Auto de Infração nº 2871 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Avenida Pio XII, lote 20, bairro Jardim Cidade Nova I, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6714/2014- Antonio Carlos G. Pinheiro - Auto de Infração nº 2872 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua 13 de Maio, lote 02, bairro Vila Franco, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6715/2014- José Carlos Aleixo Pinheiro - Auto de Infração nº 2873 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua 13 de Maio, lote 03, bairro Vila Franco, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6716/2014- Abílio Mauri e s/m - Auto de Infração nº 2874 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Luiz Barbalho, quadra 04, lote 05, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6717/2014- Celso Toshiharu Okano - Auto de Infração nº 2875 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Benvindo Gonçalves Franco, lotes 02 e 03, bairro Jardim Colonial, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6718/2014- Ana Luiza de Paula - Auto de Infração nº 2876 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Rivadavia Luiz Brambilla, quadra 08, lote 18, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6719/2014- Antonio Mário Margutti - Auto de Infração nº 2877 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Rivadavia Luiz Brambilla, quadra 09, lote 30, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi enca-

minhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6720/2014- Maria Lúcia de Souza Alves - Auto de Infração nº 2878 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Antonio Lazarini, quadra 12, lote 01, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6721/2014- Clayton Luis Cardoso - Auto de Infração nº 2879 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Antonio Lazarini, quadra 12, lote 11, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6722/2014- João Tessarin - Auto de Infração nº 2880 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Antonio Lazarini, quadra 13, lote 01, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6723/2014- Samanta Cerantola Zanatta - Auto de Infração nº 2881 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Antonio Lazarini, quadra 13, lote 06, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6724/2014- Mário Bertini Junior - Auto de Infração nº 2882 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Antonio Luis Marcos, quadra 14, lote 08, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6725/2014- Marcelo de Medeiros Ferreira - Auto de Infração nº 2883 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Antonio Luis Marcos, quadra 14, lote 15, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6726/2014- Miguel Angelo Paschoal - Auto de Infração nº 2884 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Avenida Pedro Fuzaro, nº 905, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6727/2014- Etorre da Cunha Ravasi - Auto de Infração nº 2885 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Pylades Ettore Fachini, quadra 20, lote 04, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encami-

nhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6786/2014- Iago da Cunha Ravasi - Auto de Infração nº 2886 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Pylades Ettore Fachini, quadra 20, lote 05, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6729/2014- José Antonio Pazotto Prescinotti - Auto de Infração nº 2887 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Pylades Ettore Fachini, quadra 20, lote 06, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6730/2014- Kleber Cursino de Andrade - Auto de Infração nº 2888 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Pylades Ettore Fachini, quadra 20, lote 07, bairro Recanto dos Ipês, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6731/2014- Elisabeth Savi Muniz Barretos - Auto de Infração nº 2889 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Bezerra Paes, ao lado do nº 2348, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

=Processos arquivados:

-Proc.3132/2014- Geraldo Raimundo Lopes – Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Washington Luiz, nº 47, bairro São Sebastião.

-Proc.3239/2014- Carlos Alberto Mansini – Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Antonio Lazarini, quadra 11, lote 33, bairro Recanto dos Ipês.

-Proc.3561/2014- Mineração Jundu S/A - Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Ézio Angelo de Marco, quadra F, lote 02, bairro São Francisco.

-Proc.3647/2014- Maria Cecília S. Ruy - Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Cel. Rafael Tobias, lote 07, bairro Jardim Belém.

-Proc.6223/2014- Valter Aparecido Marcatto - Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Julião Moreira, Inscrição Cadastral 01-02-011-0034.

-Proc.6561/2014- Lázaro Timótheo do Amaral - Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Felipe Elias, Inscrição Cadastral 01-03-058-0202, bairro Jardim do Lago.

-Proc.6628/2014- Edna Aparecida batista Bortolon - Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Manoel Biagi, quadra 03, lote 04, bairro Jardim Ricardo Cesar.

=Processos arquivados:

-Proc.2823/2014- Iscel Alimentos Ltda ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates.

-Proc.3032/2014- Cassia Regina Palomar ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Restaurantes e similares.

-Proc.4678/2014- Milton Sebastião Donizetti Maio ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

=Processos encaminhados à Seção de Tributação para cobrança executiva:

-Proc.1856/2013- João Batista Amaral - Tendo em vista não ter quitado a multa imposta no prazo concedido.

-Proc.5276/2013- Wilson Clebison Severino - Tendo em vista não ter quitado a multa imposta no prazo concedido.

-Proc.5614/2014- Solange Aparecida S. dos Reis Ferrandi - Tendo em vista não ter quitado a multa imposta no prazo concedido.

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.6657/2014- Drogal Farmacêutica Ltda – Licença de Funcionamento nº 351370206-477-000032-1-2 para a atividade de Comércio varejista de produto farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas – validade até 30-04-2015 – Responsável Técnico: Daniela Spido Cardoso Navas, farmacêutica inscrita no CRF/SP sob o nº 58.558 – Responsável Técnico Substituta: Larissa Mazaro Fuzaro, farmacêutica inscrita no CRF/SP sob o nº 60.156.

=Notificações para Recolhimento de Multa expedidas:

-Proc.2992/2014- Hélio Sebastião Andregueti – Notificação para Recolhimento de Multa nº 0304 – série AB – Por não ter apresentado interposição de recurso e não ter quitado a multa imposta. Esta Notificação foi encaminhada por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta, junto ao Setor de Vigilância Sanitária, localizado à Rua José Quirino Ribeiro, nº 55, bairro Centro.

-Proc.3053/2014- Otávio Nagib A. Zeraik - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0305 – série AB – Por não ter apresentado interposição de recurso e não ter quitado a multa imposta. Esta Notificação foi encaminhada por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta, junto ao Setor de Vigilância Sanitária, localizado à Rua José Quirino Ribeiro, nº 55, bairro Centro.

-Proc.3058/2014- Luis Marçal Ferreira - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0306 – série AB – Por não ter apresentado interposição de recurso e não ter quitado a multa imposta. Esta Notificação foi encaminhada por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta, junto ao Setor de Vigilância Sanitária, localizado à Rua José Quirino Ribeiro, nº 55, bairro Centro.

-Proc.3084/2014- Maristela Aparecida Moraes - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0307 – série AB – Por não ter apresentado

interposição de recurso e não ter quitado a multa imposta. Esta Notificação foi encaminhada por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta, junto ao Setor de Vigilância Sanitária, localizado à Rua José Quirino Ribeiro, nº 55, bairro Centro.

-Proc.3092/2014- Tamires Fernanda Barutti - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0308 – série AB – Por não ter apresentado interposição de recurso e não ter quitado a multa imposta. Esta Notificação foi encaminhada por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta, junto ao Setor de Vigilância Sanitária, localizado à Rua José Quirino Ribeiro, nº 55, bairro Centro.

-Proc.3094/2014- Fernando Wagner Biagio - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0309 – série AB – Por não ter apresentado interposição de recurso e não ter quitado a multa imposta. Esta Notificação foi encaminhada por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta, junto ao Setor de Vigilância Sanitária, localizado à Rua José Quirino Ribeiro, nº 55, bairro Centro.

-Proc.3130/2014- Espólio de Angelo Pecioli - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0310 – série AB – Por não ter apresentado interposição de recurso e não ter quitado a multa imposta. Esta Notificação foi encaminhada por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta, junto ao Setor de Vigilância Sanitária, localizado à Rua José Quirino Ribeiro, nº 55, bairro Centro.

-Proc.3242/2014- Vagner José Borges - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0311 – série AB – Por não ter apresentado interposição de recurso e não ter quitado a multa imposta. Esta Notificação foi encaminhada por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta, junto ao Setor de Vigilância Sanitária, localizado à Rua José Quirino Ribeiro, nº 55, bairro Centro.

-Proc.3296/2014- Neusa Rodrigues M. Rosa Vianna - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0312 – série AB – Por não ter apresentado interposição de recurso e não ter quitado a multa imposta. Esta Notificação foi encaminhada por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para recolhimento da multa imposta, junto ao Setor de Vigilância Sanitária, localizado à Rua José Quirino Ribeiro, nº 55, bairro Centro.

Despachos do Chefe de Seção, de 29-12-2014**=Notificação expedida:**

-Proc.6599/2014- GP Moro Ind. e Com. de Alim. Ltda – Notificação nº 22880 – série AC – Laudo de Análise 6382.00/2014 revelou que o produto Palmito de pupunha em conserva, marca Jaboticabal, lote 2114, data de fabricação 03/06/2014 e data de validade 03/06/2016 está em desacordo com a legislação em vigor por não declarar a informação nutricional de acordo com o modelo estabelecido na legislação vigente, com relação às gorduras, ao valor energético e respeitando-se a ordem dos nutrientes apresentados. Esta Notificação foi encaminhada por Carta Registrada com Aviso de Recebimento, tendo em vista a empresa notificada estar localizada em outro município. Portanto, fica concedido a empresa notificada o prazo de 10 (dez) dias, a contar do

recebimento da referida Notificação, para apresentação de defesa escrita ou solicitação de perícia de contraprova do produto condenado.

=Processo arquivado:

-Proc.0362/2014- Traldi Med S/S Ltda – Tendo em vista deferimento da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividades de atenção ambulatorial não especificada anteriormente.

=Autos de Infração expedidos:

-Proc.6773/2014- Casati & Gabrielli Com. de Prod. Agropecuários Ltda – Auto de Infração nº 2890 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Benedito Barbosa Adorno, quadra I, lotes 02, 03, 04, 05 e 06, bairro Jardim São Francisco, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.6774/2014- Espólio Maury Timóteo do Amaral – Auto de Infração nº 2891 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Orderigo Gabrielli, nº 743, bairro Centro, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

Despachos do Chefe de Seção, de 30-12-2014

=Processos arquivados:

-Proc.3054/2014- Gilson Gonçalves Pereira – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Antonio Costa, quadra A, lote 09, bairro Res. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3055/2014- Denize Silva de A. de Albuquerque - Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Antonio Costa, quadra C, lotes 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 26 e à Rua Orlando Costa, quadra C, lotes 33, 34, 35, 36, 37 e 38, bairro Res. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3056/2014- Everton Carlos S. Martins - Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Orlando Costa, quadra C, lotes 39 e 40, bairro Res. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3057/2014- Izaías de Jesus Batista - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Ayres dos Santos, quadra E, lote 23, bairro Res. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3086/2014- Adriana Daniel da Silva - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Jácomo Bortoletto, quadra V, lote 09, bairro Res. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3088/2014- Romualdo de Oliveira - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Jácomo Bortoletto, quadra V, lote 13, bairro Res. Bosque do Tamanduá.

-Proc.6310/2014- Maria Antonia Pizzi Miller - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Paulo Casati, ao lado do nº 25, bairro Jardim Belém.

=Notificação expedida:

-Supermercado Doni Ltda – Notificação nº 22881 – série AC – Lau-

do de Análise 6382.00/2014 revelou que o produto Palmito de pupunha em conserva, marca Jaboticabal, lote 2114, data de fabricação 03/06/2014 e data de validade 03/06/2016 está em desacordo com a legislação em vigor por não declarar a informação nutricional de acordo com o modelo estabelecido na legislação vigente, com relação às gorduras, ao valor energético e respeitando-se a ordem dos nutrientes apresentados. Portanto, fica concedido a empresa notificada o prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência da referida Notificação, para apresentação de defesa escrita ou solicitação de perícia de contraprova do produto condenado.

=Auto de Imposição de Penalidade de Advertência expedido:

-Proc.4107/2014- Maurício Assoni ME – Auto de Imposição de Penalidade de Advertência nº 0926 – série AK, por ter solicitado a Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas depois de ter iniciado a atividade em pauta.

=Autos de Imposição de Penalidade de Multa expedidos:

-Proc.4108/2014- Maurício Assoni ME – Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0936 – série AK – Por ter comercializado bebidas alcoólicas para menores de 18 anos de idade. Fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência do referido Auto, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.4109/2014- Dayse Aparecida Nogueira Anzaloni & Cia Ltda ME - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0937 – série AK – Por ter comercializado bebidas alcoólicas para menores de 18 anos de idade. Fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência do referido Auto, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

=Resultado de análise fiscal satisfatória:

-Laudo de Análise 6957.00/2014 revelou que o produto Sal refinado iodado, marca Marfim, lote 9009/14-10, data de fabricação 09/2014, data de validade 09/2016, fabricado pela empresa Refinação e Moagem de Sal Santa Helena Ltda, à Rodovia BR 304 – Km 28 – Distrito Industrial – Mossoró/RN está de acordo com a legislação em vigor, quanto ao teor de iodo.



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 06/2014

CONVITE Nº 02/2014

O Presidente da Câmara Municipal de Descalvado, Sr. Anderson Aparecido Sposito, em cumprimento aos dispositivos legais, constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 9.648/98, respeitados os prazos legais, e com fulcro na Ata da Sessão Pública para Abertura dos Envelopes do Convite nº 02/2014, Julgamento e classificação da proposta, da Comissão de Licitações da Câmara Municipal de Descalvado, datada de 01/12/2014, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR o objeto do certame, consistente na **execução dos serviços de Mão-de-Obra, com fornecimento de materiais de primeira linha, para as obras de Reforma**

Continua ►

e Ampliação do Prédio da Câmara Municipal de Descalvado; conforme descrito e caracterizado no Edital do Convite nº 02/2014, à empresa **RAFRA CONSTRUTORA LTDA.**, que apresentou o preço de **R\$ 49.250,00 (quarenta e nove mil duzentos e cinquenta reais)**. O critério adotado pela Comissão de licitações para a classificação das propostas foi o de menor preço global.

Descalvado, 08 dezembro de 2014.

ANDERSON APARECIDO SPOSITO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 06/2014
CONVITE Nº 02/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO

CONTRATADA: RAFRA CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO: execução dos serviços de Mão-de-Obra, com fornecimento de materiais de primeira linha, para as obras de Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara Municipal de Descalvado, conforme descrito e caracterizado no Edital do Convite nº 02/2014.

VALOR: R\$ 49.250,00 (quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais).

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: As despesas decorrentes do Contrato correrão por conta de dotação orçamentária da Câmara Municipal de Descalvado, do exercício de 2.014, consignada na Categoria Econômica nº 4.4.90.51.00 (Obras e Instalações)

PRAZO: 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 08 de dezembro de 2014.

APARECIDO APARECIDO SPOSITO
PRESIDENTE DA CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 02/2014

Autoria: Vereador Helton Antônio Venâncio

DÁ NOVA REDAÇÃO E REVOGA ARTIGOS DA RESOLUÇÃO Nº 06/90, QUE DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO, VISANDO EXTINGUIR A VOTAÇÃO SECRETA.

O Presidente da Câmara Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que foi

aprovada e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - O artigo 5º da Resolução nº 06/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A eleição dos membros da Mesa far-se-á mediante voto. aberto, com votação em cédulas próprias que conterão os cargos e espaço suficiente para os Vereadores indicarem os nomes de seus escolhidos.

Parágrafo único - As cédulas deverão ser assinadas pelo Vereador votante e pelos membros da Mesa e serão recolhidas pelo Segundo Secretário, em urna única, à vista do Plenário, mediante a chamada dos votantes pelo Primeiro Secretário dos trabalhos.”

Art. 2º O artigo 6º da Resolução nº 06/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A apuração seguir-se-á ao término da votação e observará o seguinte procedimento:

I - o Presidente retirará as cédulas da urna e as colocará em ordem alfabética de acordo com o Vereador votante;

II - o Presidente proclamará em voz alta o voto de cada Vereador, mediante chamada nominal, em ordem alfabética;

III - o Primeiro Secretário fará os devidos assentamentos e a contagem, e o Presidente proclamará os resultados da apuração.”

Art. 3º O artigo 7º da Resolução nº 06/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Os candidatos a um mesmo cargo que obtiverem igual número de votos concorrerão a uma segunda votação e se persistir o empate será considerado eleito o mais votado nas eleições municipais entre os empatantes; ou, em último lugar, o mais idoso.”

Art. 4º O artigo 55 da Resolução nº 06/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55 - Nas deliberações do plenário o voto será público”.

Art. 5º O artigo 79, §2º, da Resolução nº 06/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 79...
§2º Nos casos dos incisos I, II, VI e VII deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto da maioria absoluta mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no Legislativo, assegurada ampla defesa.”*

Art. 6º artigo 173 da Resolução nº 06/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 173 O Presidente da Câmara só terá voto na eleição da Mesa, quando a matéria exigir quorum de dois terços e quando ocorrer empate.”

Art. 7º Ficam revogados o inciso III do artigo 176 e o artigo 179 e seus parágrafos, ambos da Resolução nº 06/90

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se à eleição dos membros da Mesa para a 3ª Sessão Legislativa (2015) da 16ª Legislatura.

Plenário Vereador Mário Joaquim Filla,
em 08 de dezembro de 2014.

Anderson Aparecido Sposito
Presidente

Registrada na Diretoria Geral da Câmara Municipal, em 08/12/2014

Diego Luis Mendonça Lastosa, Diretor Geral



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2014

**REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO
LEGISLATIVO DE 2014**

O Presidente da Câmara Municipal de Descalvado, no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejada a seguinte dotação orçamentária da Câmara Municipal de Descalvado, aprovada na Lei Orçamentária anual do Município para o exercício de 2014:

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil...R\$ 2.100,00
TOTAL.....R\$ 2.100,00

Art. 2º - O remanejamento constante do Art. 1º correrão por conta da redução parcial da seguinte dotação de seu orçamento:

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais.....R\$ 2.100,00
TOTAL.....R\$ 2.100,00

Art. 3º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica na abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesas impostos na Lei Orçamentária Anual e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Mário Joaquim Filla
em 15 de dezembro de 2014.

Anderson Aparecido Sposito
Presidente

Registrado na Diretoria Geral da Câmara Municipal, em 15/12/2014

Diego Luis Mendonça Lastosa, Diretor Geral



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**REGISTRO DE FREQUÊNCIA
DE VEREADORES**

Resolução 01/93, de 16 de fevereiro de 1.993

46ª Sessão Ordinária

Data: 15 de dezembro de 2014,

com início às 20h:28min

Nesta sessão ordinária todos os vereadores estiveram presentes.

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

**ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL**

DATA:-15 DE DEZEMBRO DE 2014

PRESIDENTE:-Anderson Aparecido Sposito

1º SECRETÁRIO:-José Augusto Cavalcante Navas

2º SECRETÁRIO:-Argeu Donizetti Reschini

VEREADORES PRESENTES: Adilson Gonçalves; Ana Paula Peripato Guerra; Edevaldo Benedito Guilherme Neves; Helton Antonio Venancio; José Dias Bolcão; Luiz Carlos Vick Francisco; Rubens Algate de Rezende; e Sebastião José Ricci.

ATA DA SESSÃO ANTERIOR: Aprovada por unanimidade de votos.

Antes do início desta sessão ordinária, o Sr. Luiz Antonio Fioroni, Presidente do Sindicato Rural Patronal de Descalvado, usou da Tribuna Livre da Câmara Municipal, para tratar de assunto relacionado à inserção do Sindicato no CONTUR. Depois disso, o Presidente declarou aberta a sessão, e convidou o Vereador Pastor Adilson Gonçalves para ler um trecho da Bíblia Sagrada. A seguir, deu prosseguimento aos trabalhos, passando para o Pequeno Expediente

PEQUENO EXPEDIENTE

I - PROJETOS DE LEI DO EXECUTIVO CONSIDERADOS

DE DELIBERAÇÃO: - **89/14**, autoriza o Poder Executivo Municipal realizar o custeio de 50% (cinquenta por cento) do material para instalação de condicionadores de ar no prédio do Fórum da Comarca de Descalvado e ceder mão de obra para a execução dos serviços; - **90/14**, dispõe sobre a instituição da Contribuição de Iluminação Pública prevista no artigo 149-A da Constituição Federal e dá outras providências; - **91/14**, dispõe sobre a instituição do “Plano de Assistência Médica e Hospitalar” e dá outras providências. **II - PROJETO**

DE LEI DO LEGISLATIVO CONSIDERADO DE DELIBERAÇÃO: - **34/14**, de autoria do Vereador Helton Antônio Venâncio, denomina “José Jacyntho” a atual Rua 01 do Residencial Costa Verde, no Município de Descalvado. **III - MOCÃO DE CONGRATULAÇÃO CONSIDERADA DE DELIBERAÇÃO:** **17/14**, de autoria do Vereador Luiz Carlos Vick Francisco, congratula os atletas que participaram da Final da Copa APV - Associação Pró Voleibol Adaptado para a melhor idade, que aconteceu na cidade de Porto Ferreira, onde

Continua ►

nossa cidade foi campeã nessa categoria. **VI - PROPOSITURAS**

A ENCAMINHAR: ADILSON GONÇALVES: Requerimento:- 178/14, requer ao Poder Executivo informações quanto às obras do Centro de Referência Turística na Praça “Luiz Celso Antonio”, popularmente conhecida como praça do Lago, que se encontram paralisadas, tendo em vista que neste ano foi aprovada a Lei Municipal n.º 3788/2014, prevendo dotação de R\$ 243.750,00 para essa construção.

Indicações:- 569/14, reivindica ao Prefeito Municipal, Senhor Henrique Fernando do Nascimento, a implantação de redutor de velocidade na Rua Rio de Janeiro, no Bairro Jardim Albertina, defronte da residência de número 446, objetivando evitar acidentes de trânsito naquele local. - **571/14**, reitera solicitação ao Chefe do Poder Executivo para que realize estudos no sentido de construir uma “academia ao ar livre” no terreno de propriedade da Prefeitura Municipal, situado entre as Ruas Nilson Aparecido Tondato e Antonio Idem, no Bairro Bosque do Tamanduá, visando incentivar a prática de esportes naquele bairro.

EDEVALDO BENEDITO GUILHERME NEVES: Requerimento:-179/14, pede à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social que informe a esta Casa de Leis o déficit habitacional do nosso Município, de acordo com os cadastros existentes naquela secretaria, conforme especifica.

HELTON ANTONIO VENÂNCIO: Indicação:- 566/14, reitera pedido ao Chefe do Poder Executivo para que tome providências quanto à iluminação da Praça Pública “Francisco Benine”, localizada no Bairro São Sebastião, a fim de disponibilizar um local agradável para o lazer das famílias que residem em suas imediações.

JOSÉ AUGUSTO CAVALCANTE NAVAS: Requerimentos:- 176/14, requer à empresa de telefonia e internet “Vivo” informações sobre o desempenho do plano “Vivo Internet”, oferecido à população do Município de Descalvado, que, segundo moradores, apresenta problemas de estabilidade do sinal e das velocidades contratadas. - **177/14**, requer ao Chefe do Poder Executivo que envie a esta Casa de Leis, no tempestivo prazo legal, informações referentes à Frota Municipal, quanto aos veículos que se encontram parquados no Almoarifado de nossa cidade, conforme especifica.

Indicação:- 567/14, indica à Empresa Realidade Transporte e Turismo que realize ação experimental a fim de analisar a demanda de passageiros no Bairro Bosque do Tamanduá, visto que a população daquela região cresceu consideravelmente, e os horários de ônibus permanecem os mesmos.

LUIZ CARLOS VICK FRANCISCO: Requerimento:175/14, requer ao Prefeito do Município informações referentes ao saldo da dotação orçamentária da Divisão de Turismo, diante da retirada dos Projetos de Lei n.º 67/2014 e n.º 79/2014 que dispunham sobre a matéria, conforme especifica.

Indicação:- 568/14, reivindica ao Chefe do Poder Executivo que conclua as obras da “Casa do Mel”, para que o local possa iniciar suas atividades, já que para tanto é necessário uma pequena quantia em dinheiro e a construção de escritório para emissão de notas, concluindo-se, assim, as exigências de Órgão de Saúde Estadual de Araraquara, para autorizar seu funcionamento.

SEBASTIÃO JOSÉ RICCI: Indicação:- 570/14, encaminha ao Prefeito Municipal, Senhor Henrique Fernando do Nascimento, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a instituição do programa “Bolsa Creche”, no Município de Descalvado.

GRANDE EXPEDIENTE

Usaram da palavra os Vereadores José Augusto Cavalcante Navas; Argeu Donizetti Reschini; Ana Paula Peripato Guerra; Adilson Gon-

çalves; Sebastião José Ricci; Edevaldo Benedito Guilherme Neves; Rubens Algarte de Rezende; Luiz Carlos Vick Francisco; Anderson Aparecido Sposito; e, por fim, Helton Antonio Venancio. O pronunciamento na íntegra dos Vereadores encontra-se em registro áudio visual, conforme Resolução 06/98, de 09 de setembro de 1.998.

ORDEM DO DIA

PROJETOS DE LEI DO LEGISLATIVO APROVADOS POR UNANIMIDADE, EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM BLOCO, COM ENCAMINHAMENTO DE SEUS AUTORES, VEREADOR LUIZ CARLOS VICK FRANCISCO E ARGEU DONIZETTI RESCHINI:

- 25/2014, de autoria do vereador Luis Carlos Vick Francisco, denomina “Nair Carlino Guimarães” a atual Rua 01 do loteamento Jardim Santa Teresinha, no município de Descalvado - SP; - 26/14, de autoria do vereador Luis Carlos Vick Francisco denomina “Rita Carlino” a atual Rua 08 do loteamento Jardim Santa Teresinha, no município de Descalvado - SP; - 27/14, de autoria do Vereador Argeu Donizetti Reschini, denomina “Sebastião Guinther” a atual Rua 01 do Residencial Campo Belo, no Município de Descalvado - SP; - 28/14, de autoria do Vereador Luiz Carlos Vick Francisco, denomina “Alexandrina Maria de Jesus” a atual Rua 06 do Loteamento Jardim Santa Terezinha, no Município de Descalvado - SP; - 29/14, de autoria do Vereador Luiz Carlos Vick Francisco, denomina “Adélia Cerantola Pratta” a atual Rua 10 do Loteamento Jardim Santa Terezinha, no Município de Descalvado - SP. O Vereador José Augusto Cavalcante Navas requereu votação em bloco para os projetos de lei do Legislativo números 25 a 29. O pedido foi aprovado por unanimidade. O Presidente abriu prazo para inscrição nos projetos. O Vereador Luiz Carlos Vick Francisco manifestou-se favorável aos projetos em votação em bloco. O Vereador Argeu Donizetti Reschini, na mesma linha, pronunciou-se favorável aos projetos em votação em bloco. Em votação em bloco, os referidos projetos foram aprovados por unanimidade, em votação em bloco.

PROJETOS DE LEI DO LEGISLATIVO APROVADOS POR UNANIMIDADE DE VOTOS. EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM BLOCO, COM ENCAMINHAMENTO DE SEUS AUTORES, VEREADOR JOSÉ AUGUSTO CAVALCANTE NAVAS E HELTON ANTONIO VENANCIO:

- 33/14, de autoria do Vereador José Augusto Cavalcante Navas, denomina “Daniel de Assis” a atual Rua 02 do Residencial Costa Verde, no Município de Descalvado. - 34/14, de autoria do Vereador Helton Antônio Venâncio, denomina “José Jacyntho” a atual Rua 01 do Residencial Costa Verde, no Município de Descalvado. O Vereador José Augusto Cavalcante Navas solicitou votação em bloco para os projetos 33/14 e 34/14. O Plenário acolheu por unanimidade a solicitação. O Presidente abriu prazo de inscrição. Os autores dos projetos, José Augusto Cavalcante Navas e Helton Antonio Venancio usaram da palavra para encaminhá-los. Em votação em bloco, os referidos projetos de lei foram aprovados por unanimidade.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO APROVADO POR UNANIMIDADE. EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, COM ENCAMINHAMENTO DE SEU AUTOR:- 21/14, de autoria do Vereador Helton Antonio Venancio, acresce o §5º ao Artigo 2º da Lei Municipal nº 1.146, de 20 de junho de 1.991, que dispõe sobre: o Código de Posturas do Município de Descalvado. O Presidente

abriu prazo para inscrição. O seu autor fez uso da palavra para encaminhá-lo. Em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. **MOÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO COM ENCAMINHAMENTO DE SEU AUTOR:** - 17/14, de autoria do Vereador Luiz Carlos Vick Francisco, congratula os atletas que participaram da Final da Copa APV - Associação Pró Voleibol Adaptado para a melhor idade, que aconteceu na cidade de Porto Ferreira, onde nossa cidade foi campeã nessa categoria. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO APROVADO POR UNANIMIDADE, SEM DISCUSSÃO E EM ÚNICA VOTAÇÃO:** - 05/14, remaneja recursos do orçamento vigente do Poder Legislativo do exercício de 2014, na forma que especifica. **PROJETOS DE LEI DO EXECUTIVO APROVADOS POR UNANIMIDADE, EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** - 86/14, autoriza concessão de direito de uso com fins a doação de bem público municipal à empresa “Prime Importação, Exportação e Representação Ltda.”, na forma que especifica e dá outras disposições. - 87/14, autoriza concessão de direito de uso com fins a doação de bem público municipal à empresa “MBM Produtos e Serviços Agrozootécnicos e Veterinários Ltda.”, na forma que especifica e dá outras disposições. O Vereador Sebastião José Ricci requereu a suspensão da sessão por 10 minutos para emissão de pareceres nos Projetos de Lei do Poder Executivo números 86/14 e 87/14. O Presidente colocou em votação o pedido, que foi aprovado por unanimidade de votos. Assim, a sessão foi suspensa. Reaberta a sessão, os referidos projetos foram inseridos na ordem do dia. O Vereador José Augusto Cavalcante Navas pediu prorrogação da sessão por mais uma hora. O Plenário aprovou tal pedido por unanimidade. Assim, a sessão foi prorrogada por mais uma hora. Depois, o Vereador Sebastião José Ricci requereu votação em bloco dos mencionados projetos. O pedido foi aprovado. A seguir, o Presidente abriu prazo de inscrição para se inscrever nas proposições. O Vereador Sebastião José Ricci manifestou-se favorável aos projetos. Em votação, os Projetos de Lei números 86/14 e 87/17, de autoria do Poder Executivo, foram aprovados por unanimidade, em votação em bloco. **PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO APROVADO, EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL:** - 88/14, autoriza o Executivo Municipal, nos limites das possibilidades financeiras, conceder auxílios e/ou subvenções sociais, na forma que especifica, e dá outras providências. O Vereador Luiz Carlos Vick Francisco, por questão de ordem, explicou acerca do projeto de auxílios e subvenções sociais, e requereu à Mesa a expedição de ofício pedindo a sua retirada, para depois reencaminhá-lo ao Legislativo. Após, o Vereador Edevaldo Benedito Guilherme Neves requereu votação em regime de urgência especial para o projeto de lei número 88/14. Em votação, o pedido foi aprovado, com voto favorável dos vereadores Edevaldo Benedito Guilherme Neves, Ana Paula Peripato Guerra, José Dias Bolcão, Rubens Algarte de Rezende, Pastor Adilson Gonçalves e Sebastião José Ricci. Votaram contra o pedido os Vereadores Argeu Donizetti Reschini, José Augusto Cavalcante Navas, Luiz Carlos Vick Francisco e Helton Antonio Venancio. Nesse sentido, o Presidente suspendeu a sessão por 15 minutos para emissão de pareceres. Decorrido o prazo, o Presidente reabriu a sessão, e abriu prazo para inscrição dos oradores. O Vereador Luiz Carlos Vick Francisco manifestou-se contra o projeto. O Vereador Sebastião José Ricci pronunciou-se a favor da proposição. O Vereador José Augusto Cavalcante

Navas manifestou-se contra o projeto. A Vereadora Ana Paula Peripato Guerra pronunciou-se a favor do projeto. O Vereador Anderson Aparecido Sposito manifestou-se contra a proposição, e concedeu aparte ao Vereador Luiz Carlos Vick Francisco, contra a matéria. O Vereador Edevaldo Benedito Guilherme Neves pronunciou-se a favor do projeto. Em votação, o projeto foi aprovado com votos favoráveis dos Vereadores Edevaldo Benedito Guilherme Neves, Ana Paula Peripato Guerra, Rubens Algarte de Rezende, José Dias Bolcão, Pastor Adilson Gonçalves e Sebastião José Ricci. E com votos contrários dos Vereadores José Augusto Cavalcante Navas, Luiz Carlos Vick Francisco, Helton Antônio Venancio e Argeu Donizetti Reschini. **ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO PARA O BIÊNIO 2015/2016:** Depois da votação das referidas proposições, a Mesa Diretora da Câmara Municipal deu início, nos termos regimentais, à eleição da Mesa Diretora para o biênio compreendido de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, pois o Artigo 9º do Regimento Interno da Câmara Municipal prevê que a eleição para renovação da Mesa se realizará na última sessão ordinária que anteceder o final do mandato da Mesa a ser renovada. Ato contínuo, o Presidente informou que esta data se trata de um momento de extrema importância, pois serão escolhidos o próximo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário da Câmara Municipal de Descalvado. Depois, informou a todos, a título de esclarecimento, que nesta votação está vedada a recondução para o mesmo cargo. Também, informou que, de acordo com o Regimento Interno, a eleição dos membros da Mesa Diretora se fará mediante voto aberto, com votação em cédulas próprias que conterão os cargos e espaço suficiente para os Vereadores indicarem os nomes de seus escolhidos. Disse, ainda, que as cédulas deverão ser assinadas pelo Vereador votante e pelos membros da Mesa e serão recolhidas pelo Segundo Secretário, em urna única, à vista do Plenário, mediante a chamada dos votantes pelo Primeiro Secretário dos trabalhos. Informou que, conforme o Regimento Interno, a apuração se seguirá ao término da votação e observará o seguinte procedimento: 1 - o Presidente retirará as cédulas da urna e as colocará em ordem alfabética de acordo com o Vereador votante; 2 - o Presidente proclamará em voz alta o voto de cada Vereador, mediante chamada nominal, em ordem alfabética; 3 - o Primeiro Secretário fará os devidos assentamentos e a contagem, e o Presidente proclamará os resultados da apuração. E disse que os candidatos a um mesmo cargo que obtiverem igual número de votos concorrerão a uma segunda votação e se persistir o empate será considerado eleito o mais votado nas eleições municipais entre os empatantes; ou, em último lugar, o mais idoso. Nesse sentido, o Presidente, o 1º Secretário e o 2º Secretário assinaram no verso de cada uma das 11 cédulas. Estando todas as cédulas assinadas pelos membros da Mesa Diretora, o Presidente pediu para o 1º Secretário distribuir as cédulas para cada um dos vereadores. E, na sequência, pediu para projetar nos telões do Plenário o modelo da cédula, a qual contém os cargos e espaço suficiente para os vereadores indicarem os nomes de seus escolhidos e, no fim, assinar e escrever o próprio nome para identificação. Ato contínuo, perguntou se algum vereador tinha alguma dúvida com relação aos procedimentos. Ninguém se manifestou. Em vista disso, deu prosseguimento aos trabalhos. Como todos os vereadores já estavam com suas cédulas, o Presidente aguardou alguns minutos para que todos pudessem escolher os membros da Mesa. Decorrido uns minutos, o Presidente perguntou se todos já haviam

votado. Os Vereadores manifestarem-se que sim. Nesse sentido, a urna foi colocada à vista do Soberano Plenário e à frente de todos, junto ao 2º Secretário. O Presidente, na sequência, pediu ao 1º Secretário para fazer a chamada dos votantes, em ordem alfabética, para colocarem suas cédulas na urna. Assim, o 1º Secretário o fez chamando os vereadores na seguinte ordem: Adilson Gonçalves; Ana Paula Peripato Guerra; Anderson Aparecido Sposito; Argeu Donizetti Reschini; Edevaldo Benedito Guilherme Neves; Helton Antonio Venancio; José Augusto Cavalcante Navas; José Dias Bolcão; Luiz Carlos Vick Francisco; Rubens Algarte de Rezende; e Sebastião José Ricci. Todos os vereadores votaram. Em face disso, o Presidente retirou todas as cédulas da urna e as colocou em ordem alfabética de acordo com o vereador votante. Verificou que o número de cédulas (onze) confere com o número de vereadores votantes. E pediu ao 1º secretário para fazer os devidos assentamentos e a contagem. Ato contínuo, o Presidente proclamou em voz alta o voto de cada vereador, a saber: Adilson Gonçalves votou em Helton Antonio Venancio para Presidente, em Adilson Gonçalves para Vice-Presidente, em Ana Paula Peripato Guerra para 1ª Secretária, e em José Augusto Cavalcante Navas para 2º Secretário. O Vereador Anderson Aparecido Sposito votou em Helton Antonio Venancio para Presidente, em Adilson Gonçalves para Vice-Presidente, em Anderson Aparecido Sposito para 1º Secretário, e em José Augusto Cavalcante Navas para 2º Secretário. A Vereadora Ana Paula Peripato Guerra votou em Sebastião José Ricci para Presidente; em Adilson Gonçalves para Vice-Presidente; em Ana Paula Peripato Guerra para 1ª Secretária, e em Rubens Algarte de Rezende para 2º Secretário. O Vereador Argeu Donizetti Reschini votou em Helton Antonio Venancio para Presidente, em Adilson Gonçalves para Vice-Presidente, em Anderson Aparecido Sposito para 1º Secretário, e em José Augusto Cavalcante Navas para 2º Secretário. O Vereador Edevaldo Benedito Guilherme Neves votou em Sebastião José Ricci para Presidente, em José Dias Bolcão para Vice-Presidente; em Ana Paula Peripato Guerra para 1ª Secretária, e em Rubens Algarte de Rezende para 2º Secretário. O Vereador Helton Antonio Venancio votou em Helton Antonio Venancio para Presidente, em Adilson Gonçalves para Vice-Presidente, em Anderson Aparecido Sposito para 1º Secretário, e em José Augusto Cavalcante Navas para 2º Secretário. O Vereador José Augusto Cavalcante Navas votou em Helton Antonio Venancio para Presidente, em Adilson Gonçalves para Vice-Presidente, em Anderson Aparecido Sposito para 1º Secretário, e em José Augusto Cavalcante Navas para 2º Secretário. O Vereador José Dias Bolcão votou em Sebastião José

Ricci para Presidente, em José Dias Bolcão para Vice-Presidente, em Ana Paula Peripato Guerra para 1ª Secretária, e em Rubens Algarte de Rezende para 2º Secretário. O Vereador Luiz Carlos Vick Francisco votou em Helton Antonio Venancio para Presidente, em Adilson Gonçalves para Vice-Presidente, em Anderson Aparecido Sposito para 1º Secretário, e em José Augusto Cavalcante Navas para 2º Secretário. O Vereador Rubens Algarte de Rezende votou em Sebastião José Ricci para Presidente, em José Dias Bolcão para Vice-Presidente, em Ana Paula Peripato Guerra para 1ª Secretária, e em Rubens Algarte de Rezende para 2º Secretário. E, por fim, o Vereador Sebastião José Ricci votou em Sebastião José Ricci para Presidente, em José Dias Bolcão para Vice-Presidente, em Ana Paula Peripato Guerra para 1ª Secretária, e em Rubens Algarte de Rezende para 2º Secretário. O Presidente proclamou o voto de cada vereador, conforme exposto anteriormente, e colocou todas as cédulas à disposição de todos, para assegurar a transparência. Ninguém se manifestou. De acordo com o resultado da votação, o Presidente e a Mesa Diretora da Câmara proclamaram e declararam eleitos os seguintes vereadores para compor a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Descalvado para o biênio 2015 e 2016, a saber: **PRESIDENTE: VEREADOR HELTON ANTONIO VENANCIO; VICE-PRESIDENTE: VEREADOR ADILSON GONÇALVES; 1ª SECRETÁRIA: VEREADORA ANA PAULA PERIPATO GUERRA; E 2º SECRETÁRIO: VEREADOR JOSÉ AUGUSTO CAVALCANTE NAVAS.** A Mesa Diretora da Câmara Municipal informou que os referidos eleitos estarão automaticamente empossados em 1º de janeiro de 2015, conforme previsto no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal, para o biênio compreendido de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016. Na sequência, o Presidente parabenizou os vereadores eleitos. Depois disso, declarou encerrada a 46ª Sessão Ordinária de 2014, da qual, para constar, é lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada. O pronunciamento e apartes na íntegra dos Vereadores encontram-se em registro áudio visual, conforme Resolução 06, de 09 de setembro de 1.998.

Anderson Aparecido Sposito
Presidente

Registrada na Diretoria Geral da Câmara Municipal

Diego Luis Mendonça Lastosa, Diretor Geral

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

Administração:
Henrique Fernando do Nascimento

Responsável:
Jaqueline Samara Fonseca

Digitação, CTP e Impressão: **Gráfica Tribuna de Descalvado Ltda.**

Rua Orderigo Gabrielli, 763 - Fone (19) 3583-1661
Fone/Fax (19) 3583-2350 - Descalvado/SP